

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PIMES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**Experiências Contemporâneas de Desenvolvimento - Políticas Voltadas para
Inserção Competitiva – Casos da China, Brasil e México**

Maria Fernanda Gatto

Orientador: Prof. João Policarpo R. Lima

Recife, fevereiro de 2006

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO – UFPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS - CCSA
PIMES – PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

**Experiências Contemporâneas de Desenvolvimento - Políticas Voltadas para
Inserção Competitiva – Casos da China, Brasil e México**

Maria Fernanda Gatto

Orientador: Prof. João Policarpo R. Lima

**Dissertação apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em Economia – PIMES,
da Universidade Federal de Pernambuco
– UFPE, como parte das exigências para a
obtenção do título de Mestre em
Economia.**

Recife, fevereiro de 2006

Gatto, Maria Fernanda

**Experiências contemporâneas de desenvolvimento
– Políticas voltadas para inserção competitiva –
Casos da China, Brasil e México / Maria Fernanda
Gatto. – Recife : O Autor, 2006.**

122 folhas : il., tab., gráf.

**Dissertação (mestrado) – Universidade Federal
de Pernambuco. CCSA. Economia, 2006.**

Inclui bibliografia.

**1. Economia – Desenvolvimento econômico. 2.
Políticas contemporâneas – Inserção competitiva –
Brasil, México e China. 3. Atuação dos Estados –
Posturas desenvolvimentistas e predatórias –
Identificação e caracterização. I. Título.**

**338.2
338.91**

**CDU (2.ed.)
CDD (22.ed.)**

**UFPE
BC2006-150**

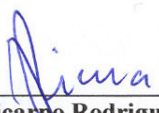
UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO EM ECONOMIA DE

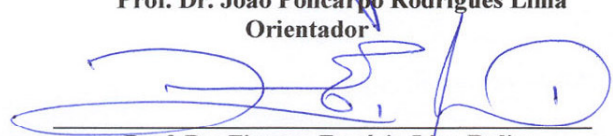
MARIA FERNANDA GATTO PADILHA.

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera a Candidata Maria Fernanda Gatto Padilha **APROVADA**.

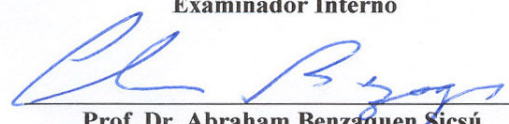
Recife, 20/02/2006.



Prof. Dr. João Policarpo Rodrigues Lima
Orientador



Prof. Dr. Zionam Euvécio Lins Rolim
Examinador Interno



Prof. Dr. Abraham Benzaquen Sicsú
Examinador Externo/Eng. de Produção/UFPE

À Jésus Padilha, meu pai, minha mais profunda inspiração para os trabalhos da academia e para os trabalhos da vida.

À Cândida Gatto, presente em todos os momentos desta pesquisa.

MEUS AGRADECIMENTOS

A Deus, acima de todas as coisas e sempre.

Ao Professor João Policarpo R. Lima, que em muitas horas de dificuldades, me trouxe de volta aos meus objetivos primeiros e me deu força para concentrar-me no que era relevante para a pesquisa.

Ao Professor Marcos Costa Lima, não apenas pelos apontamentos e sugestões sob os condicionantes políticos para os aspectos abordados no trabalho, mas pelas nossas conversas sobre as diferentes abordagens estrangeiras que tratam sob o tema da mundialização, e pelo acolhimento que recebi no seu Núcleo de Pesquisa, de Estudos e Pesquisas Regionais e do Desenvolvimento - D&R.

Aos professores do Mestrado do PIMES, Ana katarina, Tiago Cavalanti, Alexandre Stanford, Roberto Alves, Hermino Souza e todos os outros, com admiração e gratidão pelos conhecimentos adquiridos durante o curso.

À Quinha, minha eterna amiga, desempenhando mais um papel em minha vida, e fornecendo todo apoio nos momentos cruciais deste trabalho. Em horas de desapontamento ou de alegria, podia, e sei que posso, contar com seu amor, sempre recíproco.

Às duas Teresas, que sempre acreditaram, acima de tudo, em mim e que este trabalho teria um bom resultado. Sem o amor delas, eu nada seria.

À Maria Antônia e Luciana, em sintonia e cumplicidade, que simplesmente sabem, realmente, o quanto este trabalho significa para mim.

A Ivan Gatto, Ana e Fernando, presentes em meu pensamento.

À Duda, pelos ensinamentos sempre presentes.

À Lise, Marco, Guilherme Gatto, Mirella, Gabriela, Luís Fernando e aos outros membros da minha família que sofreram com minhas ausências e faltas, e pacientemente aguardaram pelo final do trabalho.

Aos amigos do coração, Tita, Tissa, Chiara, Lulu, Lex, Júnior, que, com amor, compreenderam os diversos “não’s” ditos por mim nos finais de semana, dias de semana e feriados, designados à realização do trabalho.

Aos amigos especiais, Marcita e Jojó, que misturando “dinamismo e lentidão”, conseguiram transformar momentos de dor em alegria, e de maravilhosos que são, ajudaram a todos os outros colegas a superarem angústias do coração. Serei sempre fiel ao sentimento de adorá-los.

Aos amigos do Mestrado, Edvane, Victor, Joana, Gilvan, Adriana Pessoa e Isola, Guilherme, Michella, Josemar e todos os outros que participaram conosco da jornada, dividindo sofrimentos, dúvidas, julgamentos, limitações físicas e psicológicas, e, principalmente, sendo tolerantes e aprendendo lições para além dos momentos vividos.

E, finalmente, à Ninho, com todo o meu amor.

RESUMO

Este trabalho pretende analisar as políticas contemporâneas de inserção competitiva e seus impactos nas estruturas econômico-produtivas dos países em desenvolvimento. Tais políticas são guiadas pela mundialização, que traz consigo o aumento da concorrência e a necessidade de readequação dos modelos de produção. Pretende-se estudar tal mundialização sob o panorama das reformas realizadas pelos Estados Neoliberais e, no caso chinês, pelo modelo socialista de mercado.

A reestruturação promovida pelas economias consolidou a diminuição da participação e intervenção dos diversos Estados, junto ao crescimento das demandas sociais e à incapacidade do mercado por si só de promover um desenvolvimento sustentável. Desta forma, têm-se movimentos de inserção no comércio internacional atrelados à exclusão social e ao aumento do desemprego e da concentração de renda nas economias nacionais.

Tendo em vista o contexto mencionado, é aqui estabelecida a hipótese de que Estados desenvolvimentistas promovem inserções competitivas bem-sucedidas, apoiadas num desenvolvimento sustentável. A atuação política é voltada para inclusão social junto à geração de maior competitividade dos segmentos produtivos.

Os resultados da pesquisa apontam o modelo chinês como representante de práticas desenvolvimentistas de Estado, promovendo uma inserção competitiva no direcionamento de um desenvolvimento sustentável. Os Estados do Brasil e do México são enquadrados na categoria dos intermediários, onde a atuação do Estado mostra-se incapaz de gerar inserção com desenvolvimento, e a competitividade é conseguida através do aumento da exclusão social e do baixo dinamismo de estruturas produtivas. Os Estados intermediários possuem menor autonomia se comparados aos desenvolvimentistas e são capturados por grupos de interesse contrários a um processo de transformação do ambiente sócio-econômico.

A submissão dos Estados aos interesses individuais é característica de práticas predatórias, onde há ausência de burocracia e existência de ineficiência nas atividades e decisões econômicas, impedindo o alcance de uma atuação política favorável ao desenvolvimento.

Apesar de apresentar semelhanças com o Estado predatório, os modelos seguidos pelos Estados brasileiro e mexicano não podem ser enquadrados nesta categoria, dado que em certos períodos, como é mostrado no trabalho, os respectivos Estados conseguem implementar

programas de maior envergadura, com alguns impactos sobre o PIB e outros indicadores econômicos.

ABSTRACT

This dissertation analyses the so-called neo-liberal policies, linked to globalization, and their impacts in economic structures of last developed countries.

The main goal is the study of globalization in the context of economic and social reforms implemented by neo-liberal governments of Brazil and Mexico and also the ones adopted by China in its mixed model of socialism and market.

The work sustains the hypothesis that developmentist states succeed in promoting competitive insertions. A developmentist state, according to Evans (2004), is characterized by a relative autonomy in relation to interests of international capital, undertaking partnerships and involving different actors, while searching sustainable growth of market activities and also adopting policies oriented to social inclusion while enhancing economic competitiveness.

The results point to the Chinese model as representing a developmentist state that searches competitive insertion and sustainable growth.

The cases of Brazil and Mexico can be considered in an intermediate category where the state action is incapable of generating competitive insertion together with development. In these cases, competitiveness is, in general, obtained, but associated with both increasing social exclusion and low dynamism of productive structures. The intermediate states, according to Evans (2004), owns lesser relative autonomy if compared to the developmentist ones, and are captured by interest groups which, in general, act against structural changes in the socio-economic environment.

“No capitalismo de hoje, como no de sempre, o jogo da acumulação de riqueza monetária continua submetido aos azares do veredicto dos mercados. Mas as regras do jogo estão cada vez mais distantes da utopia do *douce commerce*. O mercado é a arena da competição feroz entre as empresas gigantes e seus respectivos Estados Nacionais. Ao contrário do que prega a linguagem pacificadora do neoliberalismo, esse jogo pressupõe a violação sistemática das regras. As relações entre o Político e o Econômico estão configuradas de modo a remover quaisquer obstáculos à expansão da grande empresa e ao avanço do capital financeiro internacionalizado.”

BELLUZZO (2004:132)

SUMÁRIO

Lista de Tabelas, 12

Lista de Gráficos, 13

Capítulo 1. Introdução, 14

Capítulo 2. O Fenômeno da Mundialização e Seus Principais Desdobramentos, 19

2.1 Efeitos Sobre os Países em Desenvolvimento, 25

2.2 Reestruturação Produtiva, 27

2.3 Reformas Liberalizantes, 29

2.4 Modificações nos Processos de Trabalho, 32

2.5 O Estado Contemporâneo e os Desafios Impostos pela Mundialização, 34

2.6 Estados Desenvolvimentistas, Intermediários e Predadores: Elementos de Autonomia e Parceria, 37

2.6.1 Estados Predatórios, 37

2.6.2 Estados Desenvolvimentistas, 39

2.6.3 Estados Intermediários, 40

2.7 Aspectos Conclusivos, 41

Capítulo 3. Inserção Competitiva da Economia Mexicana, 44

3.1 Contextualização, 44

3.2. O Modelo Mexicano de Desenvolvimento Dependente-Associado: Dinamismo Atrelado ao Capital Norte-Americano, 45

3.2.1. Adequação da Estrutura Econômico-Produtiva Mexicana ao Modelo de Desenvolvimento Neoliberal, 55

3.3 Apontamentos Conclusivos, 60

Capítulo 4. Redirecionamento Político-Econômico do Brasil a partir da Década de 1990: Estabilização Econômica e Consolidação da Política Neoliberal, 63

- 4.1. Política de Estabilização do Plano Real e Principais Reflexos Sócio-Econômicos, 66
- 4.2 O Governo Lula, 70
- 4.3 Reestruturação Produtiva e Mecanismos de Ajustes ao Posicionamento Brasileiro de Abertura, 73
 - 4.3.1. Repercussões Setoriais, 75
- 4.4 Aspectos Relevantes da Inserção Brasileira, 79

Capítulo 5. China: Modelo Socialista Associado a Mecanismos de Mercado, 82

- 5.1. Aspectos Gerais da Economia Chinesa, 82
- 5.2 Reformas Político-Econômicas: “Desmaotização” e Incentivos ao Capital Externo, 85
- 5.3 Relações Externas Chinesas: Busca por Competitividade, Modernização e Maior Dinamismo das Estruturas Produtivas, 90
- 5.4 Transformações no Mercado de Trabalho na China, 99
- 5.5 Dinâmica Interna do Modelo Político–Econômico Chinês, 102
 - 5.5.1 A Política Cambial Utilizada como Instrumento de Proteção às Atividades Econômico-Produtivas, 106
- 5.6 Efeitos Regionais e localizados da Inserção Socialista de Mercado, 107
- 5.7 Aspectos Finais em Relação à Inserção Chinesa, 108

Capítulo 6. Conclusão, 113

Bibliografia, 117

LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 - Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Mundo e Produção Internacional – US\$ bilhões, 24

Tabela 2.2 - Custo da Mão-de-Obra na Indústria Mundial, Por Hora, em 2002 (em US\$), 31

Tabela 3.1 - México: Desempenho do Comércio Externo, 1988-1995 (Variações Percentuais Anuais), 51

Tabela 3.2 - México: Emprego na Indústria Maquiladora – 1988-1994, 60

Tabela 4.1 - Reservas Internacionais do BACEN Saldos em US\$ Bilhões, 67

Tabela 4.2 - Brasil: Saldo da Balança Comercial - 1990 a 2000, 69

Tabela 4.3 - Estrutura Ocupacional Brasileira Urbana por Setores (em %) - 1990-1996, 77

Tabela 5.1 - Emprego no Setor Produtivo Estatal Chinês – 1977-1995, 87

Tabela 5.2 - Investimento Estrangeiro Direto na China – 1979-2000 (US\$ Bilhões), 89

Tabela 5.3 - China – Indicadores de Risco Relativos ao Endividamento Externo (em % do PIB), 92

Tabela 5.4 - Estrutura do Comércio Exterior da China (%), 94

Tabela 5.5 - Principais Itens da Pauta de Exportação da China: 1995-2002 (US\$ Milhões), 95

Tabela 5.6 - Composição das Exportações Chinesas por Intensidade de Fatores de Produção (%) – 2003, 96

Tabela 5.7 - Principais Itens da Pauta de Importação da China: 1995-2002 (US\$ Milhões), 97

Tabela 5.8 - Estrutura Industrial da China – 1985-2000 (% PIB), 98

Tabela 5.9 - Emprego e Proporção dos Setores na Economia Nacional Chinesa (%) – 1985-2002, 101

Tabela 5.10 - China – População (1978-2002), 102

Tabela 5.11 - Comércio Exterior da China – 1999-2004 (bilhões US\$), 104.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 - México - Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa de Crescimento Real (%) – 1988-2003, 48

Gráfico 3.2 - Desemprego Aberto no México - Setor Urbano - Evolução Anual Média (%) (1981-2003), 52

Gráfico 3.3 - México - Taxa de Inflação - Preços ao Consumidor - 1988-2003, 53

Gráfico 3.4 - EUA - Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa de Crescimento Real – 1995-2003, 54

Gráfico 3.5 - Dívida Externa Mexicana - Variações Percentuais Anuais (% do PIB) – 1988-1995, 54

Gráfico 3.6 - Salário Mínimo Mexicano - Variações Anuais – 1980-1995 (1980=100), 58

Gráfico 4.1 - Brasil - Índice Inflacionário IGP-DI - 1980-2003, 65

Gráfico 4.2 - Brasil - Taxa Real de Crescimento (%) - 1995-2003, 71

Gráfico 4.3 - Brasil: Taxa de investimentos (em % do PIB) – Preços de 1980, 72

Gráfico 4.4 - Brasil - Evolução Anual Média do Desemprego - 1999-2003, 76

Gráfico 4.5 - Percentual Médio da População Ocupada no Brasil (1982-2001), 78

Gráfico 5.1 - Taxa de Crescimento Real (%) - China - 1982-2004, 88

Gráfico 5.2 - Exportações Chinesas - Taxa de Crescimento (%) - 1981-2003, 93

Gráfico 5.3 - Taxa de Desemprego (%) - China - 1999-2004, 100

Gráfico 5.4 - Índice de Inflação a Preços do Consumidor (%) - China - 1999-2004, 105.

1. INTRODUÇÃO

Os anos mais recentes marcaram a inserção mundial das economias, dentro do novo paradigma global – desregulamentação e liberalização dos mercados. O neoliberalismo, corrente que sustenta e defende a globalização, buscando tornar universal a sua adoção ou prática, deu respaldo a esse contexto ao preconizar a abertura como forma de alcançar melhores resultados econômicos, face aos problemas vivenciados na década de 1980 em grande parte do mundo: inflação, desemprego, baixo crescimento e alto endividamento do setor público.

O neoliberalismo teve início e embasamento teórico com a obra do pensador austríaco Friedrich Hayek, “O Caminho da Servidão”. Constituíam-se como um movimento contrário ao intervencionismo e protecionismo do Estado observado nos modelos político-econômicos adotados após a segunda Guerra Mundial, especificamente o Keynesiano e o Nacional-Desenvolvimentista, onde o Estado assumia papel fundamental no desenvolvimento econômico-social.

Apoiada na atuação do Estado, a maioria dos países capitalistas consolidou seus projetos industriais, através de políticas específicas de incentivos¹ ao capital, gerando crescimento das atividades produtivas. Para a corrente neoliberal, os problemas da década de 1980 eram causados por esse modelo de desenvolvimento de forte interferência estatal na economia e, para combater os males a ele atribuídos, recomendava a diminuição da participação dos Estados e a liberdade dos agentes privados.

A partir do referido diagnóstico, medidas liberalizantes foram adotadas pelos governos dos países centrais, liderados pela Inglaterra e Estados Unidos, apregoando livre mercado, fim das políticas protecionistas e ampla concorrência mundial. Com isso, os países na vanguarda do processo industrial teriam maiores vantagens em relação aos países mais atrasados, vez que a maior produtividade lhes possibilitaria redução de preços e ganhos de mercados nacionais em detrimento das indústrias dos menos desenvolvidos.

Uma vez disseminadas as propostas neoliberais, deu-se então, a corrida para a busca de maior competitividade e adequação das economias ao novo paradigma. As práticas neoliberais foram

¹ Instrumentos cambiais e financeiros eram comumente utilizados para facilitar a montagem do parque industrial. Taxas de câmbio múltiplas, redução das tarifas de importação de bens de capital e financiamento a baixo custo, constituíam exemplos de instrumentos protecionistas utilizados, que, se por um lado, geravam reserva de mercado e tornavam possível a ampliação da capacidade produtiva, por outro, oneravam pesadamente o orçamento público e preservavam uma administração e produção menos competitivas.

difundidas através do Consenso de Washington, onde o equilíbrio fiscal, a privatização, o fim ou diminuição das barreiras comerciais e a liberalização dos fluxos financeiros junto à desregulamentação de outros segmentos, como o trabalhista, foram postos como pré-requisitos para reformulação das estruturas e conseqüente inserção na chamada nova ordem econômica mundial.

Tais elementos alteraram substancialmente a ordem então vigente. O equilíbrio fiscal impacta diretamente nos gastos dos governos, reduzindo-os² e com isso limitando a influência e a participação do Estado na economia e na sociedade. Com isso, conforme ANDERSON (1995), observou-se um processo de desconstrução do Estado, nos seus mais diversos papéis, financiador, empresário, fiscalizador e, principalmente, regulador. Desse modo o mercado seria pleno em sua atuação, eliminando segundo os teóricos do novo modelo, as ineficiências refletidas na economia até então.

A inflação passou a ser controlada, através de taxas de juros elevadas e do equilíbrio orçamentário, enquanto a lucratividade dos setores via de regra, se elevava, devido à maior eficiência imprimida pelas inovações tecnológicas adotadas e à diminuição dos custos de produção, como os de mão-de-obra, muito embora não se observasse impacto significativo no crescimento econômico. Associa-se a isso um maior desemprego causado pelas mudanças tecnológicas, precarização das relações trabalhistas com queda de salários reais e maior canalização dos lucros para o setor financeiro (crescimento das operações parasitárias), comprometendo a ampliação produtiva e novas contratações de trabalhadores.

A liberalização dos fluxos financeiros junto à abertura dos mercados exige de imediato reforma dos antigos sistemas produtivos, face à concorrência estrangeira. A desregulamentação dos mercados, por sua vez, tem forte impacto no mercado de trabalho, onde regiões de mão-de-obra abundante e desqualificada sofrem com quedas salariais e precarização das condições de trabalho. Se levada em conta a atuação das políticas voltadas para promoção de maior competitividade, a desvantagem para o trabalhador dessas regiões tende a aumentar, dado que o barateamento da mão-de-obra é utilizado para atrair maiores investimentos externos. Outros mecanismos, como isenção fiscal, também são utilizados, sem necessariamente trazerem vantagens para as economias captadoras dos investimentos, dado o não comprometimento dos

² No aspecto dos cortes nos gastos públicos, o governo de Ronald Reagan (1981-1989) nos Estados Unidos apresenta-se como uma exceção, vez que a economia norte-americana lançou-se numa corrida armamentista à época da Guerra Fria, fato responsável por um déficit público exacerbado no período.

mesmos com a localidade, inclusive podendo deslocar-se livremente para outras mais competitivas quando lhes é conveniente.

Assim, a despeito do discurso triunfalista, o processo de globalização ou mundialização do capital dá origem a assimetrias nas relações mundiais, caracterizado por crescente polarização dos intercâmbios em favor dos capitais centrais ou triádicos - pertencentes aos países da tríade: Estados Unidos, União Européia e Japão (CHESNAIS, 1994).

O caráter seletivo da chamada globalização sobre a dinâmica regional contribui para uma desintegração competitiva, com maior exclusão sócio-econômica das áreas sem atratividade. E por sua vez, a financeirização das relações internacionais, onde o capital rentista é privilegiado em detrimento do produtivo, acentua, como já visto, o problema do desemprego e do baixo crescimento das economias mais pobres, já marginalizadas pela seletividade dos investimentos produtivos externos.

Embora se observe que alguns países que atrelam seus modelos político-econômicos a economias desenvolvidas, numa estrutura dependente, como se observa no caso do México, que cresce às sombras da economia norte-americana, e obtém algum posicionamento favorável de alguns indicadores, como PIB e Taxa de Desemprego, estes indicadores estão atrelados aos observados nas economias centrais, neste caso na economia dos EUA. Não há assim sustentabilidade nos resultados, visto a ausência de políticas autônomas de desenvolvimento sócio-econômico.

Tendo como base o contexto neoliberal e de readequação das estruturas econômico-produtivas descritos, o objeto deste trabalho é analisar tais modificações nas economias latino-americanas, com destaque para Brasil e México, e Ásia, apresentando o modelo de desenvolvimento chinês. Pretende-se aqui, através de uma abordagem comparativa, destacar as semelhanças e diferenças no processo de inserção competitiva destas economias, e os principais impactos econômicos de cada modelo.

Em vista das diferentes experiências em curso por parte de países em desenvolvimento no contexto aqui destacado, as quais derivam em boa parte da ação, ou inação, estatal, destaca-se ainda o posicionamento dos Estados diante dos desafios impostos pela mundialização e aumento da concorrência internacional. Diante desse contexto, é de fundamental importância entender o papel das instituições responsáveis pelo desenvolvimento sócio-econômico dos países analisados

e de que forma deu-se a participação do capital externo nas diferentes propostas de inserção produtiva promovidas por estes Estados.

Estudar o caso dos países em desenvolvimento se faz imprescindível para captar melhor os efeitos da globalização e quais as políticas de inserção competitiva eficazes ou não, identificando possíveis fatores determinantes para o seu resultado. Além disso, o estudo pode levar a sugestões, com base nas experiências analisadas, para adoção na economia brasileira, com o objetivo de melhorar a inserção de nosso país no comércio global.

Os casos a serem examinados são bastante diferenciados, com determinantes específicos para cada situação. Os países selecionados fazem parte do conjunto das economias em desenvolvimento, embora a China sinalize avanço maior devido aos sucessos de seu modelo político-econômico, o socialismo de mercado.

A hipótese aqui levantada, sugerida a partir de EVANS (2004), é de que Estados de práticas desenvolvimentistas, como o Chinês, promovem uma inserção em prol de um crescimento sustentável, enquanto os de prática predatória atrasam o processo de desenvolvimento sócio-econômico, gerando baixo dinamismo para as suas economias.

No primeiro caso, o crescimento faz-se através da manutenção pelo Estado de vínculos com grupos sociais fora da esfera pública, visando criar uma força conjunta em prol da transformação da economia e sociedade. Esta vinculação deverá vir acompanhada de uma maior autonomia³ deste mesmo Estado, a fim de não se deixar facilmente capturar por grupos de interesses, garantindo assim uma maior integração de todos os níveis sócio-econômicos no processo de desenvolvimento.

Já os Estados menos autônomos e os predatórios, sendo representantes do primeiro grupo o Brasil e o México, agem em representação de interesses individuais, a fim de obter ganhos para os detentores do poder, em nada representando os interesses da coletividade, promovendo uma inserção diferenciada, e de marginalização crescente de regiões e populações.

O capítulo que se segue a esta introdução se destina à apresentação geral da mundialização, fazendo uma breve recuperação teórica dos principais encadeamentos do fenômeno tratado, enfatizando a financeirização das relações globais e as modificações econômico-produtivas introduzidas após a adoção do modelo neoliberal.

³ Entenda-se a idéia de autonomia como relativa, dado que o Estado é desprovido de uma autonomia absoluta, principalmente inserido num modelo neoliberal, onde o mercado ganha maior destaque e atua mais fortemente que os governos.

Em seguida faz-se um exame das economias brasileira e mexicana, ressaltando os efeitos que mais se sobressaem na adoção das medidas liberalizantes e de abertura comercial. Avaliam-se indicadores fundamentais, como o conjunto de políticas adotadas, evolução do PIB, das exportações, dos índices inflacionários e do desemprego, dentre outros, visando fornecer base de dados para fundamentação da hipótese.

O capítulo posterior caracteriza as peculiaridades do modelo chinês, reunindo neste, características de um modelo desenvolvimentista, de superação das dificuldades impostas pelos países à frente do processo de mundialização.

Finalmente, o destaque de lições positivas e negativas das políticas nacionais de promoção de competitividade e atratividade em relação aos capitais mundiais será apresentado no último capítulo, tendo como destaque a proposta desenvolvimentista chinesa, que atrela seu modelo econômico a um maior aproveitamento do exército de mão-de-obra e a uma política de atração de capital externo mais direcionada para atendimento das necessidades internas – o que mostra em última análise, a necessidade de uma globalização mais igualitária, que promova a inserção de diversas regiões hoje marginalizadas pelo processo de acumulação rentista.

2. O FENÔMENO DA MUNDIALIZAÇÃO E SEUS PRINCIPAIS DESDOBRAMENTOS

Descrever o processo de globalização, ou mundialização⁴, como preferem alguns, é tarefa um tanto complexa visto que, não há uma teoria que fundamente de forma homogênea o seu estudo. O ritmo da mundialização também dificulta sua definição – o consenso está na complexidade e na gama de resultados diferenciados promovidos pelas várias inserções, de reflexos cada vez mais intensos nas “esferas das relações econômicas internacionais: produtiva-real, monetária-financeira, comercial e tecnológica”, (LACERDA, 1999:18). Atrelados a este fato estão o crescente dinamismo do fenômeno em escala mundial e o valor do montante de capital envolvido, criando obstáculos à ação do Estado e das empresas.

As economias que estão na vanguarda no processo global contemporâneo o apregoam como inevitável, restando aos outros países aceitarem essa prerrogativa e construírem modelos adaptados à nova realidade.

O grande desafio colocado pela globalização é a inserção competitiva, dado que o movimento crescente do livre mercado gera oportunidades diferenciadas, excluindo de forma involuntária regiões, setores e indivíduos que não conseguem acompanhar o ritmo de sua evolução. As mudanças são percebidas por uma constante substituição do “velho” pelo “novo”, em relação a processos e técnicas de produção, métodos organizacionais e de gestão empresarial.

Métodos tradicionais, como o fordista, a ser mais discutido adiante, são, pelo menos em parte, substituídos por outros mais inovadores, vez que há necessidade de uma maior criatividade e maior flexibilidade, viabilizando tanto a produção sob encomenda, quanto a produção em massa.

⁴ O termo mundialização é defendido por CHESNAIS (1996), sob a justificativa de que este retrata mais fielmente o significado da palavra de origem inglesa “globalização”, que seria a inserção competitiva promovida pelas organizações e grandes corporações em proporções mundiais, a fim de conquistar maiores mercados. Ainda de acordo com o autor, há certa resistência por parte dos países centrais, principalmente o grupo dos sete, EUA, Canadá, Japão, França, Alemanha, Reino Unido e Itália, a utilizar o termo mundialização, vez que este indica também uma necessidade de criarem-se instituições políticas regulamentares do movimento – sendo por isto o termo globalização mais difundido, pois este revela mais apropriadamente os interesses do mercado, sem cogitar a criação de órgãos reguladores.

Uma maior flexibilização vai determinar parte da competitividade, dado que permite às empresas responder mais rapidamente e eficazmente às exigências do mercado. Dentro deste contexto, o trabalhador torna-se peça fundamental, sendo necessária a elevação de sua produtividade, ao mesmo tempo em que o quadro funcional é também reduzido como parte do mesmo programa de produção competitiva. Percebe-se então, que a intensificação da concorrência traz, a um só tempo, inovações tecnológicas, aumento da intensidade de trabalho e desemprego.

No âmbito deste paradigma, as atividades passam de mecanizadas para automatizadas, onde na argumentação de DRUCKER (1992) apud LACERDA (1999), o desemprego não é simplesmente um efeito negativo da mundialização, mas sim quase condição de sobrevivência para as empresas na ordem global, ou seja, se as mesmas ignorarem este fato, a longo prazo, o desemprego será muito maior, em vista da não sobrevivência no mercado competitivo.

Ressalte-se aqui o fato de que o valor da mão-de-obra em si torna-se algo sem muita relevância, quando é tido apenas como fator determinante de competitividade, o que justifica ampla flexibilização do mercado de trabalho, mas apresenta uma visão excludente por si mesma, fazendo-se perceber na desigualdade e marginalização crescentes nas nações capitalistas. Resta ao Estado uma ação compensadora destes e de outros efeitos, mas esta é extremamente dificultada pela deterioração das contas públicas, devido ao ônus deixado pelos processos de industrialização na maioria dos países capitalistas⁵, e à incompatibilidade de uma política industrial geradora de empregos sob o novo paradigma de globalização. Afinal de contas, as políticas nacionais, nesse novo contexto, devem ser prioritariamente voltadas para o alcance de maior competitividade de suas unidades produtivas.

De acordo com os argumentos expostos, a globalização apresenta-se como excludente, tendo como alvo de exclusão a mão-de-obra abundante e desqualificada de economias centrais e periféricas, impactando mais fortemente estas últimas pela extrema desigualdade e pobreza já existentes.

⁵ Torna-se importante neste momento diferenciar a atuação estatal nos países desenvolvidos e naqueles em desenvolvimento e subdesenvolvidos, em geral. Nos primeiros participaram conjuntamente do financiamento e montagem do parque industrial, o Estado e a iniciativa privada nacional, tendo o Estado um papel variante e coadjuvante. Todavia, no grupo restante, coube ao Estado uma grande parcela de responsabilidade sobre a implementação de projetos industriais, tornando-se mais proeminente nestes casos a crise do endividamento do setor público para financiar o crescimento das atividades internas.

Em termos geopolíticos mundiais, países inteiros e até continentes, como o africano, também são deixados de fora do movimento global, tendo maiores dificuldades de superar o subdesenvolvimento de suas economias perante o crescimento da concorrência dos mercados. Estas áreas são tidas como sendo de extrema pobreza ou peso morto para o comércio global, e não economias destinadas ao desenvolvimento, desconsiderados enfim pelos capitais mundiais.

Algumas características do capitalismo contemporâneo devem ser aqui referidas no sentido de melhor esclarecer tendências em curso. Um aspecto a realçar é a expansão da lucratividade a partir de novos conceitos administrativos, fazendo uso de uma maior modernização e eficiência. Para isso emprega sistemas de gestão contemporânea, inspirados no *Toyotismo*⁶, onde se incluem:

- i) *lean production*, que pode ser entendido como o não excesso de pessoal – ou seja, reduzir o máximo possível do quadro funcional, a fim de desonerar o capital empresarial;
- ii) *just in time*, ou estoque dinâmico, atrelando as administrações às vendas imediatas, evitando gastos em formação e manutenção de estoques;
- iii) terceirização, onde os níveis salariais são baixos e os contratos são temporários, praticamente sem obrigações trabalhistas para a empresa contratante.

Buscando implementar os modelos sugeridos, os capitais buscam áreas de maior flexibilização, ou zonas de baixa proteção social, não importando se localizadas nos países desenvolvidos ou em vias de desenvolvimento.

Igualmente, como estratégia corporativa internacional, cresce o montante de investimento estrangeiro direto (IED), direcionado para áreas e setores competitivos, impactando fortemente no ambiente produtivo das regiões que tentam inserir suas economias formulando políticas de atração de capital externo.

Os investimentos podem se dirigir para o ambiente produtivo ou para o financeiro, tendo este último crescido substancialmente o montante de capital recebido nos anos mais recentes. Tem-se, então, o já comentado fenômeno da financeirização, onde a esfera dos benefícios rentistas assume papel primordial para os deslocamentos de capital, seja nas economias desenvolvidas ou não – firmando-se como uma outra etapa do fenômeno capitalista global. Ou

⁶ O *Toyotismo* difunde a utilização de regras criteriosas de gerenciamento da produção, através da qual “qualquer elemento que não agregasse valor ao produto deveria ser eliminado, pois era considerado desperdício” (FUTATA, 2005:01).

seja, dentro de seu processo evolutivo, a globalização caminha para a financeirização como estágio superior de seu desenvolvimento.

Apesar da livre circulação de capitais, do ponto de vista geopolítico, tem-se uma concentração financeira nos países da tríade, muito embora os capitais sejam deslocalizados para promoção de maior ampliação, quando finalmente voltam, multiplicados, à região de origem. Desta forma, a liberalização e a desregulamentação vêm junto à desterritorialização, facilitando a acumulação rentista.

As relações estabelecidas pelos países pertencentes à tríade, dentro da estrutura oligopolista, conferem-lhes maior poder de mercado, pois os mesmos concentram aporte tecnológico e de capital, dificultando a participação de outras nações nos segmentos mais avançados da indústria. Apesar de existir rivalidade dentro da tríade, dado que as indústrias destes países também competem entre si, quando se trata de dividir o mercado com as economias externas, há colaboração e cooperação intragrupo, visando manter os níveis de lucratividade longe de ameaças.

Acordos regionais e blocos econômicos são formados para salvaguardarem os países de perdas advindas do processo de globalização, o que aumenta a interdependência entre as nações, como também os fluxos comercial e financeiro internacionais.

Especificamente, são identificados dois fenômenos intensificados pela mundialização, a saber, a internacionalização e a concorrência mundial. Esta última se faz perceber na busca desenfreada das empresas por maior competitividade, reduzindo custos de produção e inovando seus processos produtivos para atender aos mercados, tornados mais dinâmicos. O investimento em si nas economias não é mais importante do que o ritmo das inovações promovidas para aumentar o consumo e a produção crescente dos bens e serviços, o que se estende sobre as indústrias sob a formação de interconexões e redes de relações. Tem-se um movimento de desverticalização da produção, com maior especialização das atividades e formação de contratos de prestação de serviços e assistência entre as empresas, objetivando o barateamento dos custos das atividades.

O paradigma tecnológico, de renovação sistêmica dos métodos de produção, tem conseqüências diversas sobre os países que desenvolvem e utilizam ou para aqueles que apenas adotam os novos sistemas. Como ver-se-á mais à frente, essas modificações nos processos produtivos foram iniciadas nas décadas de 1960 e 1970, mas percebidas mais claramente nos

anos mais recentes. A tecnologia da informação lidera este movimento inovador sistemático, com o crescimento de diversas áreas, como a biotecnologia.

Um fator não menos importante que o anterior, também determinante para o dinamismo da globalização, é a padronização das mercadorias e do consumo, que impacta no fluxo de bens transacionados pela economia e no nível de investimento realizado no ambiente produtivo. Tal padronização é alimentada pela inovação tecnológica, que cria a necessidade de constante substituição dos bens industrializados, através de obsolescência “programada” dos mesmos.

A cultura do consumo⁷, que homogeneiza a demanda, advém da integração mercadológica e tecnológica, e ratifica a argumentação de CHESNAIS (1996), de que a globalização atinge aspectos específicos e que não contrariam os interesses dos grandes grupos. A pesquisa científica e o sistema de proteção social, por exemplo, não devem ser globalizados, mas sim detidos e desenvolvidos apenas pelos grupos dos países ricos, reafirmando posições de supremacia, como a dos EUA, e fomentando mais fortemente a violência e o caos social nos países mais pobres.

Com relação às rupturas e amplas transformações, é importante salientar que estas se dão não apenas nas grandes corporações, mas igualmente nas pequenas e médias empresas que se relacionam com os grupos maiores, como clientes, fornecedores, ou parceiros.

A mundialização constitui fase específica do processo de internacionalização do capital, vista como resultado da ampla acumulação de capital, liberalização e desregulamentação, sendo ainda este processo refletido em três formatos principais, segundo MICHALET (1983) apud LACERDA (1999): exportação, licenciamento de tecnologia e IED⁸. O IED é um dos segmentos pertencentes ao universo dos investimentos estrangeiros, ao lado dos investimentos de carteira. Geralmente, considera-se IED em situações em que o investidor detém 10% ou mais das ações ou direito de voto numa determinada companhia. Quando esta participação é inferior, trata-se de investimento de carteira, e não há interferência na gestão da determinada empresa.

O IED passou a ter importância fundamental para as economias, a partir da década de 1980, onde atingiu dimensão significativa nas relações internacionais, assumindo inegável papel qualitativo. O fluxo deste nas economias foi marcado pelos movimentos de fusões e aquisições,

⁷ Segundo a visão marxista, essa relação da economia com o consumo é tida como fetichismo da mercadoria.

⁸ Definição de IED, segundo FMI e aceita pela OCDE (www.oecd.org): “O IED designa um investimento que visa a adquirir um interesse duradouro em uma empresa cuja exploração se dá em outro país que não o do investidor, sendo o objetivo deste último influir na gestão da empresa em questão”.

impulsionados pela necessidade de recuperação dos elevados custos fixos advindos dos maciços investimentos em pesquisa e tecnologia, tidos pelas grandes corporações de produção em massa.

Segundo BOURGUINAT (1994) apud CHESNAIS (1996), o caráter específico do IED reside, principalmente, em não possuir liquidez imediata e de ter uma dimensão intertemporal, vez que sua implantação dá origem a várias outras operações de investimento, de tempo indeterminado de produção e comércio, diferentemente do comércio exterior.

Tabela 2.1

Fluxo de Investimento Estrangeiro Direto (IED) no Mundo e Produção Internacional – US\$ bilhões				
Item/Ano	1995	1996	2001	2002
Fluxo de IDE	317,0	349,0	823,8	651,2
IED/Países Desenvolvidos	-	188,6	589,4	460,3
IED/Países em Desenvolvimento	-	160,4	209,4	162,1
Exportações	5.848,0	6.111,0	6.300,0	6.600,0

Fonte: UNCTAD/CIA World Factbook (2003)

Os dados da tabela 2.1 revelam que o crescimento do IED em 2002, em relação a 1995, foi de 105,42% enquanto que, para o mesmo período, as exportações cresceram 12,85%, comprovando a tendência dos IED's de superarem o montante referente às exportações mundiais, o que reflete, em parte, o baixo desempenho das atividades econômico-produtivas dos países se comparado aos fluxos de capital destinados ao setor financeiro.

Ressalta-se ainda, a baixo percentual de IED destinado aos países em desenvolvimento, onde, considerando-se os anos mais recentes, 2001 e 2002, a participação média tida pelos países desenvolvidos é de 70% ao ano, enquanto a proporção que cabe às economias em desenvolvimento é de apenas 30% ao ano, resultado que polariza mundialmente os fluxos de investimentos.

2.1 Efeitos Sobre os Países em Desenvolvimento

Os países em desenvolvimento, certamente não são os mais beneficiados pelo processo de globalização, entretanto a liquidez financeira internacional, a expansão capitalista e a liberalização dos mercados apregoada pelo neoliberalismo facilitaram o movimento dos capitais por sobre estes países, em busca de ampliação de lucros através da exploração dos mercados mundiais.

Os mercados dos países em desenvolvimento se constituem hoje em fonte de alta lucratividade para o capital, seja através do consumo das populações periféricas incentivado pela flexibilização do crédito, como pela atratividade da abundância da mão-de-obra, de impacto direto nos custos de produção das empresas transnacionais. Afora estes atrativos, tem-se que a adesão ao neoliberalismo implicou em processos de privatização das economias e políticas de estabilização, fatores em si de estímulo aos investimentos.

Sob o aspecto da divisão internacional do trabalho, considerando a consolidação da indústria nos países em desenvolvimento, tem-se que estes se posicionaram no comércio global como produtores competitivos de manufaturados intensivos em mão-de-obra pouco qualificada, fator abundante na maioria das regiões subdesenvolvidas. Isso provocou um aumento nas importações destes bens pelas economias desenvolvidas, provocando queda de produção e desemprego nestas últimas. Embora esse aumento seja significativo, não chega a consolidar-se empecilho ao crescimento das indústrias centrais, visto que com a liberalização dos mercados, as empresas transnacionais se deslocam para as áreas periféricas, aproveitando-se dos insumos lá existentes, compensando a falta de competitividade de algum fator produtivo na região central.

Uma questão fundamental, porém, compromete ainda mais a competitividade dos países em desenvolvimento: cada vez mais o paradigma tecnológico assume papel definidor para dotação de maior competitividade, ficando em segundo plano o custo da mão-de-obra, descartada cada vez mais pelas sistemáticas inovações nos processos de trabalho. Entretanto, percebe-se ainda que, onde há diferenciação de mão-de-obra, tem-se um fator de atratividade para os capitais externos - de onde se conclui que há um conjunto de fatores que são determinantes para atração de investimentos e dotação de competitividade, como custo da mão-de-obra, desenvolvimento tecnológico, incentivos fiscais e desregulamentação de mercados, cada um assumindo maior ou

menor importância dependendo da atividade a realizar-se, embora haja convivência de vários destes fatores, visto o já discutido dinamismo do processo.

Para os países em desenvolvimento, defende ainda CHESNAIS (1996), que a financeirização traz graves consequências, como o aumento do desemprego e da violência social. Este desemprego, causado pelo aumento da tecnologia e pela flexibilização do mercado de trabalho, é ainda afetado pelo desvio da acumulação de capital para o setor rentista, o qual interfere no ritmo de crescimento das atividades produtivas, freando o crescimento das economias e gerando assim, menos emprego.

Afora o crescimento do desemprego e natural aumento das demandas sociais, a diminuição do poder dos Estados os impede de investir em projetos que beneficiem os segmentos mais prejudicados pelo avanço da concorrência global. Desta forma, o modelo revela sua insustentabilidade, nos moldes explicitados, vez que uma recessão profunda pode surgir dos altos níveis de desemprego, produção contida e baixos salários permitidos pela legislação, interferindo ainda na arrecadação de um Estado já enfraquecido. Consequentemente, como os fluxos financeiros têm origem na atividade produtiva, o comprometimento desta compromete também o montante de capital destinado ao mercado financeiro, o que destaca a vulnerabilidade de todo sistema.

De acordo com o exposto, conclui-se que os limites de crescimento do modelo competitivo-neoliberal são impostos pela sua própria dinâmica, causando sérios problemas sociais e econômicos, advindos da prática concentradora da financeirização. Agravando este quadro, tem-se a consolidação do Estado mínimo, sem autonomia para realizar e financiar projetos significativos para superação dos prejuízos sociais.

Alternativas, mesmo que limitadas, se colocam face ao quadro exposto, sendo a parceria entre os diversos atores sociais fundamental para alcance de algum sucesso. Conceitos de responsabilidade social e inclusão de áreas e populações devem estar contidos em acordos e cooperações voltados para a geração de oportunidades e para o desenvolvimento sustentável.

Faz-se necessária então uma ação integradora, em que as classes mais afetadas pela globalização adquiram mais informação do panorama em que estão inseridas e participem dos processos de decisão político-econômica na sociedade.

Ademais, políticas públicas devem ser implementadas, por exemplo, com vistas ao reforço da competitividade e à realização de parcerias com os vários atores sociais, voltadas para

a geração de capital social, hoje prerrogativa para uma sociedade mais equilibrada, que utilize com racionalidade o meio-ambiente, e participe das ações comunitárias

2.2 Reestruturação Produtiva

Com a globalização e o aumento da concorrência em termos mundiais, tem-se o surgimento da indústria global, referindo-se às atividades integradas mundialmente, beneficiando-se das redes e interconexões estabelecidas (*capture linkages*). A posição concorrencial de uma determinada indústria no comércio internacional está relacionada à que posição detém a mesma nos outros países.

Como indústria, pura e simplesmente, pode-se considerar uma formação de capital, que concorre produzindo um bem homogêneo no mercado. A internacionalização do capital dá origem à formação das fábricas globais, onde a produção industrial é feita estabelecendo divisões de tarefas entre as filiais de uma corporação.

Como já mencionado, o comércio mundial funciona basicamente dentro de uma estrutura oligopolista de mercado, onde uma maior concorrência significa também maior dependência mútua, visto as especializações produtivas de cada grupo. Os grupos aí incluídos têm que superar a rivalidade existente através da redução dos custos de produção, aproveitando-se de regiões onde a desigualdade de renda e a abundância de mão-de-obra desqualificada, juntamente com a flexibilização das leis trabalhistas, favorecem a maior rentabilidade.

A estratégia de produção dos grupos oligopolistas dá-se basicamente da seguinte maneira: os países do terceiro mundo colocam-se como fornecedores de matérias-primas e mão-de-obra desqualificada, enquanto os países ricos são fornecedores de insumos científicos e tecnológicos, aproveitando assim as vantagens específicas de cada região em prol da maior acumulação de capital dos países primeiro-mundistas.

Na argumentação de CHESNAIS (1996), a rivalidade global é de tamanha dimensão, que os grupos mais bem-sucedidos são aqueles que conseguem uma inserção nos mais variados sistemas de produção e mercados, como é o caso dos japoneses e chineses, que exploram vantagens específicas de vários mercados, tanto na produção de bens intensivos em tecnologia, como em capital humano e em trabalhadores sem qualificação. Essas economias, chamadas pelo

referido autor de *global insider*, conseguem produzir com alta competitividade em diversos segmentos industriais, alcançando posição de destaque no comércio global.

Os grupos que recorrem à terceirização e a outros mecanismos de contratações temporárias têm a legislação trabalhista e o excedente de trabalhadores a seu favor, o que é determinante para a deslocalização de suas atividades. Por sua vez, para os grupos que trabalham com o uso da alta tecnologia, a decisão de deslocalização sofre influência de acordos de integração industrial regional, como fusões e aquisições.

Além dos movimentos de fusão, aquisição e cooperações diversas, as empresas transnacionais adotam a formação de *holdings*, divisões semi-autônomas, responsáveis pela gestão de diferentes áreas, mercados ou localidades do grupo, localizando-se mais próximo do mercado ou da produção, de acordo com o interesse maior da organização.

Já o que diz respeito à tecnologia, revela que a mesma é caracterizada pela contínua renovação dos produtos, processos de trabalho e métodos organizacionais ou modelos de gestão. O caráter de fundamental importância adquirido pela tecnologia é definidor para introdução dos bens complementares especializados, insumos utilizados na produção de certo conteúdo tecnológico.

Para conseguir esses complementos estrategicamente, são realizados acordos de cooperação entre grupos, no intuito de ajudarem-se mutuamente, cada um fornecendo o que para ele tem um custo mais baixo. Esses acordos ou alianças também podem se fazer por meio de troca de conhecimentos e compartilhamento de recursos de pesquisa e desenvolvimento (P&D).

Deve-se considerar, em relação a P&D, que há maior necessidade de acordos de cooperação, haja vista o caráter menos deslocalizado deste fator – isto porque a montagem de uma estrutura de P&D exige um aporte de capital bem maior e é parte fundamental da estratégia competitiva, a qual deve ser protegida e mantida sob controle rígido do país de origem.

Com a globalização, o comércio exterior sofre algumas transformações, onde a teoria das vantagens comparativas, de aproveitamento dos fatores abundantes não mais é suficiente para moldar os ganhos comerciais – é preciso gerar tais vantagens comparativas, aproveitando-se de fatores de atratividade nos mercados mundiais.

Os países menos desenvolvidos, que implantaram tardiamente a atividade da indústria, como o Brasil, foram os mais prejudicados pela inserção promovida após a abertura comercial das economias. A industrialização tardia, em muitos casos, não conseguiu gerar ganhos de

produtividade e eficiência, fundamentais para assegurar competitividade na produção de bens de uso mais intensivo em capital e tecnologia. Desta forma, quando estes países passam a concorrer com os produtores internacionais, uma vez posta a abertura das respectivas economias, defrontam-se com dificuldades postas pelo atraso relativo de seus sistemas produtivos de baixo dinamismo.

2.3 Reformas Liberalizantes

O novo paradigma concorrencial trazido pela globalização gera necessidade de adaptação das diversas estruturas econômicas à nova ordem competitiva. Para consecução desse objetivo os países adotam reformas de ordem estrutural, que refletem em grande parte ou em sua totalidade, o receituário estabelecido pelo Consenso de Washington. O equilíbrio das contas públicas junto à estabilização monetária são metas fundamentais para dar sustentáculo às transformações no ambiente produtivo, caracterizado agora pela liberalização e desregulamentação dos mercados, ditando regras de produtividade, competitividade e lucratividade. As empresas devem reduzir custos e modernizar suas estruturas de produção a fim de se adequar aos padrões estabelecidos pelo mercado internacional.

Para traçar as principais características da reestruturação promovida pela globalização nos países em desenvolvimento, objeto do trabalho em questão, faz-se necessário pontuar os fatores determinantes para a adesão destas nações ao paradigma global.

A década de 1970 foi marcada por uma recessão mundial, advinda da crise do petróleo, onde maiores reservas foram destinadas à importação desse bem causando inflação e déficits comerciais nos países industrializados, movimentos acentuados nos países periféricos, alguns hoje em vias de desenvolvimento, devido ao já baixo dinamismo de suas estruturas produtivas.

O protecionismo e a interferência estatal foram colocados como causa da queda da lucratividade dos setores industriais – tornava-se necessário, desta forma, diminuir a atuação desse Estado, enfraquecer os sindicatos e flexibilizar as leis do trabalho para dar sustentação aos rendimentos industriais através do pagamento de salários mais flexíveis. Uma vez que, segundo a argumentação que se tornaria a justificativa para o implante do neoliberalismo posteriormente, as economias de forte influência estatal não tinham obtido sucesso, era hora de deixar o mercado atuar mais livremente, no intuito de promover resultados favoráveis.

Desta forma, O Estado do Bem-estar Social é substituído pelo sistema Neoliberal, com redistribuição do capital em favor do setor privado, na expectativa de geração de crescimento e superação da crise econômica. Na direção de promover melhor atuação deste setor, os mercados foram desregulados e liberalizados, facilitando a acumulação capitalista.

Na prática, o neoliberalismo traduziu-se fortemente em flexibilização do mercado de trabalho, baixos níveis salariais e precarização das condições de trabalho.

Em países latino-americanos, o neoliberalismo fora introduzido após um contexto de ampla participação estatal na economia, na realização da industrialização substitutiva de importação. Nesta, estabelecia-se um pacto de compromisso entre o Estado e a burguesia, onde a modernização surgia de forma tímida, sem alterar significativamente a estrutura produtiva – a chamada modernização conservadora.

A herança deixada por este modelo entrou em choque, pelo menos em parte, com a aplicação das medidas neoliberais, que exigiam adequação das estruturas produtivas para alcance de melhor posicionamento global. Tal adequação, ou aplicação do receituário neoliberal de liberalização dos mercados, inovação tecnológica, manutenção de taxas de juros competitivas e não interferência governamental na atividade econômica desestruturou, mesmo que de forma diferenciada, economias marcadas pelo baixo dinamismo e reduzida competitividade, advindos da modernização conservadora.

O aumento dos fluxos de capital causou valorização das moedas nacionais, com impacto nos saldos em conta corrente desses países. Por sua vez, a manutenção de elevadas taxas de juros internas aumentava o endividamento interno e causava queda nos investimentos produtivos. Comprometia-se assim a geração de empregos e a renda nacional. Empecilho adicional à ampliação da atividade produtiva interna era colocado pela priorização ao capital especulativo em detrimento do capital produtivo, este primeiro caracterizado pelo rendimento a curto prazo sem comprometimento com a estrutura de produção.

No México, o modelo neoliberal é cada vez mais de associação com o capital norte-americano após sua adesão ao NAFTA (Acordo de Livre Comércio da América do Norte) em 1994, refletindo uma maior vulnerabilidade e dependência da economia mexicana em relação ao mesmo.

No Brasil, apesar de haver maior autonomia, relativamente ao modelo mexicano, a manutenção de altas taxas de juros para evitar o retorno à inflação, controlada a partir de 1994, compromete o crescimento e o dinamismo das estruturas internas.

A China, como explica TAVARES (2001) promove uma inserção onde se percebe traços de uma economia “socialista de mercado”, com um modelo que apregoa a participação no sistema multilateral de comércio junto ao controle estatal dos meios internos de produção. As reformas chinesas caminham na direção de uma maior regulação das atividades geradoras de divisas, estímulo à formação de poupança interna, incentivos ao capital externo e posse estatal dos setores estratégicos.

O papel conferido às empresas estatais pelas reformas chinesas, é o de assegurar a lucratividade do setor privado com fornecimento de insumos produtivos a um baixo custo, concessão de incentivos ao setor exportador, contenção do desemprego urbano e realização de parcerias com os investidores estrangeiros para importação de tecnologia e acesso privilegiado a determinados tipos de mercado.

Tabela 2.2

Custo da Mão-de-Obra na Indústria Mundial, Por Hora, em 2002 (em US\$)	
Indonésia	0,35
Índia	0,43
China	0,59
Chile	2,05
México	2,27
Taiwan	6,13
Coréia do Sul	8,35
Espanha	11,46
Japão	19,01
EUA	20,32
Alemanha	24,07

Fonte: China Statistical Yearbook, 2003.

Destaca-se aí, a dificuldade que é posta à sustentabilidade do sistema, onde o setor estatal deve subsidiar o crescimento industrial privado e garantir direitos trabalhistas apesar de não serem destinados recursos para elevar a produtividade e modernizar as atividades por ele empregadas.

Dada esta incompatibilidade, de 1997 em diante, a China tem flexibilizado as leis trabalhistas, de forma a diminuir os gastos do governo e desonerar o capital privado, gerando desemprego e queda dos níveis salariais. Deve-se considerar, a despeito da elevação dos índices de desemprego, que a oferta ilimitada de mão-de-obra, e, portanto, seu baixo custo (tabela 2.2), é grande atrativo aos investimentos estrangeiros produtivos.

2.4 Modificações nos Processos de Trabalho

O fordismo foi o modelo produtivo mais comumente adotado nos países ocidentais, com o desenvolvimento do paradigma industrial, a partir de 1930⁹. A especialização da produção junto à mecanização do trabalho fez com que o modelo alcançasse altos níveis de produtividade, estimulando reinvestimentos no setor, crescimento do produto e renda. Através dos salários recebidos, os trabalhadores pressionavam a oferta produtiva, com ampliação da atividade, dinamizando o sistema produtivo.

Entende-se o fordismo como a aplicação do taylorismo, junto à mecanização das atividades produtivas. O taylorismo, por sua vez aplicado freqüentemente nos países socialistas, apregoa a separação entre a concepção do processo de produção e a execução de tarefas padronizadas; seu crescimento não era garantido pelo consumo de massa, mas sim pela abundância de mão-de-obra, proveniente principalmente do campo. Como limitadores desse sistema tem-se a falta de incentivos pelos baixos salários industriais (custo de oportunidade baixo de empregar-se) e a oferta de mão-de-obra.

A recessão mundial da década de 1970 advinda da crise do petróleo, marca também a crise do modelo de desenvolvimento fordista, de aporte keynesiano, onde os rendimentos da

⁹ Os países da América Latina podem ser enquadrados, em sua grande maioria, no modelo chamando fordismo periférico, baseado na acumulação e no crescimento dos mercados finais, embora haja continuidade da periferia – os setores produtivos estratégicos e a mão-de-obra qualificada permanecem no centro. Há forte deterioração dos termos de troca, dado serem estas economias caracterizadas nesta fase pela agroexportação.

mão-de-obra eram tidos como base da demanda agregada e, portanto, os direitos do trabalhador eram sólidos e garantidos pelo Estado, num contexto que permitia forte representação sindical.

Como o protecionismo e a interferência estatal foram tidos como causa da queda da lucratividade dos setores industriais, argumento já posto, tornava-se necessário, desta forma, enfraquecer a atuação do Estado e a dos sindicatos, flexibilizando as leis do mercado de trabalho para dar sustentação aos rendimentos industriais através do pagamento de salários mais flexíveis. Nos países periféricos, aí inseridos os latino-americanos, o modelo de ampla flexibilização e precarização do segmento trabalhista, regido na maioria das vezes pelo livre mercado, apresenta-se como estratégia de crescimento das suas atividades produtivas.

No continente europeu, o modelo adotado com maior frequência posteriormente à crise de 1970 foi a co-gestão associada, a qual substituiu o controle direto estatal por um modelo de autonomia responsável. Neste, LIPIETZ (1996) afirma haver um elo entre as companhias e a mão-de-obra, onde são ajustados os interesses de rendimentos salariais dos trabalhadores e as formas de organização e de hierarquia dentro das companhias. Há valorização da especialização e melhores condições salariais, acordadas entre sindicatos e representações empresariais.

Por sua vez, no continente asiático predominou o taylorismo, porém com especificidades que merecem algum destaque. No caso da China, esta realizou a reforma agrária, não sofrendo o êxodo rural, e após o salto para frente e a Revolução Cultural¹⁰ critica o modelo de controle hierárquico direto, introduzindo flexibilidade no sistema taylorista. Todavia, a flexibilidade adotada representou primordialmente, barateamento da força de trabalho, precarização e submissão social a regimes autoritários, configurando a chamada taylorização primitiva¹¹.

¹⁰ O Projeto Grande Salto para Frente, concebido em 1958 por Mao Tsé-tung, visava consolidar e diversificar o parque industrial chinês; já a revolução cultural, no mesmo governo, teve início em 1966, e foi marcada por um período de instabilidade política frente ao controle do partido comunista, onde os civis assumem papel fundamental motivando uma reestruturação político-econômica e uma transformação ideológica. Após a morte de Mao em 1976, há um processo de “desmaotização”, com nova liderança para o Partido Comunista, reorganização da economia, visando uma maior adequação ao sistema de mercado, com privatizações de setores não estratégicos e incentivos ao investimento externo.

¹¹ A taylorização primitiva é caracterizada, de forma geral, pela deslocalização dos setores não-competitivos, elevada exportação e alta taxa de exploração da mão-de-obra. A lucratividade das empresas é conseguida unindo os baixos custos de operações e de despesas funcionais - estratégia trabalhista conhecida como “sanguinária”, por ser marcada pela ausência de direitos sociais (FIORI, 1999).

2.5 O Estado Contemporâneo e os Desafios Impostos pela Mundialização

Discutir o papel dos Estados torna-se fundamental para analisar as diferentes políticas de inserção propostas no trabalho. Deve-se considerar este aspecto ligado ao aumento deste papel a partir de 1930, com a consolidação das políticas urbano-industriais no mundo. O conceito de Estado é, contudo, controverso, havendo na literatura referências a visões diferentes e opostas. Nos parágrafos a seguir faz-se uma tentativa de resumir, de forma não exaustiva, alguns desses enfoques.

De acordo com o enfoque pluralista-liberal do Estado, este tem como maior preocupação a busca dos interesses dos indivíduos. Tais indivíduos, com diferentes interesses, se associarão a grupos variados, de forma a serem representados diferentemente por grupos cujos interesses se cruzam. Assim, cada indivíduo buscará a sua satisfação, sendo representado pelos grupos sociais. A idéia liberal, de busca individual que traz alcance coletivo, faz-se válida se o Estado “fornecer as infra-estruturas administrativas, institucionais e físicas indispensáveis, neutras e imparciais para o capitalismo funcionar”(STEPAN, 1980:33), papel já demasiadamente importante e que exige grande atuação política. Um aspecto relevante da questão da existência dos grupos na sociedade é que estes se tornam mais representativos ou privilegiados muito mais pelas linhas de interesse do Estado do que pela atuação livre dos próprios grupos, o que dificulta o alcance de metas coletivas a partir da existência de grupos de interesse.

O papel dos Estados pode igualmente ser analisado de acordo com a teoria marxista, onde o ponto de partida deixa de ser o indivíduo, como no enfoque pluralista-liberal, e passa a ser a soma das relações que envolvem os indivíduos na sociedade – sendo a mais importante destas aquelas que envolvem o modo de produção. Uma vez que a divisão do trabalho obedece à acumulação capitalista, não há alcance de interesse coletivo, dado o privilégio das elites em detrimento dos interesses dos trabalhadores. O Estado, dentro desta visão, é capturado pelas classes opressoras, realizando atuações que as beneficiam.

Vale destacar ainda o enfoque orgânico do Estado, onde a comunidade assume maior importância que o indivíduo por si mesmo. O fim da comunidade deve ser perseguido pelas políticas públicas, sendo este mais difícil de conseguir e manter. A busca pelo bem comum é já a finalidade de qualquer implementação do Estado. No modelo estatista-orgânico o Estado é intervencionista e forte, características necessárias para não deixar-se facilmente capturar por

grupos de interesses. Além de atuar amplamente, o Estado visa promover estabilidade nas sociedades, não devendo-se esta estabilidade confundir-se com resistência a modificações que se façam necessárias para implementação do sociedade orgânico.

Tendo em vista os aspectos considerados em relação à atuação estatal, e sabendo-o presente, de forma diferenciada, na montagem do aparato industrial nos casos de desenvolvimento aqui tratados – brasileiro, mexicano e chinês - mostra-se fundamental analisar a de que forma a prática dos diferentes Estados contribuiu para aumento do dinamismo e transformação produtiva observados em cada situação. Desta forma, o desafio dos Estados contemporâneos consiste em de que forma promover um desenvolvimento nacional, tendo em vista o paradigma global de posicionamento estratégico face ao modelo concorrencial.

A teoria das vantagens comparativas, segundo a qual as especializações produtivas deveriam se dar de acordo com os fatores abundantes de cada região, sob a abordagem de EVANS (2004), faz sentido apenas para matérias-primas não-processadas. Quando se trata de manufaturados, o posicionamento na divisão internacional do trabalho não se deve dar levando em consideração exclusivamente as potencialidades naturais. Os Estados devem, sim, apoiar a criação de vantagens comparativas, buscando atrelar maior dinamismo a suas atividades produtivas, aproveitando de forma eficiente os recursos disponíveis.

Da mesma forma, a escassez de determinados fatores não explica posicionamentos restritos, cabendo aqui a emergência de arranjos produtivos competitivos, implementados através de políticas locais e instituições que representem o interesse desenvolvimentista. Políticas estas que podem reestruturar o parque produtivo de forma a incentivar o surgimento de novos setores e o desenvolvimento de áreas não competitivas. Nas palavras de EVANS (2004:35):

“Em um mundo onde as vantagens comparativas são construídas, as instituições sociais e políticas – entre elas o Estado – definem a especialização internacional”.

A argumentação aqui tratada é a de que há uma estreita relação entre o tipo de Estado e o sucesso das inserções competitivas das diferentes economias apresentadas. Desta maneira, torna-se fundamental traçar as principais características de cada tipo, visando trilhar possíveis semelhanças entre os mesmos e a amostra de países selecionada para a pesquisa. Dispostas tais características, passa-se então para a identificação das principais variáveis afetadas pelas políticas

específicas, e os seus impactos para o tema proposto, de análise dos resultados dos modelos contemporâneos de desenvolvimento. A análise das formas de atuação estatal a ser aqui desenvolvida, complementares às visões sobre o Estado descritas anteriormente, toma por base as categorias propostas por EVANS (2004), o que parece ser um caminho apropriado para que os objetivos deste trabalho sejam atingidos.¹²

Ampliando a visão em torno do argumento exposto, podemos classificar três tipos de Estados: os predatórios, que priorizam os interesses de indivíduos ou grupos, em detrimento do social, atrasando o processo de desenvolvimento; os desenvolvimentistas, que comandam o processo de transformação industrial, e são, em sua grande maioria, responsáveis pelo desenvolvimento socio-econômico; e finalmente, os intermediários, que apresentam características desenvolvimentistas e predatórias, não sendo capazes de superar o baixo dinamismo de suas estruturas ou adotando modelos de desenvolvimento co-dependentes de economias mais fortes.

O primeiro apresenta mecanismos obscuros de contratação e recrutamento, refletindo tomadas de decisão tendenciosas ou manipuladoras de situações que beneficiam uma minoria. Já o segundo demonstra comprometimento com a sociedade, recrutamento seletivo, e mecanismos burocráticos de tomada de decisão, refletindo maior interesse da coletividade. Este último caracteriza-se como um Estado mais autônomo em relação ao primeiro, realizando também parcerias com diferentes grupos sociais em favor do crescimento mais igualitário.

Por sua vez o terceiro, caracteriza-se por alguma modernização e avanços nas estruturas produtivas, embora nos sistemas burocrático e político persista um dualismo, com representações democráticas de um lado e cargos representantes de grupos de interesse de outro, o que impede a realização de ações transformadoras e de uma estratégia voltada para o desenvolvimento sustentável.

Em vista da importância do papel mais ou menos ativo do Estado para a análise aqui exposta, faz-se a seguir um maior detalhamento da tipologia proposta por EVANS (2004).

¹² Note-se que ao adotar a proposta de Evans não se está ignorando outras concepções e propostas teóricas de entendimento do papel do Estado. Apenas considera-se que esta parece mais apropriada diante dos objetivos aqui propostos.

2.6 Estados Desenvolvimentistas, Intermediários e Predadores: Elementos de Autonomia e Parceria

Segundo o autor mencionado, os Estados desenvolvimentistas têm a parceria como elemento tão fundamental quanto o é a autonomia. Aqui a parceria assume um significado bem particular, referindo-se à inserção deste mesmo Estado num maior número de grupos sociais possível, buscando promover conjuntamente um único processo de transformação – porém mais amplo do que aquele desprovido de parcerias, no intuito de inserir populações marginalizadas e setores menos competitivos.

Os Estados predatórios podem ser observados em situações que beneficiam o indivíduo ou os indivíduos à frente do poder, descartando políticas promotoras de melhorias sociais, ou ainda que representem demandas coletivas. Este modelo favorece o aumento de arrecadação, ainda que este fluxo não seja direcionado para investimentos, mas sim para enriquecimentos individuais, e a provisão escassa de bens públicos, sendo grande empecilho ao processo transformador promotor de desenvolvimento.

Deve ser ressaltado que um Estado autônomo não necessariamente significa um Estado voltado para o bem-estar social – este pode ser autônomo e sem representação popular, de forma que suas ações beneficiam a particulares, geralmente com grande prejuízo social. Da mesma forma que uma parceria num contexto de um Estado sem autonomia não se concretiza, e perde seu sentido, vez que o Estado não tem governabilidade, atuando de maneira inconsistente. Entretanto, independente do caráter e significado assumidos, quando estes instrumentos, autonomia e parceria, agem separadamente, pode haver grande comprometimento da ação de transformação.

2.6.1 Estados Predatórios

O termo “predatório” refere-se ao fato de que os Estados inseridos neste conjunto, agem na sociedade como predadores, lhe tirando qualquer excedente sem comprometimento social algum, de forma que o atraso e a falta de dinamismo tendem a aumentar, traduzidos em elevação da concentração de renda, crescente desemprego, diminuição dos direitos trabalhistas, bolsões de pobreza proeminentes, altos índices de violência e opressão social. Diante deste contexto, a

burocracia tradicional é descartada, emergindo leis e padrões de comportamento que irão refletir a busca de interesses individuais - a coletividade perde sua essência dentro do aparato legal e institucional estabelecido.

Estes Estados, a exemplo do Estado do Congo (ex-Zaire), podem impor uma carga tributária elevada sem, no entanto, realizar investimentos que traduzam uma preocupação com a criação de empregos ou o bem-estar social. Na realidade, o que acontece é uma pilhagem da infra-estrutura já existente, que sofre desgaste devido a não manutenção ou não realização de conservação e melhorias.

Os principais cargos públicos são distribuídos de acordo com o parentesco ou afinidade com o presidente e seus familiares, e os direitos dos civis apenas são conseguidos mediante pagamento – os funcionários públicos são subornados para desempenhar tão somente as suas funções¹³. Este Estado é forte e autônomo, apenas no que diz respeito a implementar medidas sem levar em consideração a vontade pública, de maneira autoritária e repressora. Todavia, é fraco se considerarmos sua capacidade de transformar a sociedade, atuando com políticas que reestruturem o parque produtivo em prol de um crescimento menos desigual.

A suposta burocracia que deve existir no sistema público é substituída por um personalismo e um comercialismo, onde a maximização individual ganha espaço, vetando a realização de ações voltadas para um desenvolvimento sustentável ou de longo prazo. Entende-se aqui, burocracia como metodologia criada para organizar e padronizar ações e demandas cívicas, sendo por isto que “não é a burocracia, mas sim a sua ausência que torna o Estado predatório.” (EVANS, 2004: 80).

Vale ainda salientar que este tipo de gestão, a predatória, caracteriza-se pela não participação civil, evitando a ameaça da ação popular através da desarticulação ou desorganização dos grupos de representação popular.

Vale observar que um sistema político criado pelos moldes do Estado predatório é muito mais resistente a ações modificadoras contemporâneas, de modernização e aumento de produtividade, fazendo brotar áreas de eficiência em meio aos cabides de emprego.

¹³ Internamente, o baixo dinamismo das profissões desmotiva o funcionário, vez que, não há uma premiação ou possibilidade de promoção via desempenho: muitas carreiras são determinadas por uma liderança política específica. Tendo fim a liderança, a carreira daquele funcionário partidário também é encerrada, ingressando uma nova equipe, que por ser de fora do órgão preterido, não compromete-se com o mesmo, e também por saber, como os de outrora, que sua carreira não terá vida longa, pelo fato de estar atrelada aos mandatos.

Empresas produtivas são modernizadas, sem, no entanto, haver alteração em sua estrutura ou no procedimento pelo qual é formado seu corpo funcional. Algumas estatais se sobressaem como exemplo de eficiência, enquanto a grande maioria continua a funcionar sob bases tradicionais, sendo impossível modificar a burocracia como um todo. E, para o Estado, isto significa que não poderá exercer seu papel social, visto que com o aumento da concentração de renda, mais populações tornam-se marginalizadas, com isso crescendo as demandas sociais, sendo este mesmo Estado incapaz de atendê-las, principalmente, considerando-o dentro da perspectiva minimizadora de gastos proposta pelo neoliberalismo.

As parcerias não são realizadas com a classe empresarial; alguns empresários individualizam suas demandas e conseguem estabelecer vínculos políticos locais, a fim de obterem ganhos isolados. Estes acordos são contrários ao desenvolvimento da sociedade, e atrasam ainda mais o processo de transformação necessário para um modelo integrador de crescimento. Este processo dá margem a altos índices de corrupção, com verbas públicas sendo desviadas de sua real finalidade para projetos que beneficiam grupos de elite.

2.6.2 Estados Desenvolvimentistas

No caso dos Estados desenvolvimentistas, estes podem, eventualmente, se tornar alvos de políticas individualistas, como qualquer mecanismo de poder, mas, de maneira geral, se propõem bem mais a realizar medidas transformadoras do que os referidos anteriormente. Tal afirmação encontra fundamento nas características das economias que passaram por grandes transformações galgadas por Estados caracterizados como desenvolvimentistas. Tendo como exemplo mais seguro, as economias do Japão, Coréia e Taiwan, onde a ação estatal assumiu a responsabilidade de conduzir o processo de industrialização, através do incentivo à formação de capital, junto à racionalização e eficiência dos setores industriais.

Os cargos públicos e estratégicos para a gestão do país são ocupados através de um mecanismo de seleção rigoroso, visando construir e implementar um sistema burocrático legítimo e consistente. Os laços clientelistas são gradualmente substituídos pela competência e qualificação formal, fortalecendo a estrutura organizacional da máquina estatal. Desta forma o governo pode controlar e coordenar de maneira mais eficiente as decisões que irão impactar no ambiente produtivo.

Nesse contexto, verifica-se então uma autonomia do Estado frente ao processo de elaboração e aplicação de medidas políticas, ao contrário do observado no Estado predatório, onde as forças de governo encontram-se submetidas a interesses específicos. A esta capacidade de governabilidade interna do Estado desenvolvimentista soma-se a habilidade para formar redes externas, igualmente com o intuito de fortalecer sua atuação, permitindo uma participação dos grupos civis nas tomadas de decisão, a gestão participativa, que costuma ser identificada como uma ação de parceria dos Estados com as organizações externas à máquina estatal, a qual propicia uma legitimidade maior ao Estado.

Na prática esta parceira se traduz numa ação coletiva, buscando solucionar problemas relativos ao capital privado, visando uma otimização de seus recursos e uma ampliação das atividades que corrijam falhas de mercado, estas refletidas em problemas sócio-econômicos, como o desemprego e a concentração de renda.

As relações estabelecidas entre a sociedade e os vários grupos objetivam, geralmente, promover atividades que possam absorver a crescente massa de trabalhadores, geralmente através da industrialização. Desta forma, as redes devem ser estabelecidas com o capital industrial, via inserção da sociedade no crescimento produtivo. Sociedade e Estado fortes se combinam para juntos, implementarem mudanças.

Os Estados desenvolvimentistas geralmente desempenham papel fundamental no processo de acumulação capitalista, direcionando o capital para investimentos de risco, e estimulando a competitividade das empresas privadas. Este mesmo Estado igualmente pode se encontrar fortemente envolvido com a atividade industrial como empresário, principalmente nos setores básicos e intermediários – entretanto com um modelo de gestão voltado para modernização e competitividade da produção.

2.6.3 Estados Intermediários

Entre os dois tipos acima citados estão os Estados intermediários. Estes mostram-se ineficientes, seguindo a tradição predatória, sem normas responsáveis por reger a burocracia existente, sendo a mesma posta sem critérios, representando interesses particulares, em nada comprometendo-se com projetos desenvolvimentistas – compromete-se apenas em beneficiar quem temporariamente detém poder sobre ela.

As estruturas econômicas subordinadas a este tipo de modelo, como as do Brasil e as do México, são desprovidas de um maior dinamismo, tendo suas atividades produtivas origem em modelos concentradores de renda e mantenedores de classes sociais paternalistas e tradicionais. Entretanto, estas economias não podem ser incluídas no modelo predatório visto que não há indícios de declínio constante do Produto Interno Bruto (PIB), típico de Estados predatórios.

A proposta autonomia-parceira mostra-se comprometida, vez que o Estado nestes casos intermediários, mostra-se clintelista e incapaz muitas vezes de unir-se à iniciativa privada e formar, conjuntamente, projetos de desenvolvimento. O processo seletivo para ocupação de cargos públicos é característico de um Estado representante de grupos de interesse e, portanto, incapaz de conduzir a economia para um caminho de desenvolvimento – os cargos em sua maioria são preenchidos com base nos relacionamentos pessoais e não por mérito profissional, procedimento conhecido como “cabide de empregos”.

O sistema produtivo apresenta traços modernos, e ao mesmo tempo, arcaicos e tradicionais - o eficiente junto ao improdutivo. Enquanto são mantidos privilégios para as classes abastadas que se beneficiam com a falta de dinamismo das estruturas produtivas, tenta-se modernizar o aparato industrial, fazendo emergir traços característicos e marcantes desta sociedade: bolsões de pobreza contrastando com a ostentação de riqueza nas grandes metrópoles.

Politicamente, tem-se que o neoliberalismo fora implantado após um longo período de liderança oligárquica, em que a modernização fora conduzida lentamente, junto à permanência de privilégios e benefícios concedidos à elite agrária. Desta forma, percebe-se em muitas estruturas intermediárias a manutenção de posturas políticas arcaicas, anti-democráticas e contrárias a um maior desenvolvimento sócio-econômico.

2.7 Aspectos Conclusivos

As considerações anteriores indicam, entre outras coisas, que a mundialização ou globalização pode ser entendida como um estágio avançado do capitalismo, onde se observa um maior poder de acumulação não antes percebido, associado à financeirização e ao paradigma tecnológico. O comércio global e as relações internacionais são pautadas por esta nova prerrogativa, tendo os países que remodelarem suas economias para inseri-las neste ambiente.

A dinâmica da globalização é alimentada pelo paradigma tecnológico e pela liberalização dos mercados. Em nome da acumulação, com forte teor rentista, os capitais fluem para diversas regiões tidas como atrativas. Tal atratividade é promovida pela desoneração do capital produtivo e pela elevação dos ganhos financeiros, tendo sua forma financeira crescido substancialmente nos últimos anos. Desta forma, as leis trabalhistas são flexibilizadas e as taxas de juros são mantidas em patamar elevado para atrair os capitais externos – medidas que se manifestam geralmente em alto índice de desemprego e baixo investimento produtivo.

A globalização é vista como excludente, por marginalizar regiões, setores e países não competitivos. Paralelamente a esta exclusão, está o fato de o Estado neoliberal não ter capacidade de compensar os prejuízos causados pela crescente marginalização, visto a redução de sua autonomia e a minimização de seu papel na economia de mercado. Este movimento global, conforme visto, contribui para moldar um sistema econômico controlado, regulado e dirigido pelos mercados, o que exclui qualquer mecanismo de interferência estatal que vá de encontro à ampliação do capital.

A partir do exposto neste capítulo, pretende-se, ao longo do trabalho, avaliar os impactos neoliberais e as políticas de inserção competitiva realizadas no Brasil, México e China. Adicionalmente, são reunidas características que possam incluir a atuação dos Estados de tais economias numa das classificações propostas por EVANS (2004), objetivando perceber de que forma o posicionamento destes Estados interferiu ou determinou sucessos e fracassos nas inserções competitivas. Esta classificação, por sua vez, identifica três tipos de Estados, a saber:

- i) o Estado predatório, desprovido de qualquer autonomia e submetido aos interesses das grandes corporações;
- ii) o Estado desenvolvimentista, de forte autonomia relativa e voltado para realização de parcerias com os vários atores sociais, promovendo uma integração ampla das sociedades na globalização;
- iii) o Estado intermediário, onde se percebe características dos outros tipos, sendo porém ainda forte a submissão das decisões políticas aos interesses de mercados específicos, atrasando o projeto de uma inserção com maiores repercussões na sociedade.

Embora outros enfoques teóricos sejam significativos e merecedores de posteriores estudos sobre o tema em se tratando das características dos Estados modernos, considera-se o de EVANS (2004), mais pertinente para essa proposta de trabalho por identificar na atuação estatal,

manifesta através das políticas públicas, elementos definidores, em grande parte, para o desenvolvimento econômico sustentável e promoção de uma melhor inserção das economias no comércio globalizado.

Como será melhor desenvolvido nos capítulos seguintes, o Brasil e o México estão inseridos no caso intermediário, em que a atuação do Estado se mostra relevante, mas ainda sem autonomia para realizar uma ação transformadora em prol de um desenvolvimento sustentável.

Especificamente o caso mexicano revela ainda uma menor autonomia, vez que submete, particularmente nos anos mais recentes, as decisões político-econômicas aos interesses dos Estados Unidos, comportamento consolidado após a adesão do México ao NAFTA. Este modelo causa sérios empecilhos à realização de qualquer projeto nacional que seja contrário aos interesses estadunidenses, deixando sem identidade nacional a atuação política.

Já no Brasil transparece um pouco mais de autonomia se comparado ao México, buscando realizar políticas que atendam aos interesses de um projeto nacional, ainda que este projeto mostre-se não completamente definido ou terminado, e não haja credibilidade de que este represente interesses democráticos, modificadores do modelo concentrador e elitista que tem governado o Brasil desde sua consolidação como nação economicamente independente.

O modelo chinês é considerado aqui como um caso de relativo sucesso de inserção competitiva, tendo seu Estado características desenvolvimentistas, perseguindo metas contundentes para promoção de um melhor posicionamento econômico e social de sua nação no comércio global. O processo de abertura foi realizada de acordo com interesses do parque produtivo nacional, aumentando a competitividade de empresas privadas nacionais e estatais, através de alianças com o capital externo que favoreçam o aproveitamento e a ampliação das estruturas internas. A atuação multinacional dá-se sob controle estatal, para que a mesma não contrarie os interesses democráticos de desenvolvimento nacional-produtivo.

Estudar os casos mencionados e as razões para os fracassos e sucessos de suas políticas econômicas realizadas é o objeto de estudo dos próximos capítulos, onde serão detalhados os modelos de cada país selecionado para amostra.

Utilizando as características dos Estados e suas atuações, com base nos esclarecimentos anteriores, poder-se-á chegar a resultados significativos para análise das políticas contemporâneas de desenvolvimento, e os impactos políticos, sociais e econômicos, com maior foco para estes últimos, das medidas neoliberais de adequação ao mercado globalizado.

3. INSERÇÃO COMPETITIVA DA ECONOMIA MEXICANA

3.1 Contextualização

A economia mexicana, a exemplo de outros países da América Latina, vêm consolidando, desde o final da década de 1980, condições favoráveis para implementação das chamadas políticas neoliberais. Através da globalização e das formulações concebidas no Consenso de Washington, este processo foi adotado nas economias periféricas, onde a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados tornaram-se pré-condição para a chamada inserção competitiva.

O neoliberalismo, como se sabe, começou a ser adotado no final dos anos 1970. Com a crise mundial do modelo desenvolvimentista, associado ao Estado do Bem-Estar Social, ocorre retração dos ganhos de produtividade, impedindo o crescimento continuado dos lucros e o aumento dos salários, gerando conflitos distributivos. Ademais, o rompimento do sistema monetário internacional vigente, acordado em Bretton Woods, não adaptado a um fluxo intenso de capitais entre as nações, bem como os choques do petróleo desestabilizaram profundamente os sistemas de trocas internacionais, comprometendo o comércio internacional e o desenvolvimento das economias nacionais.

Diante desse contexto, os defensores do neoliberalismo começam a se destacar, afirmando que os determinantes para a crise estavam nas ineficiências geradas pelo modelo adotado, devido ao excesso de regulamentações e falta de dinamismo das atividades econômicas demasiadamente protegidas pelo Estado da concorrência externa. Para solucionar este problema preconiza-se uma volta aos preceitos liberais: livre funcionamento do mercado, sem restrições ou barreiras sócio-econômicas, com “natural” condução das economias ao equilíbrio de oferta e demanda, e ao crescimento sustentável.

Desta forma, a partir da década de 1980, sob liderança do neoliberalismo, tem-se um processo de desmonte ou desconstrução do Estado nos seus mais diversos papéis, financiador, empresário e fiscalizador das atividades de mercado, objetivando conceder plena liberdade aos agentes econômicos privados, eliminando assim as chamadas falhas de mercado do modelo anterior.

As principais instituições financiadoras e regulamentadoras em nível mundial promoveram a aplicação do receituário neoliberal nos países subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Reformas foram adotadas para promover maior abertura das economias,

equilibrar os orçamentos dos Estados, e reestruturar o ambiente produtivo de maneira a torná-lo competitivo segundo os novos critérios globais.

Diante dessa reestruturação da economia capitalista, os países em geral vêm tentando se adaptar à nova ordem econômica, procurando expandir suas estruturas produtivas na medida do possível. O México, nesse particular, apresenta características e respostas que merecem ser conhecidas, em termos de comportamento das principais variáveis macroeconômicas, como taxa de juros, investimento interno e produto interno bruto, e os possíveis impactos da abertura sobre índice de desemprego, saldo em conta corrente, endividamento público e dependência em relação ao capital externo.

O estudo deste capítulo está baseado em uma análise do modelo neoliberal adotado na economia mexicana, compreendendo basicamente os anos de 1980 a 2003, onde pode-se avaliar ainda os efeitos posteriores à consolidação do paradigma neoliberal descrito.

Os dados levantados se referem aos Governos de Miguel de La Madrid, 1983–1987, de estagnação econômica e início das reformas; Carlos Salinas de Gortari, 1987-1994, de crise e consolidação da abertura; e Vicente Fox Quesada¹⁴, que assume em 1998 e tem seu mandato estendido até 2006, o qual irá refletir justamente os impactos pós-abertura e as tentativas de superação dos efeitos negativos dos mesmos.

3.2. O Modelo Mexicano de Desenvolvimento Dependente-Associado: Dinamismo Atrelado ao Capital Norte-americano

A abertura comercial no México advém de um processo similar ao de outros países subdesenvolvidos e latino-americanos, altamente comprometidos com o capital externo, processo esse associado ao endividamento público para sustentar e promover a industrialização. O contexto mundial para a década de 80, com elevação das taxas de juros internacional desencadeia uma crise de longa duração nas economias destes países, promovendo uma desestruturação do

¹⁴ Vale esclarecer que o México foi governado pelo PRI (Partido Revolucionário Institucional) durante 71 anos, consolidando com Salinas uma posição de favorecimento ao capital estrangeiro, principalmente norte-americano. A Recessão advinda da aplicação do modelo neoliberal fez com que as eleições em 2000 favorecessem um candidato anti-PRI, Fox Quesada. Embora estivesse competindo com Cárdenas, candidato de esquerda, más administrações anteriores desacreditaram este último perante a população. Fox pertence ao PAN (Partido de Ação Nacional), e apesar de no início de seu mandato sustentar posições contrárias ao partido anterior, hoje segue as imposições do neoliberalismo e radicaliza medidas de Salinas, como as privatizações.

contexto macroeconômico, com inflação elevada e desequilíbrio externo, e um posterior redirecionamento das políticas econômicas.

Diante disso, reformas estruturais passaram a redefinir o quadro econômico-institucional e a armar o cenário para atuação do neoliberalismo no México. As medidas de curto prazo visavam, fundamentalmente, a estabilização monetária e de preços, e as de médio prazo buscavam uma promoção de maior competitividade e confiabilidade na formação de poupança nacional – paralelamente à aplicação dos mecanismos desregulamentadores e descentralizadores.

O programa de estabilização contava com a participação do FMI¹⁵ em sua elaboração e, para reduzir o déficit governamental e os índices inflacionários, indicava a aplicação de uma política ortodoxa, de resultados econômicos comumente conhecidos como queda dos níveis de atividade, emprego e renda no país.

Em 1987 o governo de La Madrid anuncia um programa anti-inflacionário junto à promoção de medidas liberalizantes, reunidos no Pacto de Solidariedade Econômica (PSE), onde, apoiado em uma maior integração entre os setores, Governo, trabalhadores e classe empresarial, definia congelamento de preços e salários, restrição ao crédito e à oferta monetária, abertura ao capital externo, privatização e fixação de uma âncora cambial, com valorização do câmbio em cerca de 20% com relação à média de 1987, diminuição do papel estatal com melhoria na eficiência de suas empresas, centralização e redirecionamento de investimentos sociais. Através de instrumentos ortodoxos e heterodoxos, pretendia-se controlar a inflação e superar a crise econômica, embora, inicialmente, a inflação ganhe ainda impulso, vez que o congelamento de preços estava condicionado a um prazo antecedente de 75 dias para reajuste, visando evitar defasagem nos setores e conflitos distributivos.

Sua implementação se daria gradualmente e em três fases, expostas a seguir:

1ª Fase (dez. 87 a fev. 88) : Desvalorização do câmbio em 18%, aumento inicial de 15% e posterior de 20% para o salário mínimo, seguido de revisão mensal de acordo com a

¹⁵ O FMI difundira naquele momento, as práticas neoliberais estabelecidas pelo Consenso de Washington. Segundo este Consenso, o planejamento macroeconômico para os países periféricos consistia em eliminar o déficit orçamentário, com cortes de gastos e equilíbrio fiscal, tendo para isso que aplicar severas reformas no modelo até então vigente, como as tributária, administrativa, financeira, previdenciária, dentre outras. Estabilizar suas economias deveria ser meta principal dos governos, que teriam agora suas funções reduzidas a garantir minimamente a sobrevivência dos cidadãos. No aspecto microeconômico, o capital seria desonerado para aumentar sua competitividade no mercado internacional, já desregulado e aberto. Isenções fiscais, desregulamentação trabalhista ou flexibilização do mercado de trabalho, diminuição dos custos funcionais e dos salários pagos seriam algumas das exigências desse capital internacionalizado.

previsão da inflação, ajustes de preços dos serviços públicos, congelamento de preços para alimentos básicos de consumo e manutenção da garantia de preços mínimos para produtos agrícolas. Com relação às medidas fiscais, tinha-se redução dos gastos públicos, redução das tarifas de importação e eliminação das licenças antes necessárias para importação de bens de consumo.

2ª Fase (março a dezembro/88): Manutenção de uma taxa de câmbio fixa (2.257 pesos por dólar), aumento de 3% para o salário mínimo e seu congelamento neste nível, manutenção do nível de preços dos serviços públicos, equiparando-o com os oferecidos pelo mercado privado, e redução de 3% nos preços deste mesmo mercado. Pode-se destacar ainda, redução de imposto de renda para rendimentos inferiores e continuidade na política de redução das tarifas de importação.

3ª Fase (jan. 89 a dez. 91): Desvalorização cambial, inicialmente a 17% ao ano, e apresentando no último ano, um valor de 4%, revisões anuais dos salários mínimos de acordo com o movimento inflacionário, correção dos preços dos serviços públicos considerando a inflação passada e a meta de equilíbrio orçamentário. Consolidação de pactos liberalizantes, com redução do imposto sobre valor agregado.

O PSE definia uma indexação descendente de preços a contar do início de 1988 – até lá o congelamento dar-se-ia de maneira informal, apenas reajustando os salários em 3%.

No que diz respeito à desvalorização cambial, o objetivo era gerar divisas para superar a crise do endividamento dos anos 80¹⁶, preparando o cenário macroeconômico para valorização que se seguiria, como parte da estratégia anti-inflacionária e liberalizante. Desta forma, na gestão de Salinas (1987-1994), o câmbio valoriza-se oficializando a opção por uma política recessiva para conter o avanço dos preços. A acomodação dos preços internos com base na concorrência com os importados foi eficiente na redução dos movimentos inflacionários, porém impactou fortemente na balança de pagamentos e na reestruturação do ambiente produtivo nacional. Apesar de facilitar a importação de máquinas, equipamentos industriais e insumos importados, gerando maior eficiência em alguns segmentos produtivos, levou à falência diversas empresas mexicanas sem competitividade para suportar a concorrência com os produtos externos.

¹⁶ A falta de credibilidade externa, levou o México a dolarizar parte de sua dívida interna em 1991. Como tentativa de conter os desajustes, o câmbio foi novamente desvalorizado, afetando os devedores internos, a parcela disponibilizada para investimento e a geração de emprego e renda no país.

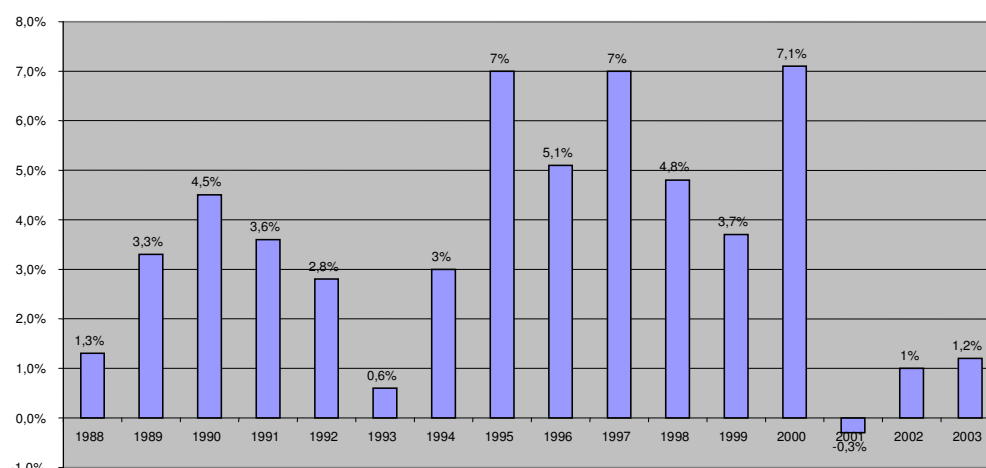
A acomodação dos preços relativos foi ineficiente e gerou distorções, uma vez que afetou diferentemente os mercados de bens comercializáveis e não-comercializáveis, os quais não sofreram o impacto da abertura. Os empresários do primeiro setor, para manter lucratividade perante a concorrência, reduziram postos e jornadas de trabalho, através da terceirização ou dos contratos temporários.

MARTINS (1999) sintetiza o contexto acima afirmando que “uma pressão externa se converte em pressão interna, debilitando a planta produtiva doméstica”.

O efeito sentido pelo segmento produtor de bens não-comercializáveis, visto que a abertura da economia com liberalização e flexibilização dos mercados de crédito e de capital, causa maior fluxo de divisas, é o de pressão sobre a demanda e preços dos referidos bens, podendo assim comprometer a estratégia de estabilização, no longo prazo.

Gráfico 3.1

México - Produto Interno Bruto (PIB) - Taxa de Crescimento Real (%) – 1988-2003



Fonte: IE – Instituto de Economia (2004)

Tais políticas irão se refletir na evolução do produto. A partir do gráfico 3.1, algumas considerações sobre isso merecem destaque:

No período que compreende os anos de 1990 a 1993, o crescimento econômico apresenta taxa de evolução decrescente, refletindo o impacto recessivo da valorização do câmbio: a queda da rentabilidade do setor produtor de bens comercializáveis causada pela concorrência com os produtos importados diminui a poupança privada nacional, e portanto a disponibilidade de investimento privado, o emprego e a renda gerados no país.

Já no período seguinte, final de 1995 até 2000, há uma breve recuperação do PIB através do modelo de desenvolvimento dependente-associado, onde a atividade econômica manteve-se “âncorada nas vendas externas e no ciclo de crescimento dos EUA” (FILGUEIRAS, 2004), tendo nesta consolidada a política neoliberal¹⁷. As medidas de liberalização e abertura no México fomentaram maior confiabilidade das economias centrais, de maneira que este foi um dos primeiros países a participar na década de 1990 do Plano Brady, uma tentativa de reprogramação do pagamento da dívida externa, que proporcionou alguma flexibilização das taxas de juros internas, fato favorável ao crescimento, ainda que durante curto espaço de tempo, e retorno aos mecanismos de fornecimento de empréstimos.

Entretanto, nos anos mais recentes, a economia mexicana apresenta retrocesso em seu crescimento econômico, atingindo valor negativo em 2001 (-03%), e em 2002 e 2003 o valor médio anual de 1%, pondo em questionamento o modelo aplicado, de desenvolvimento associado ao capital externo.

O referencial de 1% acima permite introduzir a discussão acerca das vantagens ou desvantagens trazidas para México com a adesão, a partir de 1987, ao NAFTA ou TLCAN (Tratado de Livre Comércio da América do Norte), que atrelou o processo de abertura da economia mexicana a uma maior integração com a economia norte-americana¹⁸.

A inserção mexicana proposta por este acordo passava pela criação de condições internas para consolidação no poder do PRI e de um padrão comportamental político-econômico para facilitar a adesão ao Tratado e a aceitação da ALCA (Área de Livre comércio das Américas), imposto através das reformas e evidenciando naturalmente a supremacia norte-americana.

Alguns objetivos específicos podem ser destacados na política do NAFTA:

i)incentivar a abertura comercial no México¹⁹; ii)solucionar a problemática advinda da migração crescente de mexicanos para os EUA (acreditava-se que o comércio acentuado dos EUA com o

¹⁷ A dependência da renda gerada pela atividade exportadora mexicana com relação ao mercado consumidor norte-americano pode ser comprovada pelos dados fornecidos pela CIA World Factbook, onde em 1999 os destinos das exportações do México assumiam o seguinte comportamento: 89,3% direcionavam-se para os EUA, 1,7% para o Canadá, 0,6% para a Espanha, 0,5% para o Japão, 0,3% para a Venezuela, os mesmos 0,3% para o Chile e o Brasil, e os 7% restantes distribuídos para outros países.

¹⁸ Com esta medida, o presidente Salinas ganharia destaque em todo o mundo como maior liderança da América Latina em termos de “aplicação do modelo neoliberal”, ou de geração de maior eficiência e capacidade de desenvolvimento econômico, de acordo com os EUA e os países associados.

¹⁹ Deve-se considerar que o México possuía vantagem com relação às suas reservas petrolíferas, se comparadas com as dos EUA, pois as reservas destes últimos supririam a demanda por apenas 9 anos, enquanto as do México o fariam por 50 anos (CANO, 2000).

México seria uma alternativa); iii) otimizar o uso do espaço mexicano, para aproveitamento de insumos produtivos de baixo custo como a mão-de-obra, para aumentar a competitividade das indústrias norte-americanas perante a concorrência européia e asiática, liderada pelo Japão.

No que se refere às políticas específicas do NAFTA, estas consistiam no apoio à aplicação do receituário neoliberal, com desconstrução do Estado, impedido agora de promover desenvolvimento econômico e incentivar atividades potencialmente competitivas; realização de privatizações que por sua vez, não gerariam resultados significativos, sendo tão somente mais um elemento voltado à acumulação de capital associado às grandes companhias multinacionais; e reestruturação do ambiente produtivo através da promoção de reformas para adaptar a economia mexicana à nova realidade global e competitiva.

As reformas, que serão analisadas no tópico seguinte, facilitaram o processo de abertura e de atuação do capital estrangeiro no país, apoiadas na justificativa de que a associação entre os setores mais competitivos mexicanos e o capital externo traria ganhos de produtividade e elevação do crescimento nacional. Entretanto, tais reformas geraram resultados que refletiram negativamente na estrutura produtiva e contribuíram para maior dependência e vulnerabilidade da economia mexicana, reunidos a seguir:

- a aplicação do modelo neoliberal permitiu a recorrência à recursos externos, todavia a poupança externa financiou mais o consumo do que os investimentos nas esferas produtivas, fato determinante para a não-superação da instabilidade macroeconômica;
- a competitividade mexicana fez-se perceber na flexibilidade de seu mercado de trabalho, fator típico das economias latino-americanas em face da existência de mão-de-obra abundante e pouco qualificada, acarretando a não contribuição para o investimento em capital humano, ou no desenvolvimento de pesquisas com base na necessidade de superação da deficiência técnico-científica – a idéia seria atrair capital interessado em explorar o fator competitivo, o mercado de trabalho tornado mais flexível;
- a vigência do acordo não abriu grandes oportunidades à economia mexicana, uma vez que impunha dificuldades à venda de seus produtos mais competitivos, como tomate e produtos lácteos;
- isenções fiscais e outros subsídios para tornar as diversas regiões atrativas foram impeditivos para maior arrecadação de receitas, que pudessem ser reinvestidas na

atividade produtiva mexicana, a exemplo da promoção de incentivos à atividade exportadora evitando piora dos saldos comerciais;

- a manutenção de taxas de juros altas, parte da estratégia de atração do capital externo, aumentou o endividamento interno, desestimulou o investimento nacional e promoveu o redirecionamento da poupança para as operações de ordem financeira, em detrimento dos projetos de investimento.

Tabela 3.1

México: Desempenho do Comércio Externo, 1988-1995 (Variações Percentuais Anuais)							
	1989	1990	1991	1992	1993	1994	1995
Exportações	14,7	15,6	4,9	8,2	12,3	17,3	30,5
Importações	23,8	19,5	20,2	24,2	5,3	21,3	8,6
Contas Correntes	5,8	7,5	14,6	24,4	23,4	29,4	0,7

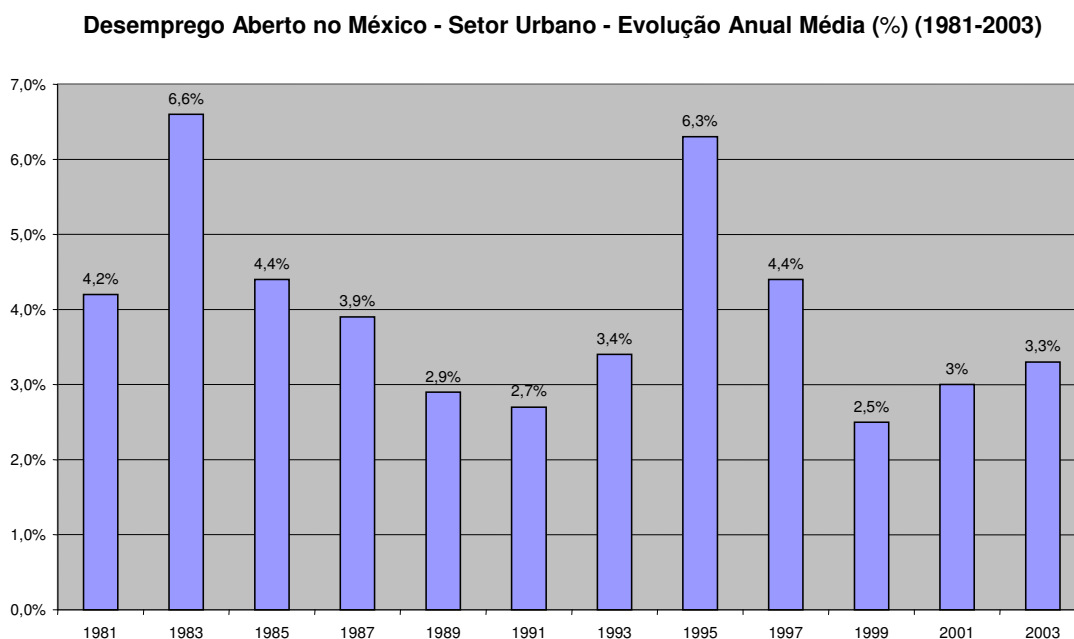
Fonte: OCDE (1997)

Fato não de menor importância que a evolução do crescimento, é o comprometimento da balança comercial nos períodos de mais intensa valorização do câmbio (Governo de Salinas), onde o desequilíbrio percebido na tabela 3.1 foi um dos principais determinantes da crise cambial nos anos de 1994-1995. Excetuando-se os anos de 1993 e 1995, este último correspondente ao ápice da crise, há tendência de crescimento das importações, como pode ser constatado na referida tabela. Adicionalmente, constata-se pelas informações disponibilizadas pela CIA World Factbook, que a tendência de crescimento das importações se manteve, e onde os valores relativos às importações em bilhões de dólares passam de 140.1 em 1997 para 176 em 2000, retrocedendo um pouco em 2002 para 168.4, e finalmente se estabilizando neste patamar.

Sintetizando os argumentos expostos e com base nas informações dos gráficos 3.1, 3.2 e 3.3, percebe-se, em primeiro lugar, que a inflação fora reduzida da média de 58% em 1988 para 7% em 1994, resultado principalmente de uma política de valorização cambial associada com um cenário macroeconômico de tendência de crescimento do desemprego, recessão e piora nas contas externas. Os anos 1994-1995 marcam a crise cambial, refletindo em parte os limites da estratégia de estabilização adotada, com a inflação atingindo o nível médio anual de 35%, tendo o desemprego aberto, o déficit na balança comercial e também o PIB atingindo um de seus piores resultados considerando toda a série analisada; a partir daí até 2000, justamente no período de consolidação do modelo neoliberal e associado com o capital externo, há significativa melhora

dos índices analisados, com o crescimento e o desemprego em suas melhores fases (7,1 % e 2,5% ao ano, em valores médios, respectivamente).

Gráfico 3.2



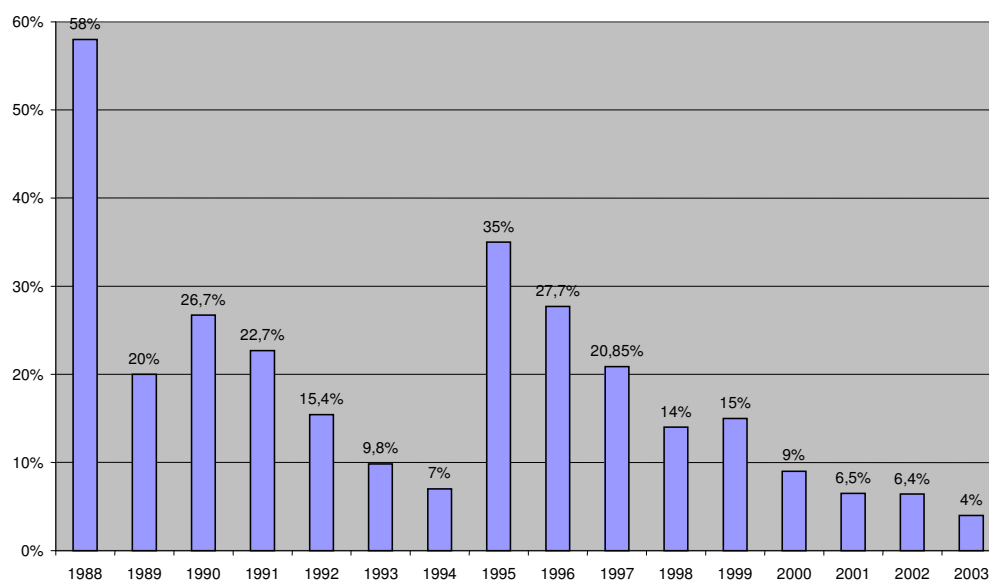
Fonte: CIA World Factbook (2004)

Entretanto, nos anos finais da série o quadro se reverte, e apesar de a inflação continuar cedendo apoiada na política de abertura, há queda do produto interno bruto, elevação do desemprego e piora nos saldos da balança comercial, o que revela a fragilidade da estratégia neoliberal e a incapacidade de modificar estruturalmente a capacidade produtiva e gerar projetos de desenvolvimento mais sustentáveis a longo prazo.

Um aspecto que merece realce é a comparação das taxas de crescimento do México e dos Estados Unidos (gráficos 3.1 e 3.4, respectivamente), donde se conclui que o desempenho obtido pela economia mexicana acompanhou de perto o norte-americano, o que fortalece a argumentação em torno do desenvolvimento do modelo dependente-associado - entretanto cada vez mais dependente do que associado, ficando a economia mexicana subordinada à evolução da dos Estados Unidos.

Gráfico 3.3

México - Taxa de Inflação - Preços ao Consumidor - 1988-2003

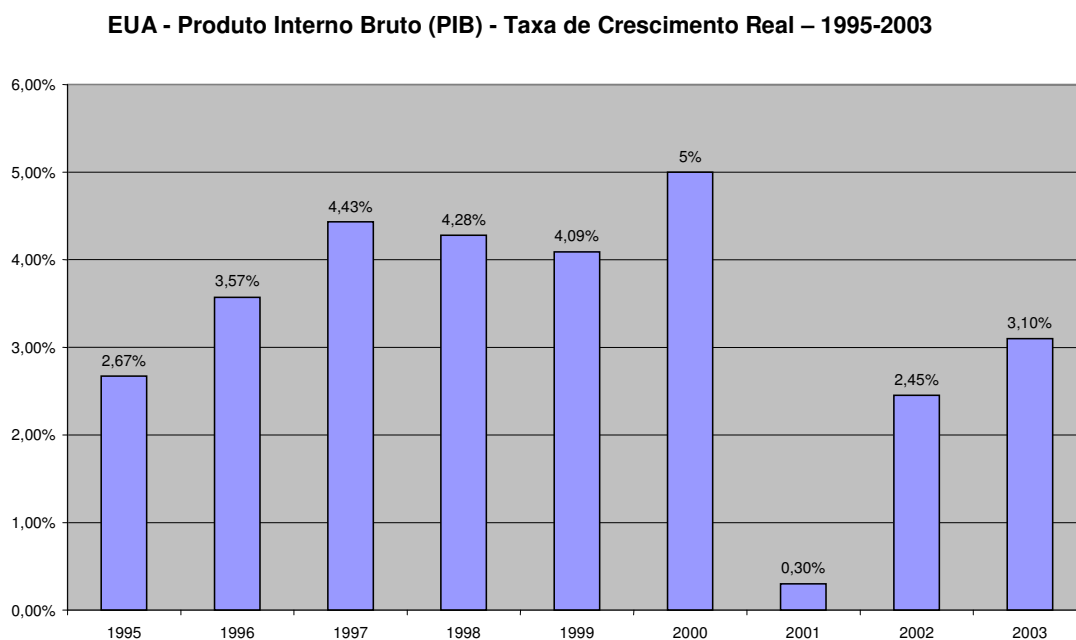


Fonte: IE – Instituto de Economia (2004)

As observações anteriores sugerem que as atividades mexicanas por si mesmas não conferem maior dinamismo à economia e em momentos de adversidade ou instabilidade econômica esse fato tende a ser realçado, dado que os capitais fluem em sentido contrário a esses mercados, fomentando crises e revelando que a associação dos capitais dá-se apenas com os movimentos pró-acumulação dos mesmos.

Cada vez mais, se sobressai neste modelo a lógica inerente à acumulação capitalista mundial, de concentração e centralização dos ganhos, e os efeitos perversos para os países dependentes da globalização financeira, onde a poupança é direcionada para as operações financeiras, impedindo transformações de estruturas produtivas pouco dinâmicas. O endividamento externo é ainda uma variável de extrema importância, uma vez que sua evolução (gráfico 3.5) comprova a argumentação aqui estabelecida de que o pouco desenvolvimento ou crescimento econômico trazido para o México pela aplicação da política neoliberal, foi conseguido através de empréstimos externos atrelados à abertura ao NAFTA, o que manteve esta economia dependente do movimento deste capital, reproduzindo nas decisões econômicas internas as exigências de acumulação do mesmo.

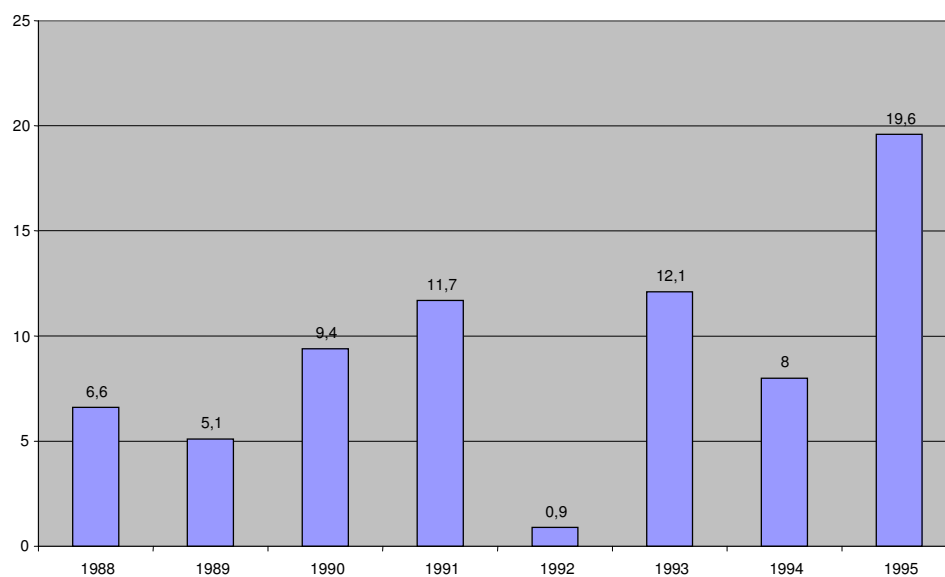
Gráfico 3.4



Fonte: CIA World Factbook (2004)

Gráfico 3.5

Dívida Externa Mexicana - Variações Percentuais Anuais (% do PIB) – 1988-1995



Fonte: CIA World Factbook (2004)

Informação adicional a respeito do comportamento do endividamento externo mexicano nos anos mais recentes, é fornecida pela CIA World Factbook, onde a dívida externa salta em bilhões de dólares, de 155.8 em 1999 para 191 em 2001, evidenciando a necessidade permanente de recorrência à poupança externa, ainda mais intensa nos momentos de crise ou instabilidade econômica, a exemplo do pico visualizado no gráfico 3.5, justamente no auge da crise cambial já comentada em 1995.

3.2.1. Adequação da Estrutura Econômico-Produtiva Mexicana ao Modelo de Desenvolvimento Neoliberal

As reformas estabelecidas no México formam parte do programa de adequação dessa economia à ideologia neoliberal de abertura e flexibilização dos mercados e inserção no ambiente internacional globalizado. Aplicadas junto ao PSE, ainda no Governo de La Madri (83-87), visavam à reestruturação do ambiente produtivo, tornando-o competitivo para sobreviver diante da concorrência externa. Tais modificações foram introduzidas como exigência do processo de acumulação de capital e mundialização financeira, uma vez que de acordo com a retórica neoliberal, o protecionismo gerado pelo modelo substitutivo de importações, responsável pela montagem e desenvolvimento do parque industrial, gerava ineficiência na distribuição de recursos e impedia maior dinamismo das estruturas produtivas.

A consolidação da reforma comercial deu-se com a diminuição das tarifas de importação, estabelecimento de bandas cambiais e adoção das medidas apoiadas pelo NAFTA, em 1994. Outro elemento de destaque foi a renegociação da dívida externa, inicialmente permitindo uma redução dos custos, mas com posterior aumento do seu montante, pelos recorrentes pedidos de empréstimos externos pelos setores privados mexicanos. Outro ingrediente do modelo foram as privatizações, com as contínuas liberalizações dos setores até então de exclusividade estatal para os capitais externos, principalmente.

Considerável foi o avanço da reforma financeira, imprescindível para o sustentáculo das políticas liberalizantes: entre as metas principais desta etapa, estavam a modernização das estruturas financeiras, o melhoramento da fiscalização, o aumento da escala operacional, a reconcentração do capital e o suporte financeiro ao esquema do acordo. Destacando este último objetivo, tem-se que o sistema abarcaria ainda propostas e reformulações necessárias com o

andamento da estratégia de abertura, principalmente aquelas de competência dos grandes grupos financeiros multinacionais (incluindo facilidades e favorecimentos diversos à internacionalização e concentração do capital externo).

Nesse contexto, as funções do Estado são reduzidas, e há corte de incentivos e obrigações, abrindo espaço à atuação das corporações estrangeiras. Como exemplo, tem-se as modificações introduzidas na atividade extrativa, onde de um regime de exploração indígena e de propriedade comunal²⁰, passou-se para um segmento modernizado e de atuação das grandes companhias associadas ao capital externo. Uma vez que este Estado tem seu papel reduzido face à política neoliberal e a abertura dos mercados dá-se com ampla concorrência estrangeira, as atividades que se fizeram sob a proteção estatal tendem a ter seu espaço reduzido ou a desaparecer.

As privatizações ocorreram de forma gradual, devido aos conflitos entre sindicatos, trabalhadores e congressistas, ainda que no Governo de Salinas tenham adquirido maior impulso, com adesão de setores mais complexos e/ou estratégicos, a exemplo de bancos, telefonia fixa, petroquímica básica e infra-estrutura²¹.

Dentre as especificidades da reforma fiscal, implementada desde 1987, está o caráter reformulador ao longo do período, a indexação dos tributos, maior eficiência na fiscalização e arrecadação, melhor qualificação pessoal e tendência média regressiva.

O setor trabalhista seria reformulado através de propostas consideradas austeras, financiadas através do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) no Programa de Modernização do Mercado de Trabalho.

²⁰ A propriedade comunal no México se faz reconhecer através do *Ejido*, onde a exploração da terra dá-se individualmente e segundo a tradição indígena. Entre 1940 e 1965 essas propriedades cresceram com base na concentração da exploração sobre as atividades extrativas, mas retrocederam diante da produtividade crescente das modernas empresas rurais. O crédito e os incentivos à atividade agrícola foram reduzidos ou eliminados com a privatização ou extinção de muitas agências públicas deste setor, o que elevou os custos de produção, realizando uma política seletiva no setor extrativo e de desmonte do setor rural. Cortes nestes recursos davam-se paralelamente a um redirecionamento dos mesmos para os grandes fazendeiros, enquanto o esvaziamento das instituições era acompanhado pelo fracasso em estabelecer agências financeiras privadas nas comunidades.

²¹ O movimento de privatização alcançou níveis altíssimos, entretanto não houve extensão para a atividade petrolífera, onde, inclusive, este produto era dado como garantia aos empréstimos concedidos pelo EUA, durante os momentos de crise mexicana.

O que se observa é que, apesar das leis formuladas tentarem assegurar direitos aos trabalhadores²², as mesmas têm sido burladas por mecanismos de contratação feminina ou informal e acordos com sindicatos oficiais que flexibilizam termos contratuais. Consequentemente, a precarização do trabalho e a flexibilização dos regulamentos trabalhistas tornaram-se marcantes para a economia mexicana; como exemplo tem-se a indústria maquiladora, que embora traga ganhos para a economia em termos de contratação de mão-de-obra, seu quadro funcional apresenta perdas significativas nas condições mínimas de salário e de trabalho.

Finalmente, foram adotadas reformulações na seguridade social, em 1997, com substituição do sistema previdenciário reparticionista pela capitalização, com garantia de pensão mínima pelo Estado. Um sistema de contribuição compulsória foi estabelecido em 1992, sobre a renda salarial, objetivando uma formação de reserva complementar para aposentadoria e habitação, 2% e 5% respectivamente, separados em contas distintas adequadas à capitalização. Em 1996, foram criados os fundos privados de pensão, podendo o trabalhador aderir a estes em qualquer momento, tendo também a opção, no ato da aposentadoria, entre o sistema público e o privado, de acordo com os rendimentos atribuídos a cada um. Aqueles que já estavam enquadrados num modelo no momento anterior à reforma ficariam sob responsabilidade estatal até o término de suas aposentadorias.

A reestruturação do mercado de trabalho apresenta algumas características comuns a outras economias periféricas industrializadas através do modelo substitutivo, e posteriormente inseridas no modelo neoliberal, a exemplo do Brasil:

- i) no segmento industrial a criação de empregos foi menor do que a destruição dos postos de trabalho, sendo apenas parte deste efeito compensado por outras ocupações principalmente no setor de serviços;
- ii) absorção de parcela da mão-de-obra desempregada pela economia informal, e crescimento da mesma;
- iii) esgotamento da capacidade de geração de emprego no campo;
- vi) precarização do trabalho e flexibilização dos direitos trabalhistas, de forma à permitir maior exploração do trabalhador, principalmente o menos qualificado, com

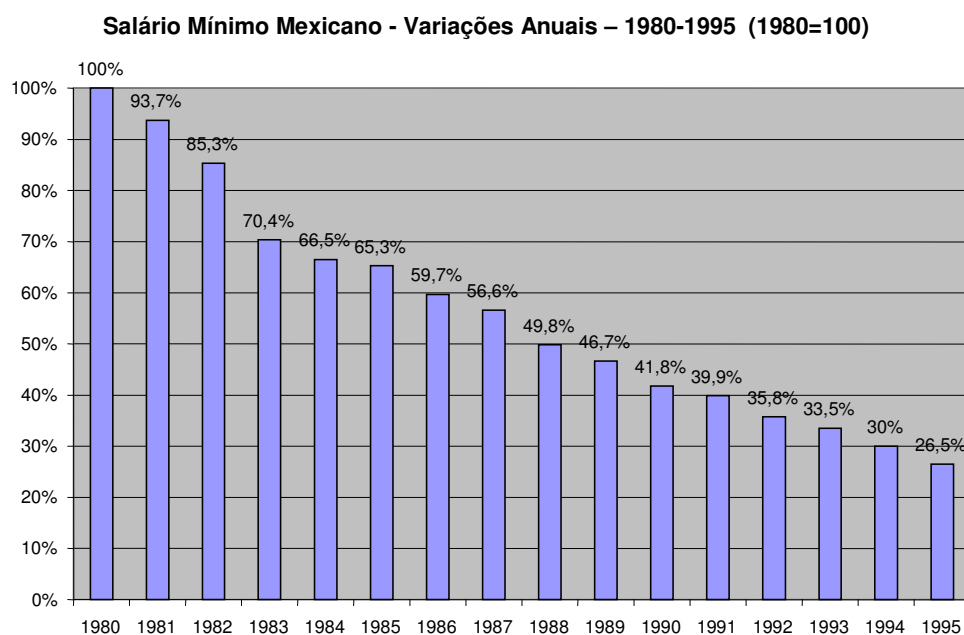
²² A exemplo de estabilidade e alto custo de indenização por dispensa, obrigações idênticas para contratos fixos ou temporários indeterminados, eliminação do período de experiência, aumento do custo por hora extra (até a nona hora extra o custo adicional é 100%, a partir daí 200%), etc.

redução dos salários, contratos temporários, terceirização ou aumento da carga horária de trabalho.

Com relação aos rendimentos mínimos, tem-se que no período em questão e pelos dados expostos no gráfico 3.6, o crescimento deu-se a taxas decrescentes, passando de 70,4% em 1983 para 26,5% em 1995.

Contribui para a queda dos salários mínimos o aumento do desemprego, tanto pela maior adoção de tecnologias no ambiente produtivo fundamental para competitividade, como pela reestruturação nas operações de contratação de mão-de-obra, que se tornaram mais flexível com a liberalização dos mercados.

Gráfico 3.6



Fonte: OCDE (2000)

Ademais, o aumento do desemprego mexicano nesta fase (1983-1995) está principalmente relacionado à política de abertura junto à valorização cambial – a concorrência com os importados provocou a falência de diversas empresas nacionais, de baixa eficiência e sem

competitividade para concorrer com os produtos externos²³. O emprego criado no setor de serviços não foi suficiente para compensar a destruição dos postos de trabalho da indústria, de forma que o exército de reserva foi aumentando, contribuindo para menor poder de barganha da mão-de-obra face ao movimento de flexibilização dos direitos trabalhistas, que impunha jornadas maiores de trabalho, terceirização, contratos temporários, e baixa remuneração.

Diante desse contexto não surpreende o crescimento da atividade informal, já que é tida como alternativa para o quadro descrito acima: a taxa de crescimento médio anual do setor informal é de 59,4% em 1995, em referência à de 49,1% em 1980 (MARTINS, 1999).

Merece destaque a desconcentração da atividade industrial nos estados mexicanos – as regiões centrais reduziram sua participação relativa na produção total, passando de 71% em 1970 para 65% em 1990 (MARTINS, 1999), o mesmo se observando com relação à força de trabalho onde, na década de 1980 “o centro do México se torna menos importante em termos de concentração de trabalhadores empregados - 68,3% em 1980 para 60,1% em 1988.” (MARTINS, 1999:77).

A indústria maquiladora²⁴ foi um dos setores importantes para explicar o referido processo, uma vez que gerou crescimento do emprego nas várias regiões. Na década de 1980 este segmento ganha impulso como estratégia nacional de industrialização voltada para exportação (justamente substituindo a ISI). Facilidades e incentivos como redução dos trâmites burocráticos para montagem e operação, autorização para venda no mercado interno e redução dos custos de capital contribuíram para o destaque apresentado (tabela 3.2). Tais valores são importantes ainda quando se leva em conta que a partir da crise de 1980 “além das desvalorizações cambiais e controle dos salários, a política econômica contava com as maquiladoras como fonte de geração de divisas para fazer frente ao serviço da dívida”. (VASCONCELOS E TEIXEIRA, 2000:13).

Ainda sob a ótica de (MARTINS, 1999), a consolidação da indústria maquiladora como proposta de desenvolvimento industrial configura um modelo “importador para exportações”, onde se copia a sistemática de produção e atrela-se o desempenho ao mercado internacional,

²³ A diminuição do papel do Estado, com conseqüente queda do emprego público acentuado pelas privatizações, impactou também no aumento do desemprego, vez que as empresas privatizadas visavam lucratividade e maior eficiência, não absorvendo o quadro funcional empregado pelas antigas estatais.

²⁴ O PRONAF (Programa para o Desenvolvimento da Fronteira) foi responsável pela criação da indústria maquiladora, em 1962. Através deste programa, o governo mexicano promoveu a industrialização nas áreas fronteiriças, permitindo importações dos EUA livres de quaisquer imposto, para máquinas e componentes necessários a essas indústrias.

dando continuidade à vulnerabilidade e dependência da economia mexicana em relação ao capital externo.

Tabela 3.2 – México: Emprego na Indústria Maquiladora – 1988-1994

Ano Correspondente	Total
1988	369.489
1989	429.725
1990	460.293
1991	467.352
1992	505.074
1993	542.074
1994	580.498

Fonte: INEGI (1995)

3.3 Apontamentos Conclusivos

Os impactos sofridos pela economia do México ao longo dos anos mais recentes, de 1999 a 2003, foram diferenciados, atingindo variáveis econômicas fundamentais para redefinição das estruturas produtivas nacionais.

Reformas foram implementadas visando adaptar a economia à ideologia neoliberal dominante em escala mundial. A adoção dos preceitos difundidos pelo Consenso de Washington ocasionou um intenso processo de abertura comercial com redução das alíquotas tarifárias, desregulamentação dos mercados e liberalização do capital. No México, tem-se a opção pelo modelo de desenvolvimento dependente-associado, em que este país atrela definitivamente o seu dinamismo interno à economia dos EUA, através da adesão ao NAFTA e aplicação de medidas específicas de favorecimento ao capital norte-americano.

O Estado mexicano é entendido aqui como intermediário, de acordo com o critério definido por EVANS (2004), qual seja o de apresentar características predatórias e desenvolvimentistas, e por isso mesmo, sendo de atuação insuficiente para direcionar o ambiente produtivo rumo a um desenvolvimento sustentável. As políticas públicas realizadas representam, em grande parte, interesses particulares de grupos multinacionais, mantendo a concentração de renda e a falta de dinamismo das estruturas menos competitivas.

A modernização sofrida pelas burocracias destes estados geralmente mostra-se incapaz de reestruturá-las, fazendo-as instrumento transformador das atividades econômicas – estes sistemas burocráticos apresentam-se ainda com práticas paternalistas, assistencialistas e de reforço ao modelo concentrador. Apesar de haver grande esforço para promover um crescimento da economia, não há um projeto de

desenvolvimento sócio-econômico, que priorize as necessidades internas. Como resultado, há inserção competitiva das atividades econômico-produtivas, com impacto sobre o crescimento do PIB e elevação da participação no comércio internacional, mas não sustentáveis a longo prazo.

Além disso, o modelo de crescimento adotado é dependente de poupança externa, o que submete as decisões do Estado aos interesses dos grupos transnacionais, reduzindo a autonomia dos Estados em relação à canalização de investimentos para o desenvolvimento do parque produtivo-nacional. O neoliberalismo implantado por estes Estados privilegia a exclusão e o desemprego como medidas de elevação da lucratividade dos setores produtivos, implementado políticas de atração de capital externo através da maior flexibilização das leis trabalhistas e prejuízo das causas sócio-ambientais, causando ônus futuros.

Considerando a descrição de Estado intermediário discutida, destacam-se as medidas de inserção mexicanas e as relações estabelecidas com este modelo.

A burocracia existente é marcada pela convivência do moderno junto ao improdutivo: a absorção de tecnologia e métodos avançados de produção dá-se paralelamente à manutenção de modelos de gestão ultrapassados, que beneficiam segmentos políticos contrários às propostas de desenvolvimento, os quais gerenciam estabelecendo laços clientelistas e relações com grupos de interesses prejudicando a elaboração de projetos democráticos e participativos.

Com relação à condução da política de abertura comercial, esta foi implementada durante a década de 1980, no Programa de Solidariedade Econômica (PSE), durante o governo de La Madrid, sem restrições à entrada de capital estrangeiro, que volta-se para a acumulação rentista sem comprometimento com algum projeto nacional de desenvolvimento. Visava-se com tal abertura acomodar os preços internos pelo aumento da concorrência com os importados, e incentivar a modernização e racionalização dos setores produtivos, dotando-os de maior competitividade. Dentro dessa reestruturação competitiva, as empresas que não conseguiram se adequar rapidamente foram colocadas para fora do mercado, aumentando os índices de desemprego.

O PSE foi caracterizado por uma proposta de maior integração entre os vários setores sociais, em prol de um crescimento econômico. Neste momento, as parceiras desempenharam importante papel, entretanto, no governo posterior tais parcerias são descaracterizadas, perdendo participação nas tomadas de decisão e implementação de políticas públicas.

O câmbio e a taxa de juros foram instrumentos utilizados para aumentar a competitividade do país perante os investimentos estrangeiros, tendo efeitos perversos para os agentes nacionais e para o endividamento externo e a vulnerabilidade a choques externos. A política de valorização cambial

intensificou o déficit no saldo de transações correntes, e a manutenção de taxas de juros em patamares elevados aumentou consideravelmente os custos do financiamento da dívida externa.

Os resultados dos gráficos 3.2 mostram que apesar da inflação ter sido controlada, passando de 58% em 1988 para 7% em 1994, não há estabelecimento de política de longo prazo, e a inflação volta a subir com a crise cambial gerada pela sistemática valorização do câmbio nos anos de 1994 e 1995 (atingindo 35% neste biênio). O desemprego aberto, o PIB e o saldo em conta corrente apresentam igualmente piora em seus desempenhos.

A superação da crise marcou o período de fortalecimento da aliança com os estados Unidos, entretanto o crescimento fora retomado apenas no período de consolidação do modelo dependente-associado, a saber de 1996 a 2000, retrocedendo desde então para patamares muito baixos, chegando a índice negativo, de 0,3% em 2001, e mantendo uma média anual de aproximadamente 1% de 2002 a 2003 (gráfico 3.1).

A liberalização do capital permitiu que os investimentos realizados se voltassem apenas para a ampliação do capital, sem compromisso regional ou nacional, e quando na sua forma produtiva, fossem dirigidos principalmente a projetos de modernização, e não à expansão da capacidade produtiva do país.

A inflação apresentou índices menores, porém este movimento não foi seguido pelo desemprego que apresenta tendência de crescimento a partir de 1999 (gráfico 3.2), juntamente com a manutenção dos níveis de concentração de renda, onde o índice de Gini se mantém em 0,53 considerando os anos de 1998 e 2003 (OCDE, 2004).

Acompanhando ainda a evolução do PIB norte-americano (gráfico 3.4), constata-se que o México reflete o comportamento tido pelas variáveis macroeconômicas desta economia, sendo nele muito mais perverso os impactos de crises, dada a vulnerabilidade e a incapacidade de geração de dinamismo próprio de suas estruturas internas.

Diante disso, cabe aqui o questionamento a respeito da sustentabilidade deste modelo face à incapacidade de superação de adversidades sem recorrer à poupança externa, o que mantém a economia mexicana submetida às exigências do capital estrangeiro, em detrimento das necessidades internas de desenvolvimento.

Tendo em vista a argumentação estabelecida, tem-se que a inserção mexicana consolidou-se apoiada num Estado Intermediário, incapaz de promover transformações em prol de resultados efetivos para a economia nacional. Apóia-se desta forma, a hipótese aqui levantada de que práticas estatais intermediárias não se mostram capazes de promover uma inserção baseada no desenvolvimento sustentável, revelando a vulnerabilidade de seus modelos de equilíbrio macroeconômico, apoiados fortemente no capital externo.

4. REDIRECIONAMENTO POLÍTICO-ECONÔMICO DO BRASIL A PARTIR DA DÉCADA DE 1990: ESTABILIZAÇÃO ECONÔMICA E CONSOLIDAÇÃO DA POLÍTICA NEOLIBERAL

No caso do Brasil, os dados observados se referem ao início e aprofundamento do modelo neoliberal, analisando principalmente medidas implementadas pelos Governos Collor, Fernando H. Cardoso e Lula.

A década de 1980 para o Brasil foi marcada internamente por tentativas frustradas de promover a estabilização de preços e submissão da política econômica à estrutura de financiamento da dívida externa, repercutindo negativamente sobre o crescimento econômico do país. Este contexto recessivo foi um dos principais elementos usados para justificar o aceite da retórica e da implantação das políticas neoliberais, defendidas pelo Consenso de Washington, passando assim o mercado a ter maior peso nas decisões internas, encolhendo em decorrência o papel e a autonomia do Estado.

Em 1990, Fernando Collor de Melo assumiu a Presidência da República do Brasil, apoiado no diagnóstico de que as ineficiências geradas pela máquina estatal eram as principais responsáveis pela crise do país. Desta forma, a estratégia político-econômica do novo governo seguiria a proposta neoliberal paralelamente a um programa de controle preços, e segundo uma lógica global de que a liberalização dos mercados e a inserção competitiva da economia brasileira no comércio internacional ditariam um maior dinamismo e fortalecimento ao ambiente produtivo.

Através do Plano Collor I (março de 1990 a abril de 1991) foram implementadas reformas, explicitadas a seguir, que pretendiam combater a inflação e preparar a economia brasileira para abertura e desregulamentação de seus mercados:

i) A reforma monetária, com a redução da liquidez pelo bloqueio dos ativos²⁵, objetivava evitar a inflação de demanda, e recuperar a capacidade do Banco Central de fazer política monetária;

²⁵ Dentro do programa de estabilização formulado por Collor, o diagnóstico para as causas da inflação revestiu-se de nova roupagem, além do tradicional descontrole monetário e fiscal: a elevada e crescente liquidez dos haveres financeiros não-monetários. Na explicação de GREMAUD, VASCONCELOS e TONETO (2002:449), “a possibilidade de alterar rapidamente os portfólios levava a reações contra as políticas, o que acabava por inviabilizá-las, isto é, a possibilidade de rápida monetização das aplicações financeiras levava a um aumento abrupto da demanda de bens de consumo, ativos reais e de risco, com as conseqüentes pressões inflacionárias”. Dessa forma, o bloqueio de grande parcela das disponibilidades financeiras do setor privado era um imperativo para o controle da demanda e da inflação.

- ii) A reforma fiscal promoveu um ajuste das contas públicas e reduziu gastos, gerando superávits. A ampliação da base tributária e a extinção de subsídios, incentivos e isenções fiscais, fizeram parte desta proposta;
- iii) A reforma administrativa pretendia melhorar a eficiência dos órgãos financiadores, corrigir falhas na arrecadação e instituir o programa de privatizações. Tais privatizações, segundo a argumentação presidencial, melhorariam a eficiência das empresas, trazendo inovações tecnológicas e racionalizando a produção, gerando também receitas para abater a dívida estatal.

Como medida de combate à inflação de base heterodoxa, os preços seriam congelados e os salários desindexados em relação à inflação passada, com uma nova regra que entraria em vigor em 01 de maio de 1990. Já a abertura comercial foi realizada junto à diminuição das tarifas de importação e dos instrumentos de proteção à indústria nacional, como a reserva de mercado utilizada no modelo de industrialização por substituição de importação.

Seguindo a estratégia global de atração de capital, veementemente aplicada pelos países mais dependentes do capital externo para promover crescimento econômico, a taxa de juros deveria ser mantida elevada, determinando um papel passivo para a política monetária.

A moeda indexada, impactando preços e câmbio, junto à manutenção de taxas de juros elevadas, inviabilizavam instrumentos fiscais e cambiais. Na visão tida por GREMAUD, VASCONCELOS e TONETO (2002:449), “o único instrumento com que contava o governo eram as operações de mercado aberto, a colocação de títulos públicos que, devido à incerteza reinante, levava o Banco Central a formar taxas diárias no *overnight*, com base na expectativa de inflação corrente, o que tornava a inflação sem limites”.

Durante a realização do plano Collor I (maio de 1990 a janeiro de 1991), a atividade produtiva sofreu forte impacto pelo bloqueio dos ativos empresariais: o acúmulo de estoques era agora tido como irracional, fazendo com que as empresas cortassem gastos e procurassem vender rapidamente sua produção para obter recursos, provocando diminuição de salários e desemprego.

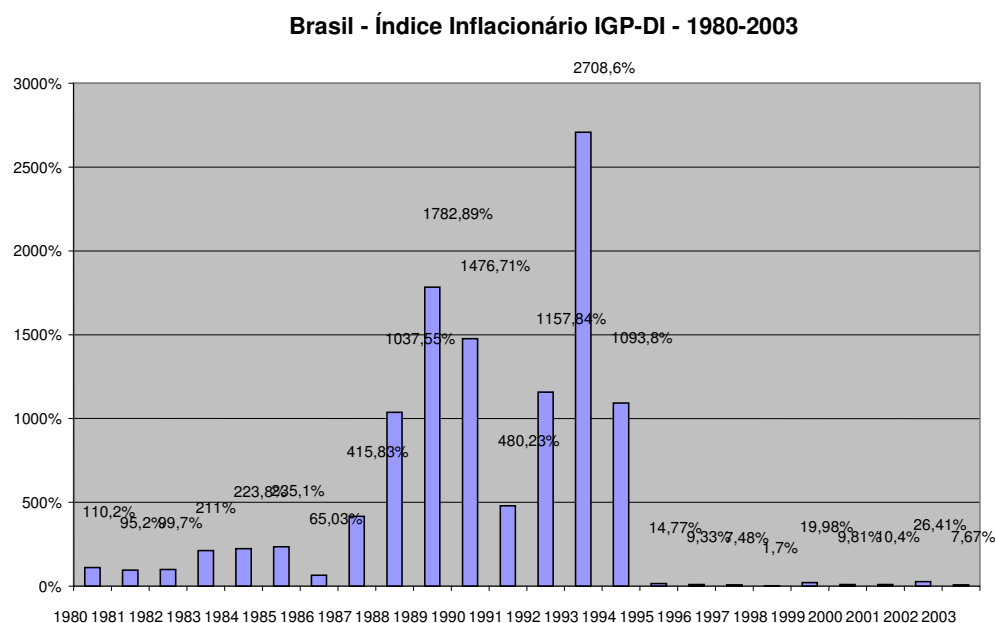
Destaca SILVA (1991:13) que “...a nova racionalidade indicava a necessidade da ‘desova’ rápida dos estoques acumulados, o que exigiu a redução e até a paralização da produção”. Não foram fixadas regras para a política monetária e, devido a pressões após o plano, através das chamadas “torneirinhas do BACEN”, parte da liquidez foi recuperada pela maioria dos setores de forma desproporcional, gerando conflitos distributivos. Este fato fomentou o déficit público, com

o crescimento do endividamento interno, dando continuidade ao problema crônico da inflação, determinando a manutenção em patamar elevado desta no primeiro ano de governo.

Nos anos que se seguiram ao bloqueio dos ativos foi implementado o Plano Collor II (janeiro de 1991 a setembro de 1992), representando uma tentativa de corrigir falhas no sistema financeiro e combater a inflação através do congelamento de preços: o ajuste fiscal, meta fundamental para a estabilização, ficava para segundo plano.

O combate gradualista, feito por Márcio Marques Moreira, sucessor de Zélia Cardoso de Mello no ministério da fazenda, caracterizou o que ficou conhecido como “Plano Nada”, onde pela caracterização já se entende que a meta não fora atingida, inclusive retrocedendo em alguns avanços com relação a 1991 – em 1992 a tendência de aumento da inflação é consolidada, representando período de alta instabilidade político-econômica que culminou com o *impeachment* de Collor.

Gráfico 4.1



Fonte: FGV – Fundação Getúlio Vargas (2004)

O vice-presidente de Collor, Itamar Franco (setembro de 1992 a dezembro de 1994) assume o governo sem dar maiores direcionamentos à política econômica, e convivendo com

altos índices inflacionários, o maior da série analisada, em 1993. Apesar de ter-se mostrado contra a aplicação do receituário neoliberal, o então presidente não teve poderes para contrapor-se a ele, tendo em vista o momento de instabilidade gerada pela alta impopularidade do Plano Collor e às graves denúncias de corrupção feitas no final daquele período.

Desta forma, tem-se que a estratégia econômica da primeira metade dos anos 1990, foi marcada por medidas anti-inflacionárias, que entretanto não conseguiram atingir o objetivo proposto, articulada a um projeto de reformas estruturais, basicamente de adaptação dos mercados brasileiros ao atual paradigma de abertura e ampla concorrência. A liberalização da economia e as privatizações ganharam força como propostas de maior crescimento e competitividade para o país.

Destaca-se, todavia, que a estabilização de preços no Brasil é finalmente estabelecida e percebida claramente no gráfico 4.1, na segunda metade da década de 1990, através do Plano Real, objeto de estudo do tópico a seguir.

4.1. Política de Estabilização do Plano Real e Principais Reflexos Sócio-Econômicos

Em junho de 1993, Fernando Henrique Cardoso (FHC) foi nomeado Ministro da Fazenda ainda no mandato de Itamar Franco, representando interesses de partidos direitistas e intensificando as políticas neoliberais. Nessa fase, o então ministro já visava à presidência e à preparação do Brasil para o que viria a ser o Plano Real.

Nesse sentido, buscou implementar inicialmente o Plano de Ação Imediata (PAI), que responsabilizava o déficit público pelos altos índices inflacionários e desequilíbrios no ambiente macroeconômico. Como solução, propunha um amplo programa de fiscalização dos gastos públicos, pretendendo diminuir com isso a interferência estatal na economia²⁶.

O Plano Real foi lançado em 28 de fevereiro de 1994, tendo como meta o ataque à inflação em 3 fases. A primeira, de base ortodoxa, tratava do ajuste fiscal para equacionar o déficit público. Cortes de gastos e renegociação das dívidas dos estados com a federação fizeram parte deste conjunto de medidas. A segunda fase, representando a escola heterodoxa, foi uma tentativa de eliminar a inflação inercial, através da indexação da economia a uma nova unidade

²⁶ FHC governou o Brasil de 1995 a 1998, onde consolidou o Plano Real e sua estratégia de estabilização de preços, e de 1999 a 2002, onde os impactos pós-abertura tiveram forte influência nas decisões econômicas e no cenário produtivo interno.

de conta, a URV – Unidade Real de Valor. Os preços relativos seriam indexados com base nesse índice, objetivando eliminar os conflitos de distribuição. Já a terceira fase foi em parte marcada pelo estabelecimento de uma âncora cambial: a taxa de câmbio foi sobrevalorizada com a paridade de um Real por Dólar.

Com relação à primeira fase, a argumentação tradicional era a de que a crise advinha de gastos públicos financiados pelo imposto inflacionário. Para resolvê-la, devia-se aumentar as receitas do governo e diminuir as suas transferências.

Iniciada no governo Collor, a prática de manutenção de juros elevados contribuía para acúmulo de reservas cambiais, conforme atesta a Tabela 4.1, sendo tal fato determinante para a fixação da âncora cambial.

Tabela 4.1 - Reservas Internacionais do BACEN
Saldos em US\$ Bilhões

Período	Caixa	Liquidez Internacional
1985	7,70	10,50
1986	4,60	6,80
1987	4,40	7,50
1988	5,40	9,10
1989	7,30	9,70
1990	8,80	10,00
1991	8,60	9,40
1992	19,00	23,80
1993	25,90	32,20

Fonte: Banco Central do Brasil (1995)

Além do corte de gastos, nessa época foi criada a CPMF, a Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras, popularmente conhecida como “imposto sobre cheques”, visando aumentar a arrecadação. MERCADANTE (1998:144) afirma, de forma complementar, que “A própria estabilidade monetária deveria trazer os ganhos de receita decorrentes do efeito Oliveira-Tanzi, mas o ajuste fiscal prévio serviria para equalizar o efeito Oliveira-Tanzi ao revés²⁷.” Essa assertiva refere-se ao fato de que o governo perderia os ganhos que teria em seu

²⁷ Segundo o chamado Efeito Oliveira-Tanzi, a inflação tende a corroer o valor da arrecadação fiscal do governo, pela defasagem existente entre o fato gerador e o recolhimento efetivo do imposto. Quanto maior a inflação, menor a arrecadação real do governo.

orçamento pela inflação como, por exemplo, através de contratos feitos num período e pagos posteriormente.

Abordando mais detalhadamente a questão da redução dos gastos, MERCADANTE (1998:145) ressalta que “As áreas sociais foram as mais atingidas pelos cortes, especialmente a educação e o FAT – Fundação de Amparo ao Trabalhador, além de ocorrer uma centralização significativa de receita na União em detrimento de estados e municípios”.

No que concerne à segunda fase, a URV, criação de Pésio Arida e André Lara Rezende, objetivava eliminar a inércia inflacionária sem recorrer a congelamentos de preços. A indexação diária pela URV permitiu a recuperação da moeda como medida de valor, perdida com os constantes aumentos de preços. A conversão era negociada de forma livre e voluntária pelos agentes econômicos, mas possuía caráter obrigatório para os salários, aluguéis residenciais, mensalidades escolares e preços de tarifas públicas. As políticas implementadas tiveram um apoio publicitário forte, componente definidor para a aprovação popular. No final do período correspondente à segunda fase, observou-se uma remarcação de preços, colocando em perigo a estratégia de estabilização. Essa remarcação veio servir aos interesses empresariais, diminuindo a oposição deste segmento à estabilização, mas contraindo por sua vez o salário real. Todavia, constatou-se uma acomodação dos preços relativos, mesmo em patamares elevados, e um contexto econômico favorável à consolidação da estabilização monetária.

Já na terceira fase, a âncora cambial, acompanhada da sobrevalorização do Real e intenso processo de abertura comercial, foi sustentáculo do programa de estabilização. Produtos importados invadiram o país, pressionando o preço dos bens comercializáveis para baixo e gerando um aumento do consumo. Esse se deu também pelo fim do imposto inflacionário e elevação do salário mínimo no período. Como consequência da valorização do câmbio, a balança comercial se apresenta deficitária, Tabela 4.2, a partir do momento da estabilização de preços (1995), vez que esta estava atrelada à política cambial.

Os déficits continuados na balança comercial merecem melhor análise, devido ao fato de se tornarem no longo prazo limitadores do crescimento econômico.

A estabilidade da moeda, aliada aos aumentos salariais, gerou um movimento ascendente do consumo das famílias; entretanto, como a capacidade produtiva da economia a curto prazo não poderia atender a essa demanda, foram geradas pressões adicionais sobre o setor externo, acentuando a tendência deficitária mencionada.

A estabilização da moeda contou ainda com o suporte do congelamento provisório das tarifas públicas e com a situação favorável da agricultura, tendo uma safra satisfatória que contribuiu para o barateamento interno dos preços dos alimentos.

Tabela 4.2 – Brasil: Saldo da Balança Comercial - 1990 a 2000

	Exportações (US\$ MI)	Importações (US\$ MI)	Balança Comercial (US\$ MI)
1990	31.414,00	20.661,00	10.753,00
1991	31.620,00	21.041,00	10.579,00
1992	35.793,00	20.554,00	15.239,00
1993	38.563,00	25.256,00	13.307,00
1994	43.545,00	33.079,00	10.466,00
1995	46.506,00	49.858,00	-3.352,00
1996	47.747,00	53.301,00	-5.554,00
1997	52.990,00	61.347,00	-8.357,00
1998	51.120,00	57.594,00	-6.474,00
1999	48.006,00	49.212,00	-1.206,00
2000	55.086,00	55.777,00	-691,00

Fonte: IBGE - valores a preços correntes (2001)

O aumento dos importados no país fez com que os empréstimos externos adquiridos financiassem, indiretamente, o excesso de consumo da população: necessitava-se de constantes captações de poupança externa para financiar o desequilíbrio na balança comercial.

Desta forma, no segundo Governo FHC, de 1995 a 2002, têm-se uma preocupação com a geração de superávits, dadas as limitações para continuar financiando os déficits em conta corrente, advindos da já referida política de estabilização apoiada na valorização cambial. O cenário internacional mostrava instabilidade pela crise mexicana, onde a vulnerabilidade de suas contas externas ocasionou no país recessão e desestabilização econômica.

As taxas de juros mantiveram-se demasiadamente altas, para evitar fuga de capitais externos. O país, impossibilitado de suprir sua demanda interna, tornou-se vulnerável a choques cambiais e atrelava a estabilidade de sua economia a fatores externos. Os importadores foram beneficiados pela política cambial e elevada taxa de juros, contrastando com a grande crise no setor industrial nacional. Os juros exorbitantes restringiram a demanda interna, promovendo

também inadimplência e crise bancária. A estabilidade mantinha-se com graves custos sociais e macroeconômicos.

Deve-se destacar ainda, que a balança comercial apresenta saldos positivos a partir de 2002 e 2003, advindos da desvalorização sofrida no primeiro ano devido às incertezas acerca do resultado das eleições de 2002 (continuidade ou ruptura do modelo neoliberal), e à valorização dos termos de intercâmbio. Entretanto estes resultados não se mostram suficientes para reverter a análise até aqui compreendida de perda de dinamismo interno e contínuas instabilidades econômicas com o avanço das propostas neoliberais.

4.2 O Governo Lula

Em 2003 o resultado das eleições fomentou dúvidas no mercado internacional a respeito da confiabilidade do novo governo, afinal de contas, seria a primeira vez em que um partido de esquerda assumia a liderança do país, através do partido dos trabalhadores (PT). As dúvidas basicamente se concentravam na questão da manutenção da política neoliberal, consolidada a partir do governo Collor, ou na ruptura da mesma, levando o Brasil a optar por um modelo de desenvolvimento alternativo, de maior autonomia com relação aos investidores externos face às necessidades internas.

Alguns autores concordam com a argumentação em torno de que as posições políticas começam a mostrar-se mais moderadas ao longo do crescimento de um partido de esquerda. Atesta GIAMBIAGI (2004:197): “Como é comum em partidos de esquerda que, tendo a perspectiva do poder, se aproximam do centro político, o PT foi abandonando algumas bandeiras que empunhou historicamente, como, por exemplo, a defesa da moratória da dívida externa”.

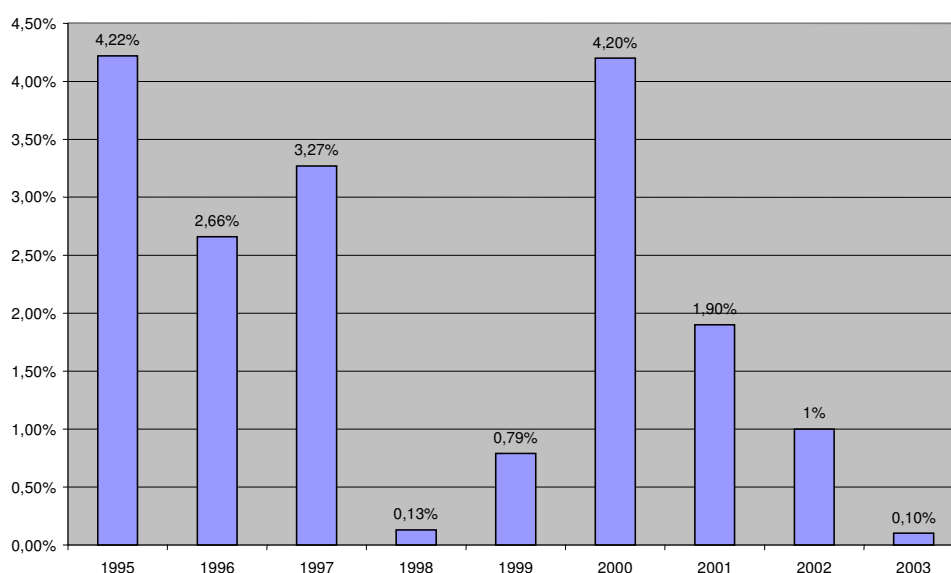
Todavia, observa-se que o presidente Lula afastou-se de mais algumas outras propostas desenvolvimentistas e de autonomia com relação aos interesses do capital externo, inclusive, sendo motivo de duras críticas de membros do próprio partido, provocando instabilidade no quadro política no momento inicial de seu mandato.

Obviamente não podemos deixar de lado, a questão de que a governabilidade de Lula seria comprometida no caso de ter ele optado por uma ruptura – a histórica dependência do país em relação ao capital externo o mantinha atrelado a este para alcançar dinamismo e amenizar efeitos de possíveis crises, como discutido anteriormente.

Desta forma, ao assumir a presidência, desconsiderando algumas questões colocadas em campanha, Lula determinou como principais metas estabilidade econômica, respeito à negociação com o FMI, geração de superávit primário e implantação de projetos sócio-econômicos, como o programa “fome zero” e concessão de salário mínimo no meio urbano para trabalhador não contribuinte do INSS. Entretanto, não esclarece como poderá manter tais propostas a longo prazo, visto que a necessidade de diminuir os gastos do governo inviabiliza contínuas transferências às camadas mais pobres.

Gráfico 4.2

Brasil - Taxa Real de Crescimento (%) - 1995-2003



Fonte: CIA World Factbook (2004)

Para continuar mantendo a estratégia de estabilização, exigia-se a elevação da taxa de juros interna, principalmente levando-se em conta o aumento do índice inflacionário no final do ano de 2002, sendo esta medida importante para dar credibilidade ao governo com relação à capacidade de manutenção da estabilidade econômica, por um lado, mas por outro, mostrava a inconsistência no que diz respeito às propostas de fomentar desenvolvimento das atividades produtivas internas e crescimento do emprego e renda.

A continuidade da inserção neoliberal prejudicava as atividades produtivas nacionais sob dois aspectos: o da concorrência com as multinacionais, mais modernas e produtivas, e o de

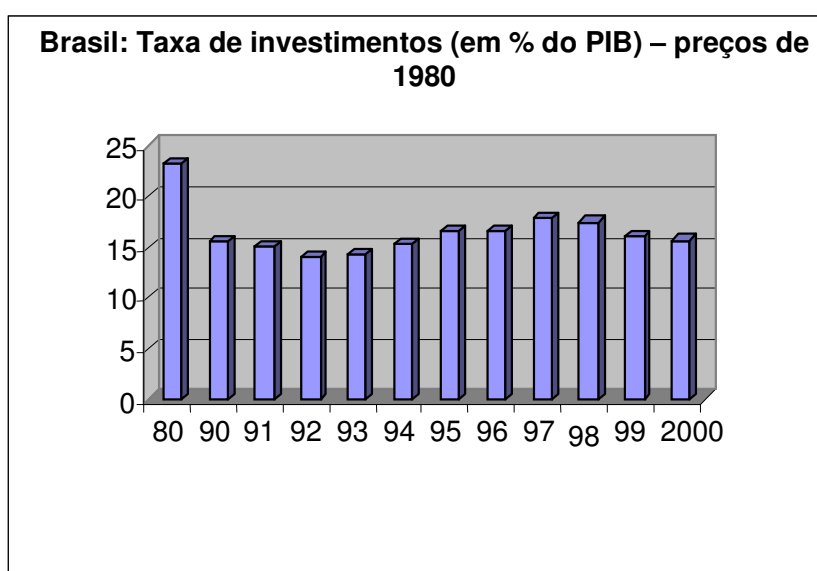
escassez de recursos governamentais voltados para programas de subsídios e incentivos a segmentos da indústria.

Com relação ao PIB, este foi altamente comprometido pelo “aprisionamento” econômico à prática de manter elevados os juros internos, o que se por um lado, atraiu fluxos de capital estrangeiro e conteve a demanda interna, por outro fomentou a crise brasileira ao elevar os custos do endividamento interno, desincentivando o crescimento do investimento privado e contribuindo assim para os pífios resultados obtidos pela atividade produtiva interna.

Através do gráfico 4.2 vê-se que a partir da estabilização, o PIB assume tendência decrescente de crescimento, comprovando a argumentação acerca de que as medidas de controle da inflação implementadas pelo Plano Real, a saber valorização cambial e a manutenção de taxas de juros internas alta, impedia ou freava o crescimento, vez que este estava relacionado principalmente ao nível de investimento na economia.

O nível de investimentos, essencial não só para aumento de postos de trabalho mas também para criação de maior competitividade nos setores produtivos, apresentado como proporção do PIB, sofreu redução na década de 90 em comparação a 1980. Em 2000 esse nível é praticamente o mesmo de 1990 (Gráfico 4.3).

Gráfico 4.3



Fonte: IPEA (2002)

A invasão sofrida pelo mercado nacional por parte dos produtos importados transferiu boa parte do dinamismo do crescimento para fora. Além disto, os crescentes déficits no saldo comercial fizeram com que a demanda interna precisasse ser contida, com uma política de juros mais elevada, comprometendo ainda mais o crescimento econômico. Tais déficits acentuam a dependência da economia brasileira em relação à poupança externa, o que pode ser constatado pelo comportamento do endividamento externo, que apresentou tendência crescente até 2001, passando de um saldo de 232 bilhões de dólares em 2000 para 251 bilhões em 2001, declinando um pouco para 222.4 bilhões em 2002, e finalmente mantendo-se neste patamar em 2003 e 2004 (CIA World Factbook, 2005).

Em fins de 1990, conforme comentado, torna-se insustentável compensar os déficits correntes devido à prática da valorização cambial. Desta forma, recorre-se a uma desvalorização do câmbio, que foi acompanhada internamente por medidas de maior controle dos gastos públicos, e externamente pelo refluxo de ativos financeiros, face ao quadro de instabilidade macroeconômica. Mais uma vez a elevação das taxas de juros fazia-se necessária para compensar os efeitos da crise cambial, desencadeando ou acentuando movimentos já existentes e aqui referidos de queda de investimento e renda.

Conclui-se, portanto, que a estratégia de estabilização paralela ao processo de medidas liberalizantes e de atração de capital, revela sua fragilidade pelo circuito vicioso que cria nas decisões político-econômicas, de elevação das taxas de juros nos momentos de crise, sendo esta mesma causa e efeito dos elementos desencadeadores de instabilidades.

4.3 Reestruturação Produtiva e Mecanismos de Ajustes ao Posicionamento Brasileiro de Abertura

As reformas implementadas no Brasil na década de 1990 foram derivadas das pressões neoliberais de ajuste da economia à nova ordem global. O conjunto de medidas defendido pelo Consenso de Washington deveria ser aplicado, visando dotar a economia de maior competitividade, tornar as instituições mais eficientes e expandir o potencial de crescimento. Tais medidas compreendem equilíbrio orçamentário do governo, com reforma fiscal (ampliando a base e reduzindo as alíquotas marginais) e redirecionamento dos gastos para segmentos básicos, como educação e saúde; estabelecimento de taxas de câmbio competitivas; desregulamentação

dos mercados; liberalização comercial e financeira; privatização e eliminação de barreiras à entrada de investimentos externos.

Vale ressaltar que as medidas foram impostas sem maiores projeções sobre a economia brasileira, que levassem em consideração a diversidade e a vulnerabilidade do país, como também de que forma se lidaria com os ajustes desproporcionais nos segmentos da indústria e como seria contrabalançado o efeito negativo para as camadas sociais, decorrente da menor participação estatal.

As reformas brasileiras podem ser divididas em dois grupos: as de primeira geração, iniciadas na primeira metade de 1990, com a abertura comercial e as privatizações, e as da segunda geração, realizadas na segunda metade da referida década, que abrangem a reforma da seguridade social, a reforma administrativa do setor público e a reforma fiscal, complementada com a reestruturação dos programas sociais.

A reforma comercial ganha mais destaque neste trabalho, visto que impacta setores fundamentais para a proposta deste trabalho, de análise dos efeitos das medidas liberalizantes. A redução progressiva das alíquotas tarifárias foi uma das principais medidas da reforma comercial - destacam-se dois momentos de aceleração do processo de redução tarifária: entre 1990 e 1991, passando de 33,4% para 17,8%, e entre 1993 e 1994, passando de 17,8% para 12,9%. (BAUMANN, 1999)

Os efeitos sobre a balança comercial (tabela 4.2) devem ser entendidos, de forma mais detalhada, com a avaliação dos seguintes fatores:

- a) As importações levaram algum tempo para atingir valor significativo, visto o fechamento da economia brasileira durante as décadas anteriores;
- b) A redução multilateral de tarifas e as preferências nacionais dentro do Mercosul foram definidoras para o aumento das exportações brasileiras;
- c) O “efeito riqueza”, através do qual o consumidor percebia-se com maior disponibilidade financeira visto a queda da inflação, ocasionou um aumento de demanda por produtos importados;
- d) A sobrevalorização cambial, política complementar ao processo de abertura, afetou o comércio externo, definindo uma maior entrada de produtos importados no país.

Esforços foram feitos no sentido de atrair capital estrangeiro para o programa de privatizações. Em 1990, com a criação do Programa Nacional de Desestatização - PND, a privatização tornou-se parte integrante das reformas econômicas iniciadas pelo Governo. A magnitude e o escopo das privatizações foram significativamente ampliados. Entretanto, tais privatizações no Brasil não conseguiram produzir o montante esperado, em primeiro lugar porque as receitas encontravam-se indexadas antes da estabilização, e em segundo lugar, porque alguns gastos aumentaram após a estabilização, como os salários dos servidores, a seguridade social e os gastos com saúde.

No âmbito das reformas de seguridade social, tem-se que as contribuições derivavam de transferências monetárias do governo federal a diversos órgãos responsáveis pelo direcionamento desse montante. O sistema de canalização era ineficiente e muitas vezes mal destinado, dando margem a questionamentos duvidosos sobre sua finalidade. O novo governo estabeleceu diretrizes novas para a distribuição dos recursos, com diminuição do elo entre o governo federal e a instituição recebedora dos mesmos. Procurava-se estabelecer direitos mínimos sociais aos cidadãos, mesmo face a uma diminuição do Estado e dos seus gastos.

Adicionalmente, a proposta com relação aos Estados e Municípios é de que eles se responsabilizem pela alocação dos seus recursos e ajustem seus orçamentos de forma a tornarem-se mais independentes do Governo Federal.

A reforma previdenciária, por sua vez, era inadiável, visto a incorporação de novos segmentos, como o trabalhador rural, o crescimento natural do número de beneficiários com o aumento da força de trabalho e da população, e as elevações qualitativas das pensões durante o período. Foram definidas idades mínimas para aposentadoria e limites para as pensões, e a contribuição dos militares tornou-se obrigatória.

4.3.1. Repercussões Setoriais

No início da década de 1990, a abertura comercial e a valorização da taxa de câmbio permitiram um grande movimento de entrada de importados no país, fazendo com que os segmentos passassem por um processo de racionalização da produção, para enfrentar a concorrência externa no país. Com a estabilização, aumentaram-se os retornos sobre os investimentos (custos menores de máquinas e insumos) e as empresas puderam absorver tecnologia e adequar-se aos padrões impostos pela globalização. Tem-se um aumento da

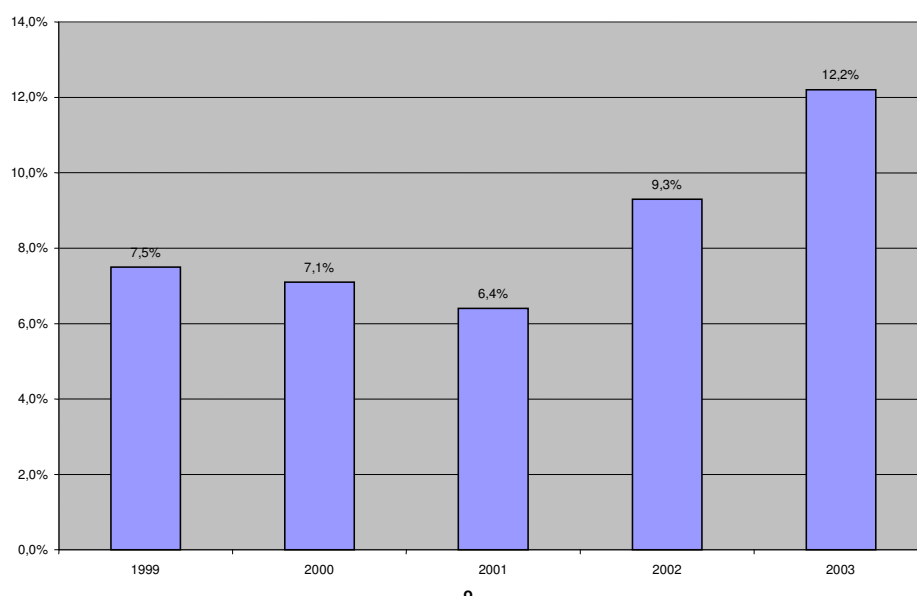
produtividade nos mais diversos setores, tornando-os mais intensivos em capital. O direcionamento dos investimentos concentrara-se na modernização, com limitada ampliação da capacidade produtiva.

O setor industrial apresentou crescimento elevado no ramo dos bens de consumo, e neste os duráveis, alavancado pelo “efeito riqueza”, com representação crescente do capital internacional, conforme atesta ainda BAUMANN (1999). Resultados desfavoráveis foram tidos no segmento de intermediários e de bens de capital.

A política de incentivos à Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) no Brasil sofreu grandes modificações na década de 90: até o final dos anos 80, as medidas governamentais estavam voltadas para financiamentos diretos e isenções fiscais. A partir de 1990, com a redução do papel estatal, a participação deste em P&D foi gradativamente diminuindo de patamar. Em contrapartida a essa diminuição, houve crescimento da iniciativa privada nesse segmento, buscando aumentar a produtividade e a modernização dos setores. Um fato que merece destaque é que nem todas as empresas possuíam recursos disponíveis para alocar em P&D, não desenvolvendo portanto capacidade própria de inovação e aperfeiçoamento dos métodos funcionais, o que provocou descontinuidade na modernização tecnológica.

Gráfico 4.4

Brasil - Evolução Anual Média do Desemprego - 1999-2003



Fonte: CIA World Factbook (2004)

De maneira geral, tem-se um crescimento desfavorável da P&D no Brasil, o que aumentou sua dependência tecnológica em relação às inovações externas. Entre os condicionantes desse baixo crescimento estão: a meta de equilíbrio fiscal, destinando menores recursos a este segmento; reformas na legislação, acompanhando o processo de abertura e facilitando a importação de tecnologia; e a composição das exportações, seguindo a proposição neoliberal de especialização no fator abundante, ou seja, em recursos naturais e mão-de-obra.

Com a aplicação do modelo neoliberal, o mercado de trabalho foi marcado pela desregulamentação – a determinação dos salários dar-se-ia no próprio mercado, sujeito a pressões para baixo pela grande oferta de mão-de-obra e pelo corte de gastos na produção por parte das empresas, na busca por maior competitividade. A análise dos dados referentes ao mercado de trabalho leva em consideração o contexto econômico de estabilização de preços, forte demanda interna e investimento em setores específicos.

No que se refere a taxas de desemprego, estatísticas do IBGE mostram que o desemprego aberto nas principais regiões metropolitanas elevou-se de aproximadamente 5% em 1993, para quase 8% ao final de 1998, se mantendo próximo a este patamar até 2000. Nos anos mais recentes, o movimento tem sido acentuado, como atesta o gráfico 4.4, onde a evolução anual média do desemprego atinge 12,2% em 2003, mantendo-se neste patamar em 2004 (IBGE, 2005). Deve-se levar em conta ainda, que essa taxa reflete apenas parcialmente a verdadeira situação do desemprego em alguns dos principais estados: se considerados os trabalhadores desalentados e outras formas de desemprego oculto, o desemprego total atingiu certamente índices mais altos.

Um enfoque setorial mostra que o total de empregos na indústria manufatureira caiu de 25 para 16% entre 1990 e 1997 (Tabela 4.3).

Tabela 4.3 – Estrutura Ocupacional Brasileira Urbana por Setores (em %) - 1990-1996

	1990	1996
Agricultura e Mineração	6,8	8,7
Manufaturas	25,2	16,0
Habitação	1,0	7,5
Transporte e Comunicação	4,8	4,6
Comércio e Serviços	62,2	63,2
Total	100	100

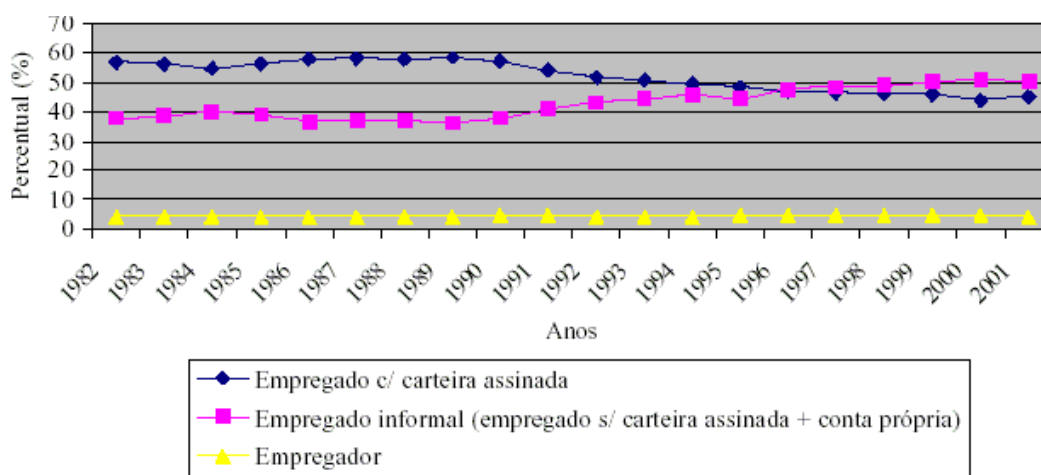
Fonte: CEPAL (1998)

A queda do emprego no setor manufatureiro foi compensada pelo aumento deste nas áreas de habitação, comércio e serviços. Entretanto, a absorção de mão-de-obra pelo setor de serviços deu-se somente até 1996 – a partir daí têm-se um aumento do desemprego em praticamente todos os níveis produtivos.

Em relação aos níveis salariais, observa ainda BAUMANN (1999) que não houve redução da renda real dos trabalhadores urbanos nos anos 90. Os aspectos definidores para este processo foram o aumento de preço dos bens não-comercializáveis com a abertura (estes não sofreram a concorrência externa) e a estabilização. Quando o setor de serviços teve seu ritmo de crescimento diminuído, a renda real dos trabalhadores no setor industrial aumentou, pela exigência de maior instrução formal para lidar com a modernização e o aumento da tecnologia. Esse ajuste no mercado de trabalho, com movimentação de trabalhadores do setor de bens comercializáveis para os não-comercializáveis, provocou evolução do salário real.

No setor agrícola tem-se um aumento da produtividade, mesmo estando este exposto à concorrência internacional e à falta de crédito oficial, decorrente dos cortes de subsídios. Tal crescimento está vinculado ao maior aproveitamento da área plantada, adoção de inovações tecnológicas e acesso a preços barateados de insumos, com a abertura comercial.

Gráfico 4.5 – Percentual Médio da População Ocupada no Brasil (1982-2001*)



* Compreende as seis maiores regiões metropolitanas do país (RE, SA, BH, RJ, SP, PO) – Em 2001, dados até o mês de agosto. Fonte: IBGE (2002)

Finalmente, merece destaque a precarização do trabalho desde a implantação do Plano Real. A qualidade do emprego no Brasil tem diminuído nos últimos anos, em função da destruição de postos de trabalho formal e aumento no grau de informalidade nesse mercado. As atividades informais mostram um lado perverso da procura crescente por maiores níveis de competitividade das empresas.

Os trabalhadores informais estão à margem do processo de globalização, não possuindo direitos trabalhistas, como aposentadoria ou seguro-desemprego, e aumentando o escopo dos que vivem abaixo da linha de pobreza.

O gráfico 4.5 mostra um resultado que não pode ser ignorado na década de 90: a desestruturação do mercado de trabalho teve como elemento principal uma significativa redução na capacidade de geração de empregos formais.

Como principais causas do fenômeno descrito têm-se o baixo crescimento da economia, o aumento da produtividade nos setores e a flexibilização trabalhista, fatores que redefiniram a estrutura do emprego no país, sendo este mais um componente a serviço dos interesses do capital financeiro internacional.

4.4 Aspectos Relevantes da Inserção Brasileira

No Brasil, a política econômica da década de 1990, no contexto pós-abertura, esteve subordinada à política de estabilização monetária, sem um planejamento de longo prazo para lidar com as perdas sociais ou promover um crescimento sustentável, que reduzisse gradualmente a dependência em relação à poupança externa.

O modelo de atuação estatal pode ser incluído no caso intermediário, assim como o Estado mexicano, atendendo as especificações de EVANS (2004), onde a autonomia do Estado é comprometida junto com implementação de um projeto de desenvolvimento de âmbito nacional. O modelo econômico é concentrador de renda, com a elite empresarial tendo forte influência na elaboração das políticas públicas.

Apesar de implementar melhorias nos segmentos produtivos, motivando a absorção de tecnologia e evolução dos sistemas de gestão, não há uma ruptura com os modelos tradicionais, que atrelam a lucratividade de alguns setores à exploração da mão-de-obra e à piora nas condições de trabalho.

O sistema público é ineficaz, com crescimento de “cargos de confiança”, onde as instituições públicas se transformam em “cabides de empregos”. Não há incentivos para atuações políticas que considerem

programas efetivos de inserção social, e a exclusão aumenta junto com os elevados índices de violência urbana.

Os instrumentos econômicos são utilizados em prol da estabilização macroeconômica e em favorecimento de um melhor posicionamento global, às custas de prejuízos domésticos, como baixas taxas de investimentos.

De forma semelhante ao caso mexicano, no Brasil percebe-se uma política de inserção atrelada à poupança externa e aos interesses dos grupos transnacionais. Todavia, o que diferencia estes dois países em termos de atuação intermediária de seus Estados é o grau de dependência externa e de comprometimento com uma agenda nacional.

No Brasil, durante o mandato do presidente Luís Inácio da Silva, percebe-se uma tendência de realização de alguns, mesmo que poucos, programas de desenvolvimento nacional, junto a uma aproximação com economias igualmente em desenvolvimento, na intenção de atenuar os laços de dependência com a economia norte-americana. Apesar de muito recente, tal movimento pode ser percebido no conteúdo de políticas específicas para segmentos produtivos nacionais, como o fomento a exportação, fato verificado inclusive na melhora do saldo da balança comercial no período mais recente.

Já no México o modelo de inserção co-dependente não deixa dúvidas de que o projeto nacional-desenvolvimentista perdeu espaço para políticas direcionadas para beneficiar o capital externo.

A reestruturação produtiva brasileira foi realizada paralelamente a um controle das taxas de inflação, o que gerou uma “corrida pelo consumo”, efeito ilusório de aumento de renda pela ausência do imposto inflacionário. Como consequência do aumento do consumo, observaram-se déficits comerciais, advindos do aumento das importações, acentuados pela valorização cambial, sustentáculo da estratégia de estabilização dos preços internos, e pela falta de investimentos direcionados para o segmento exportador.

Com relação à taxa de juros interna, verifica-se a sua manutenção em patamares elevados, para atender a dois interesses distintos: conter movimentos inflacionários de demanda e atrair capital externo. Tal fato, induz a uma diminuição do investimento interno, queda de renda, aumento do desemprego e aumento da desigualdade social.

Adicionalmente, a manutenção de taxas de juros competitivas para o capital externo prioriza a especulação em detrimento de um maior investimento no setor produtivo e o caráter seletista e concentrador dos investimentos realizados canaliza recursos para regiões e setores específicos, dotados de maior competitividade em relação aos demais. Configura-se assim uma inserção heterogênea do Brasil no modelo competitivo-neoliberal.

A queda dos investimentos produtivos contribui para o quadro de evolução anual média do PIB, que passa de 4,22% em 1995 para 0,1% em 2003 (gráfico 4.2); soma-se a este, a desregulamentação do mercado de trabalho junto à liberalização dos fluxos financeiros, determinantes para o aumento do desemprego aberto, que passou de 4,8% em 1991 para 12,2% em 2003, em taxas médias anuais (gráfico 4.4).

A precarização e as subcontratações, aumentando a exploração da força de trabalho, acentuaram o problema da concentração de renda, vez que o coeficiente de Gini no Brasil passa de 0,57 em 1998 para 0,60 em 2003 (IBGE, 2004). Embora a inflação brasileira tenha sido controlada a partir de 1995, qualquer tendência de crescimento da mesma, faz com que haja elevação das taxas de juros internas, como medida preventiva para a contenção de demanda e fuga de capitais, o que impede o alcance maiores níveis de crescimento e desenvolvimento.

5. CHINA: MODELO SOCIALISTA ASSOCIADO A MECANISMOS DE MERCADO

5.1. Aspectos Gerais da Economia Chinesa

O período que corresponde historicamente ao final da Segunda Guerra Mundial, marcou o início do que se convencionou chamar de Idade de Ouro do Capitalismo, a qual se fazia perceber numa variedade de teorias²⁸ econômicas intervencionistas, como a teoria do bem-estar de John M. Keynes. O Keynesianismo influenciou diversas políticas caracterizadas pela economia do desenvolvimento. A intervenção do Estado era tida como necessária e essencial para corrigir as assimetrias de mercado.

Já a partir de 1970, pelas crises das economias intervencionistas, refletidas em altos índices inflacionários, endividamentos e déficits comerciais, um novo modelo é posto em discussão, de cunho liberal, o neoliberalismo, apregoando uma liberdade maior para os mercados, e apontando como causa principal das crises observadas o demasiado intervencionismo estatal, que tornava ineficiente as operações produtivas e financeiras das economias, em vista da manutenção de estruturas arcaicas de produção e submissão a pressões de grupos de interesses.

Dentro deste contexto mundial, o continente asiático apresentou um alto crescimento do seu comércio regional de 1970 até 1995, através de investimentos japoneses e dos tigres asiáticos (especialmente Hong-Kong e Singapura) nos países da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN)²⁹, principalmente na Tailândia, Malásia, Filipinas, Indonésia e na China.

Entretanto, a partir de 1995 a desvalorização do YEN em relação ao dólar (30% entre 1996-98) foi determinante para a contração dos IED'S (Investimentos estrangeiros diretos) voltados para os países da ASEAN. Tal quadro junto à desregulamentação dos vários mercados mundiais mudou a estrutura de financiamento externo, favorecendo a expansão dos capitais de curto prazo. Por sua vez, o crescente endividamento ocasionou uma crise de liquidez em 1997, com recessão e nova desvalorização cambial das economias asiáticas.

O redirecionamento das atividades destas economias apenas foi possível devido a políticas fiscais expansivas e bom desempenho da atividade exportadora. Os principais fatores

²⁸ Segundo CHANG (2002), tais teorias ficaram reunidas coletivamente na economia da Idade de Ouro (EIO).

²⁹ Fundada em 1965, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento e estabilidade dos países membros, através de cooperação e maior integração de atividades econômico-sócio-culturais. Associados: Brunei Darussalam, Indonésia, Malásia, Filipinas, Singapura, Tailândia, Vietname, Laos, Camboja, Myanmar.

responsáveis por este comportamento das exportações são, de um lado, a crescente demanda norte-americana pelos produtos de tecnologia da informação e, de outro, a contínua absorção de bens industrializados pelo mercado japonês.

Regionalmente, a China concentrara a produção destinada aos mercados citados, onde a estabilidade do YUAN junto ao crescimento econômico chinês firmou a nação como exportadora líquida para os EUA e para o Japão, este agora importador líquido asiático, e desta forma se consolidara como grande potência ao final dos anos 90.

Especificamente em relação à economia chinesa, objeto de estudo deste capítulo, a ação pública teve papel primordial para o desempenho favorável das atividades produtivas. Neste sentido, destacam-se importantes funções como:

- i) fornecimento de subsídios ao setor exportador;
- ii) disponibilização de insumos às empresas nacionais a baixo custo, sustentando a lucratividade das mesmas;
- iii) contenção do desemprego urbano, junto à manutenção do nível de renda dos funcionários públicos;
- iv) formação de parcerias com agentes privados facilitando o compartilhamento de tecnologia e de insumos visando um maior investimento nas atividades nacionais;
- v) internacionalização de tecnologia;
- vi) políticas específicas de regulação da entrada de capitais.

Algumas zonas de desenvolvimento econômico e tecnológico se estabeleceram como pólos de crescimento voltados para os mercados externo e interno, e apoiadas em empresas transnacionais, como é o caso das regiões de Dalian, Tiajin, Fuzhou, Beijing e Shangai. Vale salientar que o crescimento do mercado interno se deu tanto horizontalmente quanto verticalmente, configurando uma demanda superior às exportações para os mercados norte-americano e japonês.

Ao mesmo tempo, observa-se, com maior força, uma elevada dependência da China em relação ao fornecimento de matérias-primas através das importações, onde o petróleo³⁰ ocupa grande espaço, provocando uma maior integração da economia chinesa aos mercados mundiais.

³⁰ O consumo de petróleo pela China, passou de 2,3 milhões de barris por dia, em 1990, para 4,6 em 2000, devido, principalmente ao maior número de automóveis, aumento do tráfego aéreo e política monetária frouxa (STORY, 2004).

Desta forma, tem-se que a China atualmente, representa um duplo pólo de crescimento, uma vez que se coloca de um lado, como principal produtor de manufaturas intensivas em mão-de-obra e tecnologia da informática (TI), e por outro, como grande mercado para produção mundial de máquinas, equipamentos e matérias-primas industriais, gerando dinamismo sobre a região asiática.

Sob o contexto de abertura e globalização, tendo em vista a importante atuação do Estado na economia, ter-se-iam maiores demandas dirigidas ao mesmo, fazendo-se, portanto, necessário aumentar a produtividade e a competitividade das empresas estatais.

Como privatizar os setores estatais não fazia parte do planejamento estratégico chinês, reformas foram adotadas visando promover uma melhor convivência das atividades sob julgo do Estado e os capitais transnacionais que fluiriam para a China mais fortemente com a abertura, direcionados para regiões e segmentos antes de atuação exclusiva estatal.

TAVARES (2001) cometa que as privatizações não poderiam ser consideradas em vista da não identidade das estatais chinesas - elas simplesmente confundiam-se com a administração e os departamentos públicos, não possuindo personalidade jurídica, patrimônio ou balanço contábil de suas atividades.

A primeira tarefa seria então estabelecer identidade jurídica e definir os perfis operacionais das empresas estatais – além de criar um corpo funcional e estrutura organizacional independentes.

Com o avanço das reformas, as estatais adquiriram modelos próprios de gestão, autonomia para direcionar investimentos e modernizar estruturas. Um desafio que se coloca é a questão da eficiência produtiva, dado que as atividades estatais eram realizadas sem procedimento racional de produção, de forma que os desníveis tecnológicos nestas empresas eram elevados. Diante disso, homogeneizar a produção estatal, de forma a adotar modelos produtivos eficientes, voltados para a racionalização da produção constitui-se, até hoje, no maior dilema da política de fomento à atividade do Estado. Adicionalmente, uma reforma fiscal foi formulada e implementada, em 1994, visando facilitar e simplificar o sistema de cobrança de impostos sobre as empresas.

Além dos argumentos expostos, vale salientar que a transição sofrida pela economia chinesa nos últimos anos está além dos aspectos ou reflexos econômicos, traduzindo-se,

sobretudo, numa mudança de caráter amplo, com um movimento intenso de urbanização e sistema político mais democrático e participativo em termos globais.

Considerando tal contexto, pretende-se analisar neste capítulo as principais modificações sócio-econômicas advindas do posicionamento político-estratégico chinês no comércio mundializado.

5.2 Reformas Político-Econômicas: “Desmaotização” e Incentivos ao Capital Externo

A China desenvolveu-se sob bases tradicionais desde 221 a.C., quando Che Huang-ti fundou o Império Chinês, ancoradas na atividade agrícola campesinal e sob dinastias fechadas à modernidade ocidental. As pressões sofridas de países ocidentais para abertura de seus portos ao comércio internacional lhe custaram territórios como o de Hong Kong³¹ quando da Guerra do Ópio, com a Inglaterra em 1840. Tais pressões contribuíram para o enfraquecimento da unidade política e para a reforma sócio-cultural do país.

A terminologia China comumente é utilizada para identificar regiões que, na verdade, não pertencem ao país, como Manchúria, Mongólia Interior, Tibete e Xinjiang, porém a literatura ocidental costuma defini-la como República Popular da China (RPC), em referência a periodicidade mais recente.

A RPC foi fundada em 1949 por Mao Tse-tung ou Mao Zedong (1949-1976), revolucionário e governante comunista, que de 1966 até o final de seu mandato, implementou no país a chamada Revolução Cultural, ou Grande Revolução Cultural Proletária, aliando civis contra a burocracia do Partido Comunista Chinês³² da época, visando evitar a propagação do revisionismo³³, já ideologicamente aceito por alguns membros do Partido.

Mao objetivava coletivizar as unidades econômicas, reconstruindo e fortalecendo a base ideológica comunista. Anteriormente, de 1958 a 1961, este tentara desenvolver as atividades

³¹ O território de Hong Kong foi recuperado pela China em 1997, hoje situado numa área de administração especial, de soberania absoluta chinesa.

³² O partido Comunista Chinês (PCC) foi fundado em 1921, seguindo as orientações da ex-União Soviética, embora a luta não fosse diretamente pelo socialismo, mas sim pelo fortalecimento do Governo e desenvolvimento da economia.

³³ Corrente dissidente do Marxismo, que apregoa a revolução como desnecessária, havendo meios pacíficos de implantação do comunismo. A idéia era a de transformar gradualmente o sistema capitalista em um comunista, através de reformas de cunho social, sendo por isto mesmo, esta corrente também conhecida como reformismo ou social-democracia.

industriais na China através das comunas rurais, propriedades de trabalho coletivo e com equidade salarial, entretanto fora mal sucedido, não gerando dinamismo naquelas atividades.

O Fracasso do Grande Salto (desenvolvimento das comunas rurais) trouxe sérias consequências para a economia chinesa - visto a desorganização da produção a partir de então e o não atendimento do setor alimentício à demanda interna - e para a visibilidade política de Mao, sendo severamente criticado por alguns membros do PCC, destacando-se entre eles Lio Shaoqi e Deng Xiaoping.

Neste momento, Mao se antecipa e passa a denunciar Lio como traidor e contra a revolução proletária, aproveitando para declarar luta contra os opositores da ideologia revolucionária, num movimento chamado Revolução Cultural, através do qual os opositores ao Governo eram humilhados e afastados da sociedade, enquanto Mao era colocado como personalidade mais importante, admirada, temida e respeitada pela grande maioria dos chineses.

O sucessor de Mao, Hua Guofeng, apesar de partidário, passou a liderar indicando posicionamento contrário aos daquele, reintegrando seus inimigos, como Deng Xiaoping, que passou a dirigir nos anos seguintes (1976-1997). Inicia-se então o processo de reformas econômicas na China, através das Quatro Grandes Modernizações, englobando as áreas da agricultura, indústria, ciência e tecnologia, e das forças armadas.

A reforma agrícola trouxe a liberalização da economia rural, onde as terras passaram de propriedade pública à privada. O sistema de comunas foi substituído por um acordo entre Estado e produtores, em que estes se comprometiam em vender apenas parte de sua produção ao Estado, por valores pré-fixados e atualizados em relação ao período anterior, podendo negociar o excedente livremente. A liberalização das terras, a elevação do preço dos bens agrícolas³⁴ e a diminuição dos impostos sobre a produção provocaram crescimento desta atividade.

Tais medidas provocaram um efeito multiplicador na economia chinesa, com aumento da renda familiar, do investimento e poupança gerados na atividade, crescimento da demanda por bens agrícolas, culminando por fim, em maior dinamismo do setor agrícola. Paralelamente às transformações ocorridas no campo, reformas foram introduzidas no segmento industrial, permitindo o ingresso de capital privado e estrangeiro para complementar os investimento

³⁴ Como parte do incentivo a esta política de liberalização da produção agrícola, o Governo decreta em 1979 um aumento de 20% dos preços dos bens agrícolas (SERRA, 2001).

estatais. A liberalização atinge a formação de preços, com os salários e preços dos bens finais sendo determinados pelo mercado.

As estatais são autorizadas a acumular excedente de capital como parte da política de incentivo e fomento industrial. O capital estrangeiro começa a ingressar através de *joint ventures* ou associações comerciais nas estatais chinesas, que gradualmente vão perdendo algum espaço para iniciativa privada. O direcionamento do capital externo dava-se principalmente para as indústrias de tecnologia e de infra-estrutura, a exemplo dos setores de energia e transporte.

Tabela 5.1

Emprego no Setor Produtivo Estatal Chinês – 1977-1995		
Ano	Milhões de Trabalhadores	Parcela do Emprego Urbano
1977	72	79
1979	77	77
1981	84	76
1983	88	75
1985	90	70
1987	97	70
1989	101	70
1991	107	70
1993	109	68
1995	113	65

Fonte: Statistical Yearbook of China (1999)

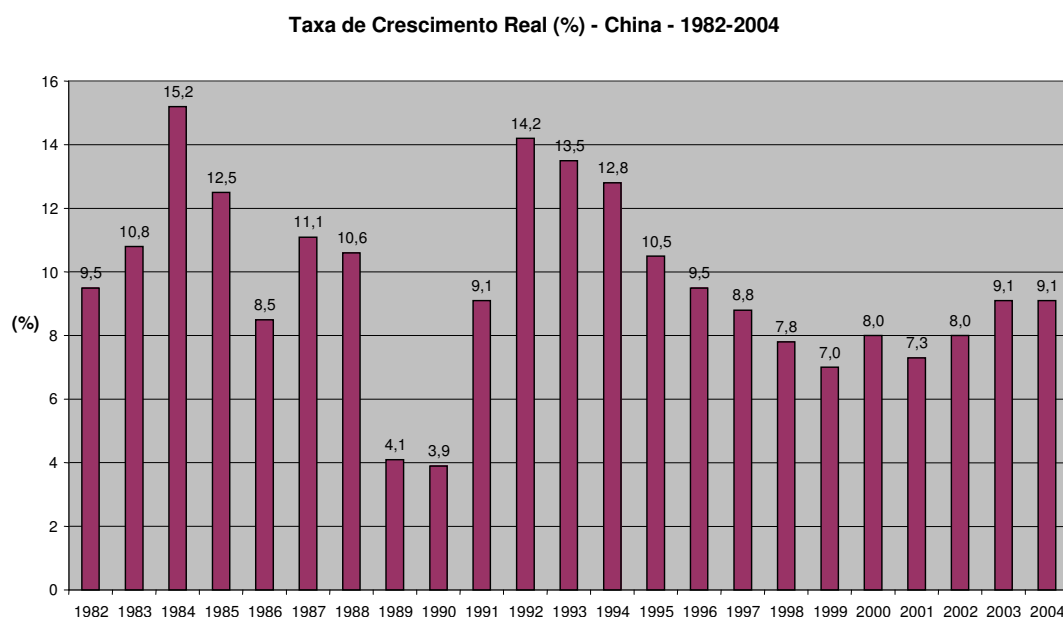
Vale salientar que, apesar de o emprego no setor estatal ter crescido em termos absolutos, a participação do Estado na criação de empregos urbanos tem diminuído, relativamente à parcela de emprego gerado pela iniciativa privada, conforme atesta a tabela 5.1.

Os anos de 1997 e 1998 marcaram uma queda nas taxas de crescimento, conforme atesta o gráfico 5.1, gerando a necessidade de posicionamentos político-econômicos de superação do quadro, visto que a piora na economia poderia causar diminuição das oportunidades de emprego e

dificultar a performance dos empreendimentos financeiros, causando um desequilíbrio macroeconômico, com sérias repercussões no quadro social.

É neste momento que os dirigentes da economia chinesa percebem a necessidade de maior interação com o capital externo, visando modernizar o aparelho produtivo interno e superar os desequilíbrios advindos do processo de crise.

Gráfico 5.1



Fonte: Bureau de estatística de Estado da China, 2004: (www.stats.gov.cn).

Num contexto de instabilidade e risco, estímulos tornavam-se necessários para atrair capital estrangeiro em volume suficiente para promover fluxo de investimentos na economia. As Zonas Econômicas Especiais (ZEE's) são criadas, junto às Zonas de Desenvolvimento Econômico e Tecnológico (ZDET's), onde se permite a instalação de indústrias de financiamento externo apoiadas na privatização das propriedades rurais, facilitando assim a integração dos capitais externo e interno.

As ZEE's são tidas como áreas não controladas pelo sistema de planejamento central, onde funcionam as leis de mercado – estas determinam as relações de trabalho e de produção. Dentro delas, ainda é possível distinguir as Zonas do Comércio Livre (*Free Trade Zones*), onde

são concedidas ainda maiores vantagens às empresas aí instaladas, como o arrendamento de terras diretamente do município e a contratação direta de trabalhadores, sem dependência com algum órgão local estatal.³⁵

Tabela 5.2

Investimento Estrangeiro Direto na China – 1979-2000 (US\$ Bilhões)			
Ano	Nº de Projetos	Valor Contratado	Valor Realizado
1990	7.273	6,6	3,5
1991	12.978	12,0	4,4
1992	48.764	58,1	11,0
1993	83.437	111,4	27,5
1994	47.594	82,7	33,8
1995	37.001	91,3	37,5
1996	24.556	73,3	41,7
1997	21.001	51,0	45,3
1998	19.799	52,1	45,5
1999	17.101	41,5	40,4
2000	22.532	62,7	40,8
2002*	-	-	52,7
2003*	-	-	53,5
2004*	-	-	60,0

Fonte: www.chinafdi.org.cn

Por sua vez as ZDET's são equivalentes a cidades costeiras abertas, de atuação livre do capital. Estas recebem, portanto, a maior parte dos investimentos estrangeiros diretos.

³⁵ Antes da abertura, a alocação nos postos de trabalho era estabelecida por departamentos governamentais.

* Informações referentes aos anos de 2002 e 2003 disponibilizadas pelo Banco Mundial (www.obancomundial.org.br).

Consolida-se o fim do modelo de desenvolvimento voltado para dentro, característico do governo de Mao, e define-se uma estratégia mais aberta à participação dos investidores internacionais, verificando-se um aumento do investimento estrangeiro direto na China, que passa de 6,6 bilhões de dólares em 1990 para 62,7 bilhões em 2000, em valores contratados (tabela 5.2).

Entretanto, vale salientar que o movimento reformista fora conduzido cautelosamente, abarcando regiões mais ao sul, como Cantão, experimentalmente, e deixando as partes norte e central aguardando os resultados das primeiras experiências de associação com o capital externo.

A abertura econômica iniciada com as ZEE's incita movimentos em prol da democracia, vez que a população ressentia-se com os altos índices de inflação e de concentração de renda, advindos do crescimento econômico em momento anterior, distribuído assimetricamente

Com as mudanças implementadas a economia se recupera, mantendo um crescimento médio anual de 8%, de 2000 a 2004 (gráfico 5.1). Este crescimento observado pode ser entendido como resultado de um maior dinamismo exportador paralelamente a um maior desenvolvimento do mercado interno, aspectos abordados no tópico seguinte.

5.3 Relações Externas Chinesas: Busca por Competitividade, Modernização e Maior Dinamismo das Estruturas Produtivas

A política econômica da RPC fora marcada durante o governo de Mao (1949-1976) por uma centralização da economia, caracterizada pela expropriação da propriedade privada pelo Estado, surgimento das comunas populares, baixo consumo agregado, e medidas de controle para o tamanho das famílias. O comércio externo era monopólio estatal, com objetivo de tornar a China auto-suficiente, com uma pauta de importação concentrada em bens de produção essenciais e não produzidos no país, provenientes de aliados partidários.

Apesar da prática de controle de natalidade, a população cresceu mais que a disponibilidade de alimentos, perfazendo necessidade de importação destes durante a década de 1960. Este período correspondeu a um maior afastamento global da economia chinesa, com níveis quase nulos de investimentos estrangeiros e mínima disponibilização de empréstimos externos. O Japão se destacava como importante parceiro comercial.

Ao final do Governo de Mao, segundo atesta STORY (2004), o país caracterizava-se por uma imensa pobreza com baixa renda per capita, a qual representava em 1978, 7% da renda per capita dos EUA.

No mandato seguinte, de Deng Xiaoping (1976-1993), a China caracterizou-se por uma economia mais globalizada, de gradual abertura comercial, voltando-se para um novo modelo econômico. Socialismo de mercado foi a denominação do modelo econômico iniciado por Deng de abertura e aproximação com as economias capitalistas, embora mantendo o sistema único partidário.

De acordo com este modelo, socialista do tipo chinês, a construção de uma sociedade melhor dar-se-ia através de uma modernização das forças produtivas, seguindo os preceitos de liberalização gradual de alguns setores de mercado. Porém, destaca-se aí que a liberalização é de cunho econômico, e não político.

As relações com os EUA³⁶ começam a se estreitar, como também com outros países ocidentais, embora a China ainda não seja aceita como membro da OMC – Organização Mundial do Comércio, por não adequar-se às normas regulamentares de práticas comerciais (a exemplo do fato de utilizar-se de mão-de-obra gratuita, aproveitando prisioneiros para produção industrial, considerado prática desleal de comércio).

A estrutura da economia socialista de mercado (ESM) consiste na capacitação do mercado para atuar na alocação de recursos na economia, contudo sob controle macroeconômico do Estado. A saída gradual de um sistema centralizado para uma estrutura de mercado exige uma seqüência de medidas, as quais são liberalizantes e eliminatórias de características do regime até então vigente, e uma política de adaptação da estrutura administrativa e burocrática das instituições, dentro da ótica de inserção no comércio mundial. Nesse sentido, a China torna-se membro do FMI (Fundo Monetário Internacional) em 1980, solicitando filiação ao GATT³⁷ (Acordo Geral sobre tarifas e Comércio) em 1986. A partir daí, o caminho para uma economia de mercado foi sendo traduzido em contínua redução das tarifas de importação e das barreiras comerciais.

³⁶ Em 1969, a China alia-se aos EUA contra a União Soviética, devido ao encerramento de apoio técnico e econômico pelos líderes de Moscou. Logo depois, os EUA apoiaram a participação da China na ONU – Organização das Nações Unidas, não se colocando também contra a liderança comunista chinesa no continente asiático.

³⁷ Torna-se membro posteriormente do seu sucedâneo, a OMC – Organização Mundial do Comércio, em 2001, fortemente apoiada pelos Estados Unidos.

A abertura de mercado na China deu-se, aproveitando-se das elevadas taxas de poupança doméstica, controle sobre a geração de divisas, e controle estatal dos setores considerados estratégicos para o crescimento e uma inserção competitiva equilibrada. Nesse contexto, o setor industrial preservou sua acumulação através da utilização da oferta de mão-de-obra desqualificada ilimitada, e dos subsídios às contratações de mão-de-obra qualificada.

Tabela 5.3

China – Indicadores de Risco Relativos a Endividamento Externo (em % do PIB)			
Ano	Dívida Externa/PIB	Serviços da Dívida Externa/Exportações de Bens e Serviços	Dívida Externa/Exportações de Bens e Serviços
1999	15,3	11,3	69,5
2000	13,5	9,2	52,1
2001	14,7	7,5	56,8
2002	13,6	7,9	46,1

Fonte: China Statistical Yearbook, 2003

Com relação aos investimentos estrangeiros, estes eram aprovados sob condição de promoção de desenvolvimento interno, e, portanto, eram canalizados para o fortalecimento de projetos nacionais, em parceria com agentes privados. Vale ressaltar, ainda, que as atividades privadas no país são submetidas a rigoroso controle e fiscalização do Estado.

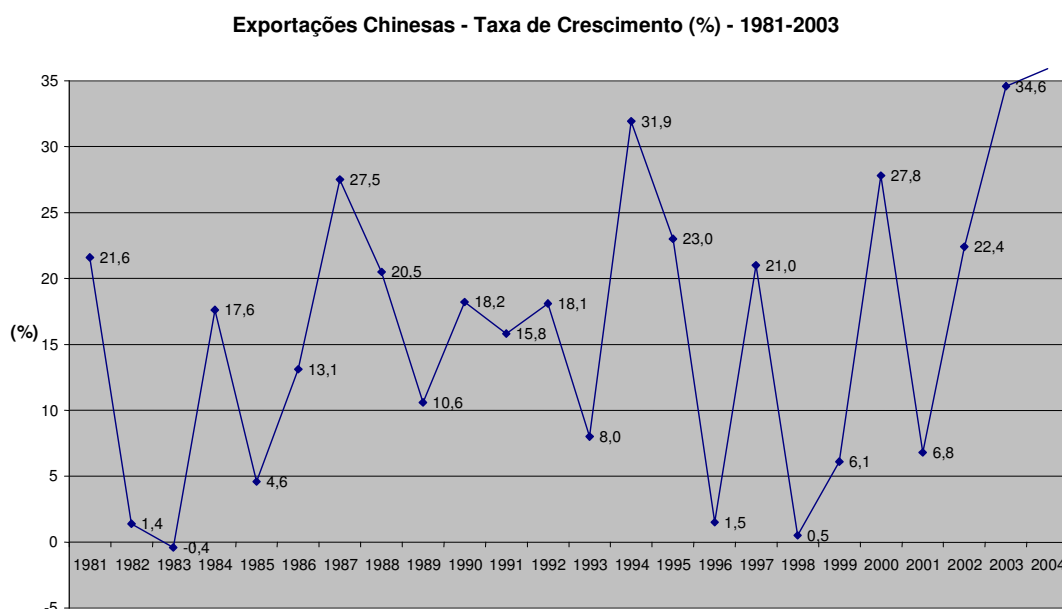
O estabelecimento de relações comerciais com o resto do mundo fez com que a China se tornasse um parceiro confiável mesmo que em 1991, com a queda da União soviética, se consolidasse como única potência comunista existente. Acordos multilaterais começaram a ser realizados objetivando uma maior competitividade e posicionamento face à concorrência mundial.

Além disso, o serviço da dívida chinesa é baixo, se comparado ao de outros países em desenvolvimento, o que aumenta o grau de confiança na sua política econômica, dado o alto nível de solvência de sua dívida externa. Percebe-se, através da tabela 5.3, que o país tem baixa relação dívida externa/PIB³⁸, como baixa relação dívida externa/exportações.

³⁸ No caso do Brasil, para o ano de 2002, este apresenta uma relação dívida externa/PIB de 45,9, considerada alta se comparada ao percentual chinês no mesmo ano. Todavia, O Brasil tem melhorado este indicador, apresentando em

Após a morte de Deng, Jiang Zemin (1993-2003) dá continuidade à política de abertura econômica, intensificando os acordos multilaterais e a entrada de capital estrangeiro no país, atraídos pelo contingente de mão-de-obra e pela estabilidade econômica chinesa, de imunidade garantida pela formação de poupança interna. Esta se constitui elevada, em seu componente interno³⁹ e externo, este último sob a forma de investimentos diretos em instalações e equipamentos, observando-se um crescimento de US\$ 76 para US\$ 894 bilhões no período 1978-2001 (China Statistical Yearbook, 2002).

Gráfico 5.2



Fonte: OMC (2004)

A participação do comércio externo (exportações mais importações) no PIB passa de 18% em 1980, para 43% em 2001 (Banco Mundial, 2004), tendo o crescimento das exportações durante as décadas de 1980 e 1990, apresentado uma evolução anual média de 14,4% (Gráfico 5.2).

2004, um percentual de 35,1, resultante, em grande parte de avanços no segmento exportador. (www.indexmundi.com)

³⁹ A cultura de formação de poupança é determinada pela elevação da renda per capita, redução dos membros das famílias, recursos para educação futura dos filhos, seguros para problemas de saúde, maior expectativa de vida e outros fatores.

Tabela 5.4

Estrutura do Comércio Exterior da China (%)					
Atividades/Especificações	1985	1990	1995	1997	2000
Exportações					
Produtos primários	50,6	25,6	14,4	13,1	10,2
Produtos Manufaturados	49,4	74,4	85,6	86,9	89,8
Importações					
Produtos primários	12,5	18,5	18,5	20,1	20,7
Produtos Manufaturados	87,5	81,5	81,5	79,9	79,2

Fonte: China Statistical Yearbook, 2000 (<http://www.stats.gov.cn>)

O elevado crescimento das exportações chinesas pode ser explicado pela competitividade de sua estrutura produtiva, ancorada no esforço para modernização da produção estatal, controle cambial e incentivo ao investimento direto estrangeiro voltado para o fortalecimento das atividades produtivas nacionais, afora a relativamente elevada produtividade da mão-de-obra em comparação com os salários.

Note-se que a estrutura do comércio exterior na China fora sofrendo gradual modificação, com uma pauta de exportação mais rica em bens manufaturados, estes com participação superior a 80% do total exportado desde os anos 1995 (Tabela 5.4). Destes manufaturados, destacam-se os bens de máquinas de escritório e informática, aparelhos eletrônicos e de comunicação, e máquinas e equipamentos. Logo depois, tem-se o destaque para os bens intensivos em mão-de-obra, como vestuário e têxtil (Tabela 5.5).

Tabela 5.5

Principais Itens da Pauta de Exportação da China: 1995-2002 (US\$ Milhões)			
Setor	Valores (US\$ Milhões)		Crescimento (% anual)
	1995	2002	
Alimentos e Bebidas	9.287	12.424	4,2
Têxtil	17.491	27.636	6,8
Vestuário	21.546	35.455	7,4
Couro e Calçados	10.058	16.834	7,6
Química	9.391	15.794	7,7
Máquinas e Equipamentos	6.190	21.268	19,3
Máquinas de Escritório e Informática	4.766	36.228	33,6
Materiais Elétricos	6.970	19.991	16,2
Eletrônicos e Comunicações	10.741	42.430	21,7
Diversos (Móveis, Brinquedos e etc.)	11.089	24.483	12,0
Outros	41.088	73.052	8,6
Total	148.616	325.596	11,9

Fonte: UNComtrade (2004)

Ressalte-se que a produção industrial para exportação caracteriza-se por ser intensiva em trabalho, aproveitando assim, o baixo custo de mão-de-obra, dotando estes bens de grande competitividade no mercado. Como suporte ao argumento, os dados da tabela 5.6 mostram que do setor produtor de manufaturados, 39,8% são intensivos em trabalho.

Tabela 5.6

Composição das Exportações Chinesas por Intensidade de Fatores de Produção (%) – 2003	
Energéticos	2,8
Básicos	4,1
Agrícolas	3,6
Minerais	0,5
Semimanufaturados	8,2
De origem agrícola intensivo em trabalho	3,3
de origem agrícola intensivo em capital	0,9
de origem mineral	4,0
Manufaturados	84,7
intensivo em trabalho	39,8
intensivo em economia à escala	10,3
provedores especializados	12,6
intensivo em P&D	22,0
Não Catalogados	0,2

Fonte: CNI (2004)

Com relação às importações, destaca-se também o aumento de bens manufaturados (tabela 5.7). Nestes, tem-se uma maior participação dos pertencentes a máquinas de escritório e informática, aparelhos eletrônicos e de comunicação, e instrumentos médicos e ópticos – o que reflete certa semelhança com a pauta de exportação. Esta semelhança deve-se ao fato de que parte da atividade industrial na China refere-se à montagem de peças e insumos importados, sem agregação de tecnologia.

Como resultado da entrada de capital estrangeiro junto à política de melhor aproveitamento dos recursos internos, constata-se uma realocação produtiva na economia da China, destacando-se o setor secundário, que passa de uma participação de 20,9% em 1952, para 51,1% em 2000 (tabela 5.8), relativamente ao total da indústria, e em menor proporção o setor terciário, que, para o mesmo período, apresenta os valores de 28,6% e 33,5%, respectivamente.

Tabela 5.7

Principais Itens da Pauta de Importação da China: 1995-2002 (US\$ Milhões)			
Setor	Valores (US\$ Milhões)		Crescimento (% anual)
	1995	2002	
Extração de Petróleo	2.360	12.757	27,3
Alimentos e Bebidas	6.007	7.026	2,3
Têxtil	11.274	13.499	2,6
Química	18.356	40.412	11,9
Metalurgia	9.708	24.325	14,0
Máquinas e Equipamentos	24.619	34.177	4,8
Máquinas de Escritório e Informática	2.855	17.094	29,1
Materiais Elétricos	5.972	15.689	14,8
Eletrônico e Comunicações	12.476	55.841	23,9
Instrumentos Médicos e Ópticos	4.277	13.907	18,3
Outros	33.449	60.442	8,8
Total	131.353	295.170	12,3

Fonte: UNComtrade (2004)

Além de segmentada em bens de consumo duráveis e não duráveis, o setor industrial também se divide em relação à propriedade estatal e não estatal, localizando-se aí as coletividades urbanas, as empresas de capital externo e as de capital privado nacional.

Apesar da proteção que recebem as estatais, a maior fonte de crescimento está nas empresas privadas: em 1978, as empresas estatais (EEs) foram responsáveis por 77,6% da

produção industrial, enquanto que em 1998, este valor caiu para 26,5%, com as empresas privadas respondendo por 73,5% da mesma (China Statistical Yearbook, 2002).

Tabela 5.8

Estrutura Industrial da China – 1985-2000 (% PIB)									
Indústrias	1952	1965	1978	1985	1989	1992	1995	1997	2000
Primária	50,5	37,9	28,1	28,3	25,0	21,8	20,5	19,0	15,4
Secundária	20,9	35,1	48,2	43,1	43,1	44,0	48,8	50,0	51,1
Terciária	28,6	27,0	23,8	28,5	32,0	34,3	30,7	30,1	33,5

Fonte: China Statistical Yearbook, 2002

De acordo com STORY (2004), a concentração de investimento do setor estatal localiza-se nas indústrias pesadas, de utilidades, bancos e transportes. Por sua vez, o investimento privado direciona-se mais fortemente para os setores de bens consumo.

O sucessor de Zemin, Hu Jintao, que assume a liderança da China em 2003 até a presente data, consolida o posicionamento pró-mercado, com alterações organizacionais significativas para a reestruturação produtivo-institucional. Entre as medidas mais importantes nesse sentido podem ser destacadas:

- A Comissão Estatal de Desenvolvimento e Reforma, mais importante agência econômica, de responsabilidade sobre o planejamento do desenvolvimento, com novo ênfase para uma estratégia de longo prazo de maior eficiência e modernização do parque produtivo nacional;
- Reformulação do Ministério do Comércio, com supervisão interna e externa, formulação de políticas anti-dumping⁴⁰, estabelecimento de cotas e tarifas para importação de produtos agrícolas e intermediação das relações com a OMC (Organização Mundial do Comércio);
- A Comissão Regulatória de Ativos Estatais, responsável pela fiscalização dos investimentos estatais, volta-se para uma melhor administração das EEs;
- Criação da Comissão Regulatória Estatal do Sistema Bancário, voltada para regulação das operações de crédito, visando evitar desequilíbrios no mercado.

⁴⁰ Medidas compensatórias à prática desleal de incentivos comerciais.

Apesar das mudanças ocorridas no ambiente econômico chinês, um desafio político coloca-se neste contexto. As estruturas autoritárias convivem com a modernização e inserção da produção nacional: o conflito entre os nacionalistas, visando maior proteção às empresas estatais e adequação dos investimentos externos aos interesses domésticos, e os liberais, dentro do discurso de liberalização e inserção competitiva, retardam o início de um sistema político-econômico mais democrático, de maior absorção de emprego e enquadramento dos processos de trabalhos em níveis de melhor qualidade humana e social.

Localmente, os governos implementam políticas de atração de investimento, sem critérios definidos pelo Estado Central, com estratégias específicas de privatização, de efeito assimétrico geograficamente e individualmente. Um exemplo destas políticas está na prática do perdão da dívida, que permite a reabertura de empresas após decretarem falência (RODRIK, 2002).

5.4 Transformações no Mercado de Trabalho na China

A liberalização e a desregulamentação, mesmo sendo realizadas de forma gradual, trazem consigo a reestruturação do mercado de trabalho, geralmente acompanhada por um aumento da taxa de desemprego e da precarização das condições de trabalho.

Com relação à taxa de desemprego na China, o que se observa é uma certa estabilidade em torno do patamar relativamente elevado de 10%, no período 1999-2004 (Gráfico 5.3). Vale salientar que, mais recentemente, há uma tendência de enxugamento no quadro funcional nos órgãos públicos, para aumentar a competitividade do setor produtivo estatal, o que pode, futuramente, acentuar o referido problema do desemprego. A exclusão aí materializada, manifesta-se através da elevação dos índices de violência, banditismo e pressão social por alocações de recursos mais eficientes em termos distributivos⁴¹.

Objetivando minimizar os efeitos da exclusão social, o Estado Chinês investe na educação e qualificação técnica da população. O foco no ensino profissionalizante faz parte da associação “educação-desenvolvimento”, onde há clareza por parte do Estado de que o crescimento de longo prazo exige uma sólida formação escolar.

⁴¹ Vale observar que o Coeficiente de Gini, índice que mensura a desigualdade de renda de uma população, tem crescido de 0,28 em 1981, para 0,44 em 2002. (www.indexmundi.com). A escala varia de zero, igualdade absoluta, a um, desigualdade absoluta.

Gráfico 5.3

Fonte: www.indexmundi.com (2005)

No aspecto distributivo, tem-se um crescimento relativo da participação do emprego gerado pelo setor produtivo secundário – passando de 20,9% em 1985 para 22,3% em 2002 (tabela 5.9). Entretanto, o setor que mais emprega ainda é o agrícola, devido ao contingente populacional e distribuição tradicional das atividades nas comunas rurais. Com o crescimento da industrialização, as migrações para os centros urbanos cresceram⁴², acentuando a concentração de renda e elevando o montante de investimentos estatais necessários para infra-estrutura e absorção de mão-de-obra nas cidades.

Todavia, apesar do crescimento da população urbana com os movimentos migratórios, a China ainda permanece um país predominantemente rural. A tabela 5.10 mostra que em 1989, apenas 26% da população encontravam-se nas cidades, enquanto que em 2002, esse percentual atingiu aproximadamente 40%.

⁴² Até 1979 vigorava na China o sistema *hukou*, em que as migrações rurais eram proibidas – entretanto, com o liberalismo dos mercados, gradualmente foi permitida a migração de pessoas que conseguissem empregos nos centros urbanos. Finalmente, pressões por maior flexibilização do mercado de trabalho, com o aumento da entrada de capitais externos, extinguiram as proibições migratórias, e a quantidade de mão-de-obra nas cidades cresceu espantosamente, junto com a precarização do trabalho e a discriminação do trabalhador de origem rural, que muitas vezes recebe menos que um trabalhador urbano por desempenhar a mesma função (CUI, 2002).

Tabela 5.9

Emprego e Proporção dos Setores na Economia Nacional Chinesa (%) – 1985-2002						
Indústria	Ano					
	1985	1990	1995	1996	1997	2002
Primária						
Emprego	62,4	60,1	52,2	50,5	49,9	50,0
Proporção no Total	28,4	27,1	20,5	20,4	18,7	15,4
Secundária						
Emprego	20,9	21,4	23,0	23,5	23,7	22,3
Proporção no Total	43,1	41,6	48,8	49,5	49,2	51,1
Terciária						
Emprego	16,7	18,5	24,8	26,0	26,4	27,7
Proporção no Total	28,5	31,3	30,7	30,1	32,1	33,5

Fonte: China Statistical Yearbook, 2002

Tal mudança está relacionada às novas oportunidades de emprego advindas da recuperação do crescimento da economia, a partir de 2000, com maior oferta de postos de trabalho advindas do mercado privado nacional e alianças estabelecidas com o capital estrangeiro, dos empregos gerados nas ZEE's e ZDET's, e, pelo crescimento do mercado de trabalho informal.

Embora parte dos investimentos estrangeiros seja dirigida para o campo, com a industrialização rural, onde faltam regulamentações específicas para atuação de grupos privados, como, por exemplo, leis regulando o descarte de resíduos⁴³, esta não consegue absorver toda

⁴³ A ausência de leis deste tipo causa graves prejuízos ambientais, e custos futuros para os Estados.

população rural, sendo incapaz de impedir o processo migratório para os centros urbanos, acentuando os problemas das metrópoles.

Tabela 5.10

China – População (1978-2002)					
	1978	1989	1997	2001	2002
População (milhões de pessoas)	963	1.127	1.236	1.276	1.285
Rural	790	832	842	796	782
Urbana	172	295	394	481	502
Composição do Emprego (%)					
Agricultura	71	60	50	-	50
Indústria	17	22	24	-	21
Serviços	12	18	26	-	29

Fonte: China Statistical Yearbook, 2003

5.5 Dinâmica Interna do Modelo Político–Econômico Chinês

Historicamente, tem-se que o crescimento econômico chinês esteve atrelado ao ritmo dos investimentos em capital fixo das empresas estatais, aos choques externos, desequilíbrios setoriais, preços dos alimentos e restrições do balanço de pagamentos.

Em 1990, com a expansão das exportações e aumento dos investimentos privados, reduz-se a participação estatal no investimento global, ainda definida por um papel anti-cíclico.

Internamente, as limitações ao crescimento faziam-se perceber através do efeito da política governamental: o aumento dos investimentos públicos impactava positivamente na geração de emprego e renda, ocasionando uma maior procura por alimentos e matérias-primas, que por não acompanharem o ritmo de crescimento, e, devido ao tamanho da população chinesa,

freavam um maior dinamismo interno por obrigar a China a recorrer ao mercado externo. Diante disso, tornava-se fundamental, portanto, estruturar a pauta de exportação, de forma a impedir que a capacidade para importar estagnasse o processo de crescimento econômico.

Até 1980, a concentração da pauta de exportação dava-se em bens de origem primária, como grãos, petróleo e carvão, de pouco valor agregado e de volume insuficiente para atendimento interno e externo. Neste período, a industrialização voltou-se para a substituição de exportações, objetivando agregar valor aos produtos exportados, concentrando a produção em industrializados de maior intensidade em capital e tecnologia.

Esse forte movimento industrializante, com elevação da demanda por insumos importados, exigiu um aumento da capacidade para importar chinesa, e exerceu pressão sobre os preços de algumas matérias-primas como ferro, carvão, aço e alumínio nos mercados mundiais. Diante deste contexto, o desafio da China seria o de superar os limites impostos pela escassez de divisas, dado o deslocamento da pauta de importação para máquinas e equipamentos, visando o redirecionamento para bens de alta tecnologia, que absorvesse mão-de-obra e atraísse investimentos externos.

A importação de matérias-primas e insumos industriais voltava-se principalmente para as atividades de processamento, o que atrelava o crescimento econômico às exportações estatais, fazendo com que o setor público continuasse a ter papel fundamental no ciclo de investimento chinês e no processo de mudança estrutural.

Considerando o período de 1987 a 1994, o aumento das exportações, passando de 39,4 milhões de dólares no primeiro ano para 121 milhões no último (tabela 5.11), e o já comentado crescimento econômico exerceram forte pressão sobre o consumo e o movimento de preços.

Esta dinâmica, por um lado, gerava inflação, acentuada com a desvalorização cambial em 1994, instrumento utilizado para incentivar as vendas no mercado externo, e por outro, elevava o quantum importado, que se refletiria em déficits no balanço comercial. Logo, pois, tornava-se necessário, conter a demanda interna, tendo para isso que frear o crescimento da economia. Com isso, elevaram-se as taxas de juros internas e restringiram-se os investimentos produtivos.

Tabela 5.11

Comércio Exterior da China – 1999-2004 (bilhões US\$)			
Ano	Exportações	Importações	Saldo
1987	39,4	43,2	-3,8
1988	47,5	55,2	-7,7
1989	52,5	59,1	-6,6
1990	62,1	53,4	8,7
1991	71,9	63,8	8,1
1992	85,0	80,6	4,4
1993	91,8	104,0	-12,2
1994	121,0	115,7	5,3
1995	148,8	132,1	16,7
1996	151,1	138,8	12,2
1997	183,0	142,0	40,3
1998	183,8	140,2	43,6
1999	194,9	165,8	29,1
2000	232,0	197,0	35,0
2001	266,1	243,6	22,5
2002	325,6	295,3	30,3
2003	436,1	397,4	38,7
2004	593,0	561,0	32,0

Fonte: Dados disponibilizados www.indexmundi.com/elaboração da autora (2005)

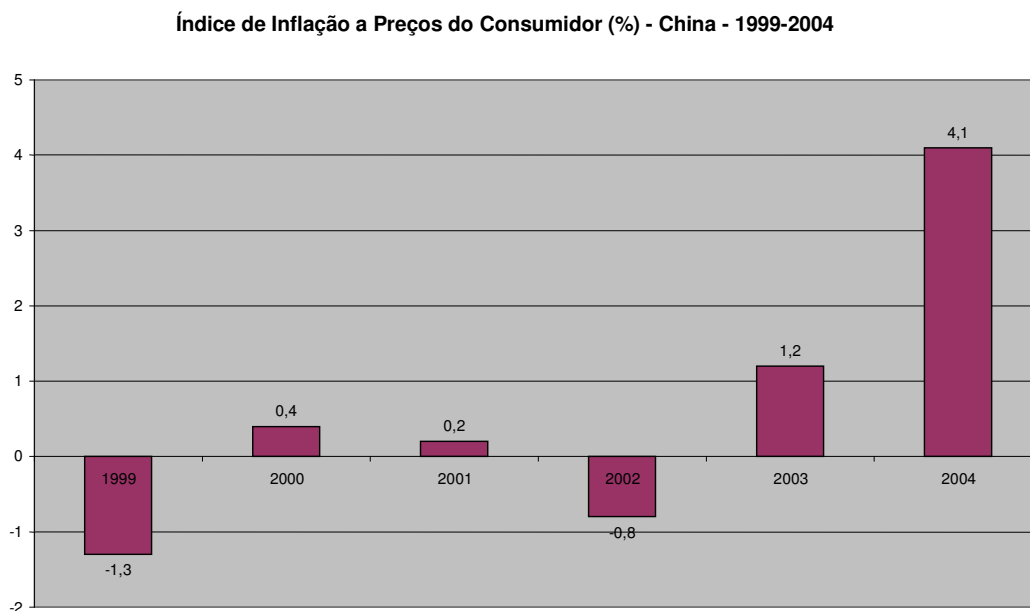
Com o advento da crise de 1997 nos mercados asiáticos, há queda das exportações, da renda e dos preços internos, comprometendo a geração de empregos, área muito relevante para a China, tendo em vista o contingente populacional.

Novamente, o Governo para conter o desemprego, realiza uma política anti-cíclica, elevando os gastos públicos e relaxando o controle de crédito, retomando o ciclo expansivo. A política deste novo ciclo caracteriza-se por uma estratégia de modernização e diversificação das estruturas produtivas, priorizando grandes empresas públicas na tentativa de promover maior integração nacional.

Com relação às taxas inflacionárias, vale dizer que estas são mantidas sob controle, até os anos 2002, alternando-se o uso das políticas cíclica e anti-cíclica, embora com um sensível aumento no biênio recente, atingindo em 2003, o patamar de 1,2%, e em 2004, o de 4,1% (gráfico 5.4), o que requer um maior controle sobre a taxa de juros. Mais recentemente, todavia, percebe-se um maior crescimento do índice inflacionário (gráfico 5.6), como efeito dos seguintes aspectos:

- i) menor intervenção do Estado na determinação de preços na economia;
- ii) com o ingresso de empresas transnacionais, as estatais investiram em tecnologias e procedimentos de maior eficiência para tornar seus bens competitivos, repassando alguns custos para os preços finais da produção;
- iii) aquecimento da economia chinesa nos últimos anos, com um crescimento anual médio de 10% (gráfico 5.1), ocasionando pressão sobre o consumo dos bens. Tal fato é acentuado pela difusão da “cultura do consumo”, reflexo de um maior contato com o ocidente.

Gráfico 5.4



Fonte: www.indexmundi.com (2005)

Este aquecimento da economia chinesa tem sido controlado por uma política mais rígida em relação às reservas obrigatórias das instituições financeiras e autorizações para uso de terras por alguns setores, o que restringe o nível de oferta de crédito e de investimento.

5.5.1 A Política Cambial Utilizada como Instrumento de Proteção às Atividades Econômico-Produtivas

Em geral, com relação às taxas cambiais, economias industrializadas do leste asiático se caracterizam por um modelo cambial de estabilidade e favorecimento às exportações. Desde 1994, com a reforma cambial, determinado a fixação do câmbio primeiramente pelo mercado, a China tem mantido um valor nominal em relação ao dólar, de 8.3 YUAN por dólar, e com plena conversibilidade da moeda doméstica para as transações correntes desde 1996.

Entretanto, sabe-se que, ao longo da segunda metade dos anos 90, O YUAN sofre alguma desvalorização, como parte da estratégia competitiva, tendo em vista a desvalorização das moedas dos competidores asiáticos em relação ao dólar, o que contribuiu fortemente para saldos superavitários em transações correntes, determinando “um aumento da participação chinesa no comércio mundial de 1%, em 1980, para 5,8% em 2003” (BELLUZZO, 2004:01).

Tendo a China se consolidado como nação exportadora dentro do continente asiático e do mundo, ultrapassando o saldo japonês, tradicionalmente maior exportador asiático e responsável pelos déficits comerciais norte-americanos, é natural que a economia chinesa passasse a sofrer pressões⁴⁴ dos Estados japonês e estadunidense contra seu regime cambial e de controle de capitais.

No momento da crise asiática, em 1997, destaca-se que a sustentação nominal do YUAN foi importante para a sua superação ao evitar uma corrida cambial e por afirmar a estabilidade de uma moeda regional. Para conseguir essa sustentação, vis-à-vis a desvalorização dos países asiáticos, estímulos fiscais foram instrumentos utilizados para imprimir dinamismo à atividade exportadora.

⁴⁴ As pressões exercidas sobre a China se assemelham com as sofridas pelo Japão ao longo dos anos 1990. Entretanto, como a China é um grande receptor de investimento externo, os saldos correntes superavitários compensam o aumento dos investimentos externos, fazendo com que a mesma não tenha problemas de solvência ou de liquidez e o comprometimento de suas exportações com o serviço da dívida seja muito mais baixo em termos internacionais.

Desta forma, o governo chinês realiza uma política anti-cíclica, onde em momentos de crise, através do controle de fluxos de capitais externos e do volume de reservas, consegue elevar os gastos em construção civil e infra-estrutura, compensando a contração das exportações destinadas aos mercados em crise.

5.6 Efeitos Regionais e localizados da Inserção Socialista de Mercado

Alguns efeitos, regionais, localizados no continente asiático, e, sob os mercados mundiais, podem ser reconhecidos a partir dos impactos das atividades produtivas chinesas, classificados em efeitos de estrutura e de escala (MEDEIROS, 2004).

Os efeitos de estrutura são decorrentes das pautas exportadoras e importadoras chinesas: as exportações, intensivas em mão-de-obra, deslocam produtores asiáticos destes bens, da Malásia, Tailândia e outros⁴⁵, sendo preferidos pelos EUA, particularmente, absorvendo ao mesmo tempo, capitais voltados para sua produção e exportação mundial.

Complementarmente, a economia chinesa é grande importadora de insumos e componentes de bens de capital, atingindo diferentemente os países industrializados, favorecendo aqueles mais avançados na sua produção, como Japão e Coreia (na produção de bens de capital), e Indonésia e Brunei (na produção de matérias-primas).⁴⁶

O segundo efeito, de escala, está relacionado ao consumo interno e tem efeito compensador sobre a substituição de exportações chinesas, permitindo que os outros produtores asiáticos, de produção intensiva em mão-de-obra e impossibilitados de abarcarem o mercado externo, se voltem para o chinês.

De acordo com o exposto, a inserção competitiva do continente asiático mostra-se diferenciada e assimétrica regionalmente, em favor principalmente da China, Japão e Coreia, ditando modelos capitalistas que ora competem entre si e ora se complementam, face às

⁴⁵ Este fenômeno não se localiza apenas no continente asiático, mas também se propaga em termos mundiais, deslocando produtores de outros continentes, como o latino-americano, a exemplo do México, desvalorizando o preço destes bens no mercado externo.

⁴⁶ Vale salientar que o mercado consumidor da China também favorece a produção de outros países fora do continente asiático, a exemplo do Brasil, na especialização de matérias-primas, valorizando o preço destes bens no mercado internacional.

vantagens comparativas e políticas de inserção específicas. Em termos globais, representa ameaça para as indústrias de outros países, ao mesmo tempo em que constitui importante mercado em que as mesmas se apóiam para garantir lucratividade.

5.7 Aspectos Finais em Relação à Inserção Chinesa

Na maioria dos países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil e do México, as reformas orientadas para o mercado atribuíram reduzido papel ao governo, não indo este além de responsável pela manutenção da estabilidade macroeconômica e fornecimento de educação básica. Nas palavras de RODRIK (2002:44), “A prioridade era enxugar o Estado, não torna-lo eficaz.” Todavia, a piora nos indicadores sociais revelou a necessidade de uma adequação do papel do Estado às ineficiências da economia de mercado. Alguns teóricos do desenvolvimento, como o autor citado, sustentam como estratégia para a superação destes problemas, o desenvolvimento através da complementaridade entre mercados e Estados. A idéia de economia mista é tida como sustentáculo para modelos de desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, a China aparece no grupo de nações em desenvolvimento, porém constituindo um modelo político-econômico diferenciado. Este modelo articula-se com um Estado tido como desenvolvimentista.

Segundo a caracterização feita por EVANS (2004) de Estado desenvolvimentista, explicitada no capítulo dois, este se propõe a realizar medidas que visem crescimento e desenvolvimento de suas economias. Os instrumentos de política estatal, são, em geral, mais articulados com os interesses nacionais, dada a maior autonomia deste estado perante os grupos de interesse existentes na sociedade.

Apesar de não haver imunidade aos mecanismos de corrupção e práticas fraudulentas, tenta-se minimizar tais possibilidades, mediante um sistema mais rigoroso de contratação de funcionários públicos.

Com relação à elaboração de um projeto nacional, um Estado desenvolvimentista persegue tal objetivo, tendo clareza de que a inclusão social é determinante para um desenvolvimento sustentável e uma inserção competitiva favorável. Através de parcerias envolvendo o Estado, empresas nacionais e o capital externo, as políticas visam gerar redes produtivas capazes de fomentar crescimento das atividades nacionais, aproveitando a mão-de-

obra disponível. De forma complementar, são realizados programas públicos de qualificação profissional, criando oportunidades para a população marginalizada, minimizando os conflitos sociais originários da exclusão.

Tendo em conta as características acima, vejamos as suas identidades com a situação da economia chinesa.

Um aspecto a destacar é que na China, a ocupação dos cargos públicos dá-se de forma mais consistente com as demandas destes cargos e com a competência profissional dos candidatos (STORY, 2004), o que se enquadra no modelo proposto por EVANS (2004), aqui tomado como referência.

A educação na China, por sua vez, tem foco no ensino profissionalizante – associando ao processo de transformação econômica um projeto de inclusão pela qualificação dos trabalhadores. Em torno desta argumentação, complementa ainda PINHEIRO (2005:12), que os chineses “sabem que somente por meio da sólida formação escolar de sua população poderão produzir bens de alto valor agregado”.

O modelo de desenvolvimento empresarial na China aponta para atuações conjuntas, associações e parceiras, de gestão participativa, visando tomadas de decisões mais equilibradas e consistentes com a agenda nacional. Perseguindo tal objetivo, a entrada de capitais é controlada e dirigida para a formação das parcerias com grupos nacionais estratégicos para a economia do país. A transferência de tecnologia também é uma exigência, para que o parque nacional possa desenvolver-se independentemente das multinacionais.

Outro aspecto de estímulo à atividade empresarial na China, seguindo as diretrizes de um estado desenvolvimentista, que deve garantir os direitos de propriedade e controle da gestão empresarial, diz respeito ao controle do retorno dos ativos. Comumente os acionistas têm direito de propriedade, mas não de controle - todavia, os empresários chineses participam da gestão administrativa das empresas, através de contratos estabelecidos com as multinacionais, ou mesmo exercendo controle efetivo da administração, como é o caso das empresas dos vilarejos e aldeia, conforme atesta STORY (2004). A competitividade destas empresas é estimulada ainda através de instrumentos voltados para desoneração da produção, como provimento de insumos produzidos pelas estatais a um custo menor, investimento público em tecnologia que gera externalidades positivas e empréstimos subsidiados.

Como resultados das políticas de incentivo à atuação empresarial, destaca-se o crescimento apresentado pela economia chinesa, atingindo uma média anual de 10% no período 1980-2004 (gráfico 5.1).

Em Estados menos autônomos, os instrumentos regulatórios e os arranjos institucionais não representam os interesses e as demandas nacionais, sendo instrumentos de ganhos individuais, o que acentua os problemas vivenciados pela maioria dos países em desenvolvimento, como desemprego, concentração de renda e violência.

Com relação à previdência social, tem-se que com o colapso do Estado do bem-estar social e a adoção das reformas liberalizantes, as instituições de seguridade social foram negligenciadas na maioria dos países em desenvolvimento, gerando forte insegurança econômica.

A prática chinesa neste aspecto se diferencia pela proteção e regulamentação existentes em alguns setores, como em pequenos comércios, e combinações de práticas empresarias em outros, como benefícios sociais garantidos pelas empresas. Afora este aspecto, vale salientar que o modelo de inserção competitiva na China prioriza a produção de uso intensivo em tecnologia, como também em mão-de-obra, o que mantém a taxa de desemprego sob controle, relativamente ao contingente populacional, apresentando-se esta em torno da média anual de 10% (gráfico 5.3).

De forma conclusiva, alguns elementos se destacam na inserção promovida pela China, característicos de programas de Estados desenvolvimentistas, sendo estes mesmos cruciais para a comprovação da hipótese estabelecida no trabalho, de que o posicionamento estatal desenvolvimentista é determinante para inserção favorável no comércio global:

- i) A política de abertura chinesa deu-se com relativo controle de capitais e uma estratégia de baixo nível de endividamento;
- ii) Privilegia-se o investimento estrangeiro direto, todavia este é direcionado para a realização de associações com o capital nacional, pertencentes a estatais ou TVES (*Towns and Villages Enterprises*)⁴⁷, empresas estas que, geralmente, assumem o controle das unidades;
- iii) Não houve redução abrupta das tarifas de importação, e o mercado interno continua relativamente protegido por políticas de desvalorização cambial e por restrições quantitativas e qualitativas às importações;

⁴⁷ Empresas não-estatais, mas controladas por unidades do Governo. São importantes instrumentos de descentralização da atividade industrial, absorvendo também parte da população rural e contando com o apoio do financeiro do Estado.

- iv) Nas zonas de livre comércio, é facilitada a importação de bens não concorrentes com a produção nacional;
- v) O acúmulo de divisas é utilizado para financiar o crédito interno, disponibilizado por instituições bancárias do Estado, a baixas taxas de juros – o que garante o alto nível de investimento interno.
- vi) A posição de fortalecimento da autonomia estatal, voltada para a formação de parcerias com os atores sociais e em prol de um crescimento sustentável e de superação dos prejuízos concorrenciais, como desemprego e concentração de renda.
- vii) Política tecnológica exigindo *joint ventures*.

Com a consolidação da abertura e a criação das ZEE's, gera-se maior dinamismo para a economia chinesa, embora populações do resto da China sejam atraídas para estes centros, contribuindo para a desigualdade de renda⁴⁸ a nível individual e regional.

Em relação ainda a estas áreas de forte incidência de capital estrangeiro, há uma intensa política de incentivos fiscais. Entretanto, a reforma estatal implementada na China nos últimos anos visa estender tais benefícios a empresas nacionais, para aumentar o nível de competitividade do capital nacional, através da redução dos benefícios às zonas especiais, o que poderá encarecer os futuros investimentos para elas direcionados – mas o objetivo principal é dotar a empresa nacional de competitividade equivalente à dos grupos estrangeiros.

A competitividade da indústria nacional chinesa pode ser atestada pelo crescimento de suas exportações, que passaram de 39,4 bilhões de dólares em 1987 para 593,0 bilhões em 2004 (tabela 5.11), e pelo saldo superavitário do balanço comercial desde 1994 (tabela 5.11). A participação no comércio mundial da China passa de 18% em 1980, para 43% em 2001 (Banco Mundial, 2004), refletindo o dinamismo do parque produtivo nacional e o seu posicionamento internacional favorável.

O Estado fortaleceu sua autonomia diante das decisões mais importantes para a competitividade da produção chinesa, direcionando as atividades das estatais para geração de lucro e investimento interno. Destaca-se ainda que o Governo vem incentivando a formação de blocos estatais, ou conglomerados de várias empresas estatais, objetivando o fortalecimento do

⁴⁸ Em 2003, o coeficiente de Gini na China apresentou 0,44, enquanto no mesmo período para o Brasil apontou 0,60, e para o México 0,53.

grande grupo, com independência financeira e tecnológica. Esta atuação reflete-se na formação de *holdings*, de capacidade de atuação fora das fronteiras chinesas, bem no contexto da atual etapa evolutiva da internacionalização do capital.

Vale ainda salientar que a autonomia do Estado Chinês reflete sua capacidade de atuação política, favorável à implantação de projetos de desenvolvimento nacionais, porém esse Estado precisaria articular-se mais de perto com uma sociedade igualmente forte para obter transformações mais sustentáveis a longo prazo, ponto ainda discutível considerando que as reformas econômicas na China antecederam às políticas, diferentemente do ocorrido na maioria das experiências contemporâneas de desenvolvimento.

6. CONCLUSÃO

Analisar impactos nas economias em desenvolvimento causados pela mundialização é sobretudo, refletir sobre o avanço da internacionalização do capital e o movimento de financeirização das atividades no mundo atual.

A desestruturação produtiva e a exclusão social causadas, principalmente, pela intensificação tecnológica e concorrencial revelam a fragilidade dos modelos contemporâneos de desenvolvimento.

Os projetos nacionais de desenvolvimento, inspirados pelo Keynesianismo, nos países centrais, e pelo Nacional-Desenvolvimentismo nos periféricos, foram deixados de lado, dando lugar às políticas neoliberais, de liberalização e desregulamentação dos mercados. Entretanto, a liberalização repercutiu negativamente sobre as economias menos desenvolvidas, polarizando a renda mundial nos países já ricos e desenvolvidos, tendo como agravante o desconhecimento, cada vez maior, da soberania dos Estados Nacionais. Ao mesmo tempo, este movimento concentrador tem origem no paradigma da concorrência, que exige desigualdade para manutenção dos padrões de competitividade, já que os capitais aproveitam-se, entre outros aspectos, das diferenciações regionais para ampliarem-se.

Nesse contexto, os países centrais e periféricos, estes últimos com maiores dificuldades, tentam adequar suas estruturas aos moldes competitivos internacionais. A desregulamentação dos mercados e a redução do intervencionismo estatal são os pilares que regem as reformas adotadas, atingindo estas um tal nível que promove um retorno ao primitivismo no que se refere às relações trabalhistas e seus níveis de exploração.

Com relação à inserção competitiva, tem-se que o Estado, apesar do contexto geral citado, apresenta papel fundamental para sua implementação e resultados. Diante deste contexto, EVANS (2004) classifica três tipos de Estados: o desenvolvimentista, o intermediário e predatório.

Na atuação de um Estado desenvolvimentista prevalece a autonomia relativa diante dos interesses dos capitais globais, elaborando projetos de desenvolvimento que priorizem as necessidades nacionais, e esteja voltado para uma sustentabilidade do modelo de crescimento. Nesse sentido, parcerias são realizadas entre os setores estatal e privado, objetivando maior integração social e econômica.

Os Estados predatórios caracterizam-se pela ausência de autonomia relativa do Estado, onde os grupos de interesse ganham espaço nas decisões públicas, desviando recursos essenciais ao desenvolvimento sócio-econômico. Já os Estados intermediários, localizando-se entre os dois tipos mencionados, possuem características de ambos, sendo os mesmos incapazes de conduzir um processo sustentável de desenvolvimento, apesar de possuírem alguma autonomia em relação ao caso dos Estados predatórios. Não há naqueles, entretanto, força suficiente para transformar as estruturas arcaicas e de baixo dinamismo consolidadas pelos modelos anteriores. Desta forma, o Estado não pode promover incentivos a ações integracionistas de organizações civis e entidades públicas em prol de interesses coletivos – de maior crescimento de mercado junto à um sistema de inclusão social.

Estes Estados, ainda em busca de sua identidade nacional para promoção do desenvolvimento, em muitos momentos representam interesses elitistas e priorizam a inserção internacional, conferindo pouca atenção a uma integração nacional. O elevado desemprego, a concentração de renda, o endividamento e a dependência em relação ao capital externo são características dessas nações. As reformas aí realizadas de adaptação ao neoliberalismo atrelam estabilização macroeconômica a um baixo crescimento interno, acentuando o aspecto da exclusão e violência social.

No caso do México, o modelo de desenvolvimento contemporâneo foi conduzido numa extrema dependência em relação à economia norte-americana. De fato, atualmente, não há identidade política no país, e o Estado não tem autonomia para atuar de maneira independente dos interesses do capital internacional: ao invés de realizar parcerias com os diversos atores sociais nacionais, tem-se parcerias com as elites interna e externa. Os indicadores econômicos mostram forte associação com movimento dos indicadores norte-americanos, e apresentam piora relativa no que se refere ao crescimento econômico, com uma evolução anual média do PIB de 1% no período 2002-2003 (gráfico 3.1), ao desemprego, que apresenta tendência de crescimento nos anos mais recentes (gráfico 3.2), e ao endividamento externo, que revela uma necessidade sistemática de apoio externo, onde o endividamento passa de 155,8 bilhões de dólares em 1999 para 191 bilhões em 2001 (CIA World Factbook, 2004).

Com relação ao governo brasileiro, este tem mostrado, no governo petista e em relação ao caso mexicano, um pouco mais de autonomia, entretanto a dependência externa ainda faz-se perceber na impossibilidade de se realizar um planejamento nacional de desenvolvimento

sustentável. O equilíbrio macroeconômico foi mantido às custas de uma queda nos investimentos produtivos, refletida na evolução anual média do PIB, que passa de 4,22% em 1995 para 0,1% em 2003 (gráfico 4.2), e de um aumento da taxa de desemprego, onde o desemprego aberto passou de 7,5% em 1999 para 12,2% em 2003, em evolução percentual média anual (gráfico 4.4).

Os modelos desenvolvidos pelos Estados brasileiro e mexicano não foram capazes de consolidar um desenvolvimento sustentável, promovendo uma inserção baseada nos interesses internacionais, sem comprometimento com a realização de projetos nacionais.

Já a China, apoiada num modelo de abertura ao capital externo e de ampla participação e regulação estatal, consolida uma inserção voltada, prioritariamente, para produção com absorção de tecnologia, via investimento estrangeiro, e mão-de-obra, aproveitando o imenso contingente populacional⁴⁹.

Vale salientar que o modelo de inserção chinês não deve ser apenas caracterizado como pró-mercado, vez que, tal consideração passa o entendimento de que se trata de um movimento similar ao dos países latino-americanos, de adoção do receituário neoliberal. As rupturas de antigos padrões na China foram capazes de gerar uma força propulsora para o crescimento, enquanto as reformas latino-americanas mostraram-se ineficientes em termos de geração de dinamismo, não modificando as condições determinantes para o subdesenvolvimento e o atraso relativo da maioria dos países.

Algumas funções desempenhadas pelo Estado Chinês expostas ao longo deste capítulo, podem ser aqui reunidas como determinantes para esta classificação:

- i) Proteção ao direito de propriedade
- ii) Regulamentação do mercado
- iii) Estabilização macroeconômica
- iv) Previdência social
- v) Administração de conflitos

É importante destacar que algumas destas atribuições, como promoção da estabilidade macroeconômica, podem ser encontradas em muitos países em desenvolvimento, sem

⁴⁹ Em 2005, o ranking mundial dos cinco países mais populosos está assim ordenado: 1º - China, com 1,3 bilhão de pessoas; 2º - Índia, com 1,0 bilhão; 3º - Estados Unidos, com 295,7 milhões; 4º - Indonésia, com 241,9 milhões; e finalmente o 5º - Brasil, com 186,1 milhões. (www.ndexmundi.com)

necessariamente indicar que os seus respectivos Estados são desenvolvimentistas – o que exige o desempenho destas funções em conjunto.

Ressalte-se também que instrumentos regulatórios, essenciais principalmente em países em desenvolvimento, onde as falhas de mercado estão mais presentes, são fundamentais para garantir uma economia de mercado bem-sucedida: regular as práticas dos mercados financeiro, trabalhista, de prestação de serviços, da seguridade e produtivo minimizam práticas fraudulentas e geração de prejuízos sociais.

No que diz respeito à estabilização macroeconômica, muitos países conduziram tal processo recorrendo à valorização cambial e a elevação das taxas de juros, como observado no Brasil e no México, o que gerava déficits comerciais e necessidade de endividamento externo, além de desincentivar o investimento produtivo. Na China, de forma contrária à esta, o investimento produtivo é estimulado através de taxas de juros compatíveis com o crescimento interno e pelo fomento público à atividade produtiva. O PIB apresenta evolução média anual de 10%, considerando o período 1980-2004 (gráfico 5.1), enquanto as exportações saltaram de 39,4 bilhões de dólares em 1987 para 593,0 bilhões em 2004 (tabela 5.11).

Do exposto acima, parece inegável concluir que a China vem se tornando uma grande potência, e que as economias latino-americanas muito têm a aprender com o seu modelo de desenvolvimento e o papel desempenhado pelo Estado Chinês.

Por fim, vale observar que a análise das experiências de maior aderência ao processo de globalização aqui examinadas, contrapondo os casos do Brasil, México e China, permite a validação da hipótese levantada pelo trabalho de que a atuação de Estados desenvolvimentistas promove uma inserção competitiva mais voltada para o desenvolvimento sustentável. Sabe-se, entretanto que são ainda raros os casos de Estados com características mais próximas ao chinês, ou seja, desenvolvimentistas, mesmo que a dinâmica mais recente da globalização, marcada pela assimetria de resultados, esteja despertando questionamentos nos países em desenvolvimento onde a submissão aos seus preceitos é mais acentuada. Se alguns dos Estados atualmente classificados como intermediários irão evoluir na direção dos desenvolvimentistas é ainda uma questão a ser verificada no futuro próximo e o exame de suas possibilidades é um tema de pesquisa relevante, que pode melhor esclarecer as análises aqui feitas.

7. BIBLIOGRAFIA

ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, EMIR & GENTILI, Pablo (Orgs).

Pós-Neoliberalismo: As Políticas Sociais e o Estado Democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995, pp. 09-23.

ARAUJO, J. T. A Economia Chinesa e as Normas Antidumping. In: **Revista Brasileira de Comércio Exterior (RBCE)**, Rio de Janeiro: FUNCEX – Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, 2002.

BAUMANN, R., O Brasil nos Anos 1990: Uma Economia em Transição. In: BAUMANN, R., Brasil: **Uma Década em Transição**, 3. ed, Rio de Janeiro: Campus, 1999.

BACELAR, T. Por Uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. In: **Revista Econômica do Nordeste**, v. 30, n.2, pág. 144-161, Fortaleza, abril-jun 1999.

BELLUZZO, L. G. **Ensaio Sobre o Capitalismo no Século XX**, 1ª ed, São Paulo: UNESP, 2004.

BELLUZZO, L. G. Futuro do Passado. In: **Carta Capital**, 09/11/2005.

BELLUZZO, L. G. O Avanço da China no Comércio Internacional. In: **Folha de São Paulo**, 14/03/2004 (www.unicamp.com.br).

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA. **Características e Possibilidades de Incremento do Comércio Bilateral Brasil-China**, artigo disponibilizado no site: www.cni.org.br/empauta/src/INTER_Estudo_elaborado_china2004.pdf.

CANO, W. **Soberania e Política Econômica na América Latina**, 1 ed., São Paulo: UNESP, 2000.

CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**, 2. ed, São Paulo: Xamã, 1996.

DRUCKER, P. As Mudanças na Economia Mundial. In: **Política Externa**. São Paulo: Paz e Terra, vol. 1, n. 3, dez.jan.fev. 92-93.

CUI, Z. O Papel do Estado na Economia: Um Exame Teórico Sobre o Caso Chinês. In ARBIX, G. , COMIN, A. , ZILBOVICIUS, M. , ABRAMOVAY, R. (Orgs), **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que Chegaram Depois**. 1ª ed, São Paulo: UNESP, 2002.

EVANS, P. **Autonomia e Parceria – Estados e Transformação Industrial**. 2. ed, Rio de Janeiro: UFRL, 2004.

FILGUEIRAS, V. **México (1994-2003): Inserção Internacional e Desarticulação Local**. Artigo publicado no X Encontro Nacional de Economia Política. São Paulo, 2005.

FIORI, L. Documento Eletrônico: **O Consenso de Washington**. Site: www.dhnet.org.br, Palestra Realizada no Centro Cultural do Banco do Brasil – Rio de Janeiro: Set/1996.

FIORI, L. **Estado e Moedas no Desenvolvimento das Nações**. 2. ed., Petrópolis: Vozes, 1999.

FIORI, L. **O Consenso de Washington**. Palestra no Centro Cultural do Banco do Brasil, Rio de Janeiro: Set/1996.

FURTADO, C. **Em busca de Novo Modelo: Reflexões sobre a Crise Contemporânea**. 1 ed. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

FUTATA, M. Breve Análise sobre o Toyotismo: Modelo Japonês de Produção. **Revista Espaço Acadêmico**. Abril de 2005 (<http://www.espacoacademico.com.br/047/47cfutata.htm>).

GENNARI, A. **Globalização e a Nova Estratégia de Acumulação Capitalista sob a Hegemonia Neoliberal no Brasil nos Anos 90**. São Paulo: Universidade Estadual Paulista – UNESP, 2002.

GONÇALVES, R. **Globalização e Desnacionalização**. 1. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

GREMAUD, A., VASCONCELOS, M. e TONETO, R. **Economia Brasileira Contemporânea**. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2002.

HUGON, P. **História do Pensamento Econômico**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Livramento, 1980.

JAMES, E. **História Sumária do Pensamento Econômico**. Volume 1, 1ª ed., Coimbra: Editora Coimbra, 1970.

LACERDA, A. **O Impacto da Globalização na Economia Brasileira**. 4ª ed., São Paulo: Contexto, 1999.

LIPIETZ, A. Relações Capital/Trabalho no Amanhecer do século XXI. In FORTES, J. A. A. SÁ e SOARES, R. M. S. de M. (Orgs.), **Padrões Tecnológicos, Trabalho e Dinâmica Espacial**, 2. ed., Brasília: UNB, 1996.

MARTINS, A. **Liberalização Econômica e Emprego no México**. Dissertação apresentada na Universidade Estadual de Campinas, Área de Economia Internacional, São Paulo, 1999.

MERCADANTE, A. **Plano Real e Neoliberalismo Tardio**, em MERCADANTE, A., O Brasil Pós-Real: A Política Econômica em Debate, Campinas: IE/UNICAMP, 1998.

MEDEIROS, C. A. **A China como um Duplo Pólo na Economia Mundial e a Recentralização da Economia Asiática**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2004.

MICHALET, C. **O Capitalismo Mundial**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

MORAES, A. **A Liberalização Econômica da China e sua Importância para as Exportações do Agronegócio Brasileiro.** Artigo Disponibilizado no Site: www.embrapa.br/unidades/uc/sge/textdiscussao.htm

NASCIMENTO, C. **A Construção Ideológica do Socialismo de Mercado: Uma Visão Neorealista.** Artigo disponibilizado no site: www.ciari.org.

NOGUEIRA, A. **Globalização: Regionalização e Tributação. A Nova Matriz Mundial.** 4. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2000.

OLIVEIRA, C. **Reformas Econômicas na China.** Artigo Disponibilizado no Site: http://www.eco.unicamp.br/ceri/boletim/boletim5/01_Carlos_Alonso.pdf, (abril-junho 2005).

OSER, J. **História do Pensamento Econômico.** 5ª ed. São Paulo: Atlas, 1980.

PEDRAZA, G. H. **Situación Económica y Social de China.** Artigo disponibilizado no Site: www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso/pedraza_15abr03.pdf.

PINHEIRO, M. Expresso Oriente. Artigo Publicado pela **Revista Carta Capital**, Rio de Janeiro, 25/01/2006.

POLANYI, K. **A Grande Transformação – As Origens da Nossa Época.** Tradução: WROBEL, F. 2ª ed, São Paulo: Campus, 2000.

RODRIK, D. Estratégias de Desenvolvimento para o Novo Século. In ARBIX, G. , COMIN, A. , ZILBOVICIUS, M. , ABRAMOVAY, R. (Orgs), **Brasil, México, África do Sul, Índia e China: Diálogo entre os que Chegaram Depois.** 1ª ed, São Paulo: UNESP, 2002.

SABADINI, M. **Desestruturação e Informalidade do Mercado de Trabalho no Brasil.** Artigo publicado pela Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, Espírito Santo, 2002.

SABADINI, M. **Economia Brasileira nos Anos 90: Retorno ao Velho Liberalismo Econômico**. Espírito Santo: Universidade Federal do Espírito Santo – UFES, 2002.

SERRA, A. **China: As Reformas Econômicas da Era Pós-Mao**. Dissertação apresentada no Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional do ISEG/UTL, Portugal, 2000. Disponibilizada no Site: <http://pascal.iseg.utl.pt/~cesa/chinarevmac.pdf>.

SILVA, J. Origens, Evolução e Estágio Atual da Crise Econômica. In: IPEA – **Perspectivas da Economia Brasileira**, Rio de Janeiro, 1991.

STEPAN, A. **Estado, Corporativismo e Autoritarismo**. 2 ed, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980.

STORY, J. **China – A Corrida para o Mercado**, 1 ed, São Paulo: Futura, 2004.

SOUZA, N. **Desenvolvimento Econômico**. 4ª ed. São Paulo: Atlas, 1999.

TAVARES, J. **Negociações na OMC: A Economia Chinesa e as Normas Antidumping**. Artigo publicado pela Revista Brasileira de Comércio Exterior – RBCE, Rio de Janeiro, 2001.

TEIXEIRA, C. e VASCONCELOS, N. **A Implantação de Montadoras no Brasil e os Incentivos Fiscais: Uma Avaliação da Política de Desenvolvimento Regional**. Artigo Publicado em 2005 no site www.nutep.adm.ufrrs.br.

ZINI, A. **Brasil e México: Comparando Números**. Artigo publicado na Folha de São Paulo, 08/01/1995 pág. 2-2..

Websites consultados: www.stats.gov.cn; www.sergiosakall.com.br/asiatico/materia_china.html; www.portaldoexportador.cgov.br/bb; www.ciari.org; www.wto.org; www.oecd.org; www.ceicdata.com/china.htm (china statistical yearbook); www.ipea.gov.br; www.nodo50.org/cubasigloXXI/congreso/pedraza_15abr03.pdf; www.imf.org; www.bancomundial.org.br; www.bndes.gov.br; www.cepal.org.br; www.unctad.org; www.mexico.org; www.brasil.gov.br; www.india.org; www.china.org; www.irlanda.org